

BRASIL TELECOM S.A.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2002

Senhoras e Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Brasil Telecom S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidado, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002.

Conjuntura Econômica

O ano de 2002 teve início com uma expectativa positiva quanto ao desempenho da atividade econômica brasileira. No entanto, essa expectativa foi perdendo força, principalmente em função das vicissitudes ocorridas a partir do segundo trimestre, que acabaram por resultar em um modesto crescimento do PIB: aproximadamente 1,5%.

A economia norte-americana, uma espécie de locomotiva da economia mundial, não registrou nenhuma evidência que revertesse as expectativas negativas; pelo contrário, a crise de confiança corporativa que se abateu naquele país acabou aumentando a aversão ao risco por parte dos principais agentes econômicos, reduzindo, assim, os fluxos de capitais direcionados aos países emergentes. Ao mesmo tempo, as economias européia e japonesa continuaram sem progresso, ou seja, também não apresentaram qualquer evolução que pudesse produzir algum aquecimento para a economia mundial.

Além disso, incertezas decorrentes de questões econômicas e políticas em nações latino-americanas, bem como as ameaças de uma iminente guerra na região do Golfo Pérsico, também contribuíram para fomentar expectativas negativas.

No âmbito interno, a desvalorização do Real em 52,3%, fruto das incertezas quanto ao resultado das eleições presidenciais e às políticas que poderiam ser adotadas pelo novo governo, além da crise da Argentina, acabaram gerando impactos negativos na economia brasileira. Os principais reflexos foram: o recrudescimento da espiral inflacionária, constatado pelo IGP-DI que atingiu 26,4% em 2002, a elevação da taxa de juros, representada pela taxa SELIC efetiva que alcançou 24,9% em dezembro de 2002, contra 19,05% em 2001, o crescimento da dívida pública e a retração da atividade econômica.

Para evitar um quadro ainda mais adverso, as autoridades monetárias foram levadas a ampliar o esforço fiscal, buscando o aumento do superávit primário. Com isso, os impactos negativos sobre a já precária relação dívida líquida do setor público sobre o PIB, que chegou a alcançar 63,6%, mas recuou para algo em torno de 55,9%, foram minimizados. As políticas fiscais foram orientadas para a manutenção da sustentabilidade da dívida pública e as políticas monetárias visaram contrabalançar os efeitos da desvalorização cambial.

Positivamente, vale a pena registrar o desempenho da balança comercial, que registrou um superávit de US\$13,1 bilhões em 2002 (US\$2,6 bilhões em 2001).

Para 2003, espera-se um ambiente menos vulnerável, com a economia interna produzindo resultados mais favoráveis. Isso parece ser possível porque o novo governo entendeu a questão e tem dado demonstrações inequívocas de que vai enfrentar o problema. A firme determinação de fazer as reformas fiscal e da previdência representa exemplos claros dessa disposição e mostra que o rumo traçado inicialmente pela equipe do novo governo não foi abandonado.

Além disso, a manutenção do regime de metas de inflação, a estabilidade da moeda e a defesa de um Banco Central autônomo, são medidas reafirmadas pelo governo e devem contribuir para restabelecer a confiança do mercado internacional na economia brasileira em 2003. A

perspectiva de novos investimentos estrangeiros e da reabertura das linhas de crédito internacional, além da gestão responsável das finanças públicas, contribuirá para a estabilidade econômica, a desaceleração da inflação, a redução da taxa de juros real e, conseqüentemente, a retomada do crescimento.

O Setor de Telecomunicações

A curva de crescimento da telefonia fixa no Brasil demonstra claramente que este mercado atingiu sua maturidade em 2002. Em termos de linhas instaladas, a planta evoluiu apenas 3,1%, saltando de 47,7 milhões de linhas em dezembro de 2001 para 49,2 milhões em dezembro de 2002. Por sua vez, a teledensidade evoluiu de 27,3% para 29,0%, em igual período. Essa maturidade já era esperada em função do processo de antecipação de metas de 2003 para 2001.

A competição na telefonia fixa ainda se apresenta em níveis reduzidos. As concessionárias continuaram tendo a total hegemonia do mercado. As empresas-espelho responderam por somente 2,5% das linhas em serviço no Brasil e as “espelinhos” não chegaram a ter volume para alterar esse cenário de pouca competição.

As operadoras que anteciparam as metas de 2003 receberam da Anatel novas autorizações para operar os serviços: local, longa distância nacional e internacional, fora de sua área original de concessão. No entanto, suas operações em 2002 ficaram praticamente restritas às suas respectivas áreas de origem. Entre os poucos movimentos observados no sentido de uma atuação mais forte fora de sua área de concessão, destaca-se a atuação junto ao mercado corporativo, inclusive terminando em outras regiões ligações de longa distância originadas em suas respectivas áreas.

No segmento de comunicação de dados, verificou-se um acirramento na competição por clientes corporativos, o que provocou uma redução nos preços praticados e um avanço na quantidade e qualidade dos serviços prestados. A oferta de serviços de banda larga cresceu significativamente, em particular a do *Asymmetric Digital Subscriber Line* – ADSL, que atingiu, aproximadamente, 500 mil acessos no Brasil, demonstrando sua relevância tanto como referência nacional quanto internacional.

De um modo geral, a estratégia de todas as operadoras de telefonia fixa esteve concentrada basicamente na criação de mecanismos de geração de tráfego, na redução de investimentos, e na busca de eficiência operacional.

Dentro dessa estratégia, vale destacar a ênfase dada ao ADSL e aos serviços inteligentes, que vêm desempenhando um papel importante no sentido de proporcionar receitas adicionais, otimizando a infra-estrutura já instalada.

No segmento de telefonia móvel, observou-se a efetiva implementação do Serviço Móvel Pessoal – SMP, com o início da operação das empresas Oi e TIM, nas bandas D e E. Além disso, foi realizado, com sucesso, o leilão das sobras das bandas D e E no segundo semestre do ano. A Brasil Telecom, a Vésper e a Telecom Américas foram adquirentes no leilão e deverão iniciar suas operações no ano de 2003.

Em 2003, a expectativa é de uma maior competição nos vários segmentos, envolvendo todos os participantes do mercado. Ao longo de 2002, a Anatel concedeu 11 autorizações de telefonia local com abrangência variada e 14 autorizações de longa distância nacional e internacional, demonstrando a disposição das empresas de disputarem novos mercados.

As operadoras mais capacitadas para oferecer qualidade, preço e soluções completas e adequadas às necessidades de cada segmento de clientes possuem melhores condições de enfrentar esse cenário de competição acentuada.

O Ambiente Regulatório

No ano de 2002, o mercado de telecomunicações procurou absorver as novas normas estabelecidas pela Anatel ao final de 2001, que tiveram como objetivo básico a flexibilização das restrições até então existentes para eliminar o monopólio exercido pelas concessionárias. Com isso, a Anatel buscou facilitar a entrada de outras operadoras, aumentando a competição, tanto no serviço local quanto no de longa distância.

Na seqüência, a Anatel intensificou o processo de fiscalização junto às concessionárias, que atingiu seu ápice no segundo semestre do ano. Simultaneamente, com a declaração de antecipação do cumprimento de metas, por várias operadoras, a Agência canalizou considerável energia para o processo de certificação dessa antecipação.

A interconexão local foi, sem dúvida, o tema que mais exigiu a intervenção do órgão regulador, por se tratar de matéria controversa e sobre a qual existem inúmeras dúvidas. Em função de questionamentos levantados pelas prestadoras de longa distância, o assunto alcançou a última instância no âmbito da Anatel e continua tramitando no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Outro tema que ocupou considerável espaço nas discussões, no decorrer do ano, foi a portabilidade de códigos não geográficos, envolvendo inclusive a Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Fixo Comutado – ABRAFIX. Em que pesem os esforços despendidos pela Anatel e as várias operadoras, não se chegou a uma metodologia adequada, tendo o assunto sido transferido para 2003.

Dando prosseguimento à colocação pública das licenças de bandas D e E, a Agência encerrou o ciclo de licitações do espectro de rádio-freqüência destinado ao SMP.

No segundo semestre, a atenção da Anatel voltou-se também para a preparação da consulta pública sobre a prorrogação do contrato de concessão que, pelas regras vigentes, obrigatoriamente deveriam ser divulgadas até 31 de dezembro de 2002, como o foram.

A Empresa

Área de Atuação

A área de atuação da Brasil Telecom, composta pelos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, corresponde a 24% da população (aproximadamente 41 milhões de habitantes), 25% do PIB (aproximadamente R\$280 bilhões) e 33% do território nacional (aproximadamente 2,8 milhões Km²). A Região II possui, ainda, quatro áreas metropolitanas com população acima de um milhão de habitantes e faz fronteira com Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, podendo ser considerada um corredor para o Mercosul.

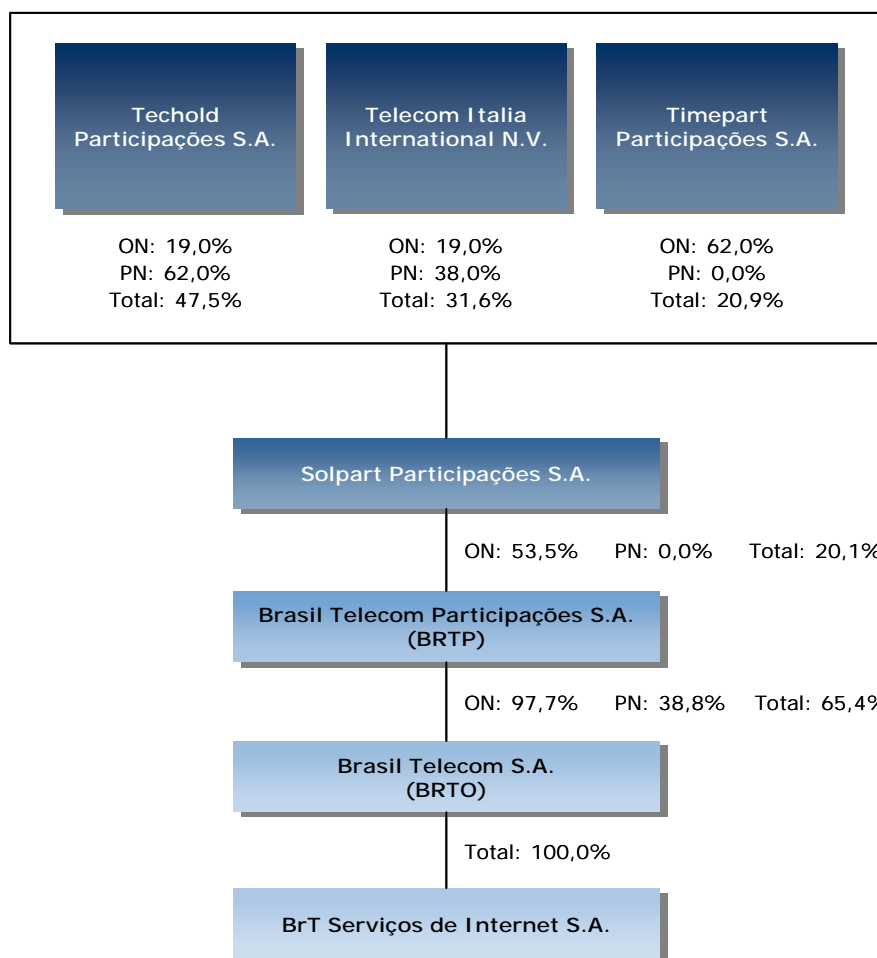
Estrutura Societária

A Brasil Telecom S.A. é controlada pela Brasil Telecom Participações S.A., detentora de 97,7% de suas ações ordinárias e 38,8% das preferenciais, correspondendo a 65,4% do capital total. Por sua vez, a Brasil Telecom Participações S.A. é controlada pela Solpart Participações S.A., que detêm 53,5% das ações ordinárias, o equivalente a 20,1% do capital total. A Solpart Participações S.A. é controlada pela Timepart Participações Ltda., Techold Participações S.A. e Telecom Italia International N.V.

Em 28 de agosto de 2002, a Telecom Italia reduziu sua participação no capital votante da Solpart Participações S.A., transferindo 18,3% das ações ordinárias para a Techold e Timepart. Desse modo, a participação da Telecom Italia no capital votante da Solpart foi reduzida de 37,3% para 19,0%, e as participações da Techold e Timepart foram aumentadas para 19,0% e 62,0%, respectivamente.

Foram feitas alterações no Acordo de Acionistas da Solpart, bem como suspensos temporariamente os direitos políticos da Telecom Italia, de modo a refletir as mudanças acima referidas. A participação da Solpart no capital social da Brasil Telecom Participações S.A. permaneceu inalterada, conforme o organograma a seguir:

Figura 1: Estrutura Societária



Fatores de Risco

Como parte do processo de aprimoramento do modelo brasileiro de telecomunicações, nos últimos dias de 2002, a Anatel colocou sob consulta pública a proposta de novas condições, incluindo novas metas de qualidade e universalização, que servirão de base para a prorrogação dos contratos de concessão de telefonia fixa previstos para vigorar a partir de 2006. De acordo com a Lei Geral de Telecomunicações - LGT, as atuais concessionárias deverão, até 30 de junho de 2003, pronunciar-se quanto ao interesse em prorrogar seus contratos, consideradas as novas condições que serão aprovadas antes dessa data.

Ao longo de 2003, a concorrência será mais intensa, pois as empresas que anteciparam suas metas deverão buscar atuação em novas regiões, principalmente junto ao mercado corporativo e residencial de alto poder aquisitivo. O sucesso da Brasil Telecom nesse cenário dependerá do êxito da comercialização e da capacidade de antecipar e responder aos fatores competitivos que afetam a indústria, incluindo a introdução de novos serviços, mudanças nas preferências do consumidor, tendências demográficas, condições econômicas e política de desconto.

O risco de perdas resultante da dificuldade do recebimento de valores faturados a clientes vem sendo observado no setor de telecomunicações. A política de crédito e cobrança da Brasil Telecom, como prestadora de serviços públicos de telecomunicações, está subordinada às

regras estabelecidas pela Anatel. Além dessa política de crédito, a Brasil Telecom implementou controles internos e o monitoramento permanente do nível de contas a receber, além de ter lançado os terminais pré-pago e híbrido, o que orienta as ações preventivas de combate à inadimplência e limita o risco de perdas.

O risco financeiro da Brasil Telecom é limitado em função da geração de caixa e da sólida estrutura de capital que a Empresa possui, proporcionando uma confortável situação financeira. A exposição ao risco cambial é reduzida, uma vez que a dívida em moeda estrangeira representava 6,8% da dívida consolidada total, e toda a dívida em moeda estrangeira com vencimentos ao longo de 2003 possuía proteção cambial.

Competição

Em 2002, o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, com a abertura promovida pela Anatel, ficou efetivamente exposto à maior competição. Mediante a concessão de novas outorgas, o órgão regulador ampliou o número de empresas com autorização para atuar naquele mercado. Dessa forma, não só o serviço local, mas também o de longa distância nacional e internacional passaram a ter, potencialmente, um maior número de competidores.

No entanto, observou-se que a competição no serviço local e de longa distância permaneceu sem maiores alterações ao longo do ano na área de concessão da Brasil Telecom. Houve movimentos em várias direções envolvendo as operadoras do mercado de telecomunicações, mas as concessionárias locais permaneceram ditando as regras do jogo.

Serviço Local

A exemplo do que acontece no resto do mundo, estabelecer competição no serviço local, sobretudo no mercado de voz, é uma tarefa difícil, senão impossível. Nos países em que se vem tentando implementar a competição, mesmo depois de vários anos de operação, as concessionárias normalmente continuam em posição hegemônica no mercado local, com participações superiores a 80% e, em alguns mercados acima de 90%, como ocorre nos Estados Unidos.

Na sua região, a Brasil Telecom concentrou 96,5% do mercado local. Essa liderança, no entanto, é resultado de um conjunto de ações voltadas principalmente para a fidelização dos seus clientes. Entre as ações implementadas com essa finalidade, destacam-se: a disseminação do acesso banda larga, a expansão dos serviços inteligentes, a definição de planos alternativos e a prática permanente de preços competitivos.

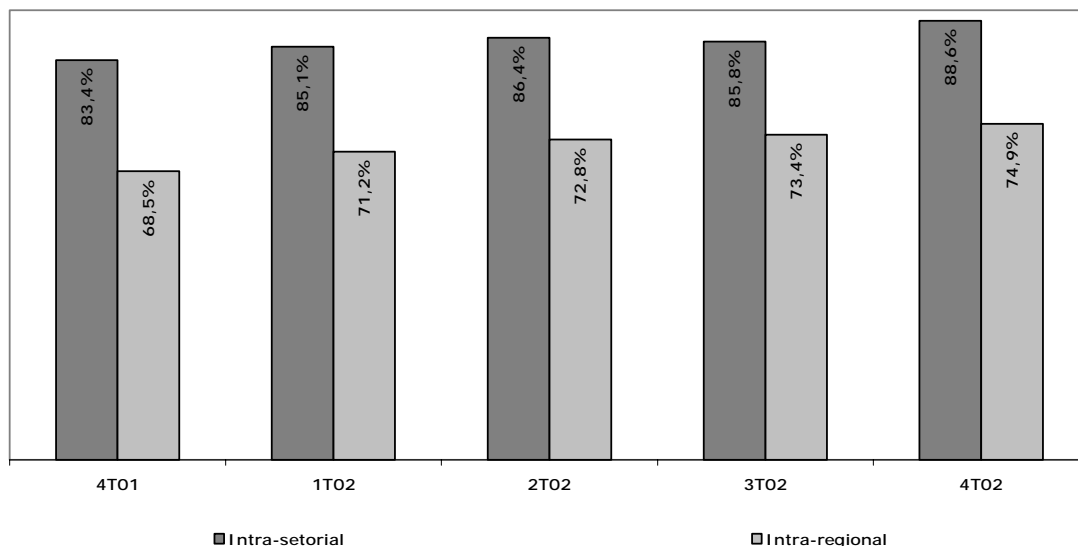
Em 2003, está prevista a entrada de novos competidores na Região II para prestar o serviço local. Acredita-se que esses novos operadores deverão concentrar seus esforços apenas nas principais cidades, com o foco voltado para cliente corporativo e residencial de alto poder aquisitivo.

Longa Distância Nacional

Desde a introdução do Código de Seleção de Prestadora – CSP, em julho de 1999, a competição se estabeleceu nesse segmento. De uma maneira geral, nas três regiões, a competição no mercado de longa distância está praticamente restrita entre as concessionárias locais e a Embratel. A Intelig e as empresas-espelho locais detêm participações pouco expressivas.

No âmbito de sua área de concessão, a Brasil Telecom manteve em 2002 sua liderança nesse mercado, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Participação de Mercado – Média Trimestral



A elevação de sua participação, tanto no segmento intra-setorial quanto no intra-regional, se deve a um posicionamento firme da Empresa no sentido de oferecer, sempre, a menor tarifa combinada com o plano que melhor se adapte às necessidades de cada segmento de cliente.

Em 2003, no entanto, com a liberação de novas autorizações por parte da Anatel, a competição deverá crescer mais. As concessionárias locais que obtiveram novas licenças para prestar esse serviço em outras regiões vão concentrar sua atuação, por uma questão eminentemente econômica, no mercado corporativo e no encaminhamento de ligações originadas em sua área de concessão.

Interconexão

A Brasil Telecom atuou ao longo do ano de 2002 com o propósito de firmar, com base na regulamentação vigente, acordos com todos os interessados em fazer interconexão de suas redes local ou de longa distância.

Empresas que atuam em nichos de mercado intensificaram a prática de atrair clientes concentradores de tráfego, tais como provedores de acesso à Internet e *call-centers*. Essas empresas, amparando-se na regulamentação, criaram um desequilíbrio artificial do tráfego nas rotas de interconexão local. Essa postura foi combatida incessantemente pela Brasil Telecom em várias esferas: regulatória, mercadológica e judicial.

Embora a questão ainda não tenha sido totalmente equacionada, foi minimizada. Essa anomalia, no entanto, somente será corrigida quando a Anatel, por meio de regulamento proveniente da Consulta Pública nº 417/02, oficializar a distinção entre serviços de telecomunicações e serviços de valor adicionado.

A Brasil Telecom monitorou e negociou permanentemente com as empresas do STFC e do Serviço Móvel Celular - SMC, visando proteger a posição de hegemonia conquistada na Região II, como prestadora do serviço de transporte LDN.

As empresas Telemar e Telefônica, tendo antecipado suas metas de universalização de dezembro de 2003, obtiveram, conforme previsto na regulamentação, novas outorgas de STFC, o que possibilitou sua atuação na Região II. Como consequência, a Brasil Telecom firmou com essas empresas os instrumentos de relacionamento previstos na regulamentação, tais como: acordos de interconexão, de transporte LDN, de compartilhamento de meios, entre outros, cuja negociação teve como base o princípio da reciprocidade. Tudo isso de forma a assegurar, desde já, os termos para os futuros acordos de relacionamento com aquelas empresas, quando da

obtenção, pela Brasil Telecom, das novas outorgas do STFC para atuação nas Regiões I e III, que são respectivamente, áreas de atuação original da Telemar e Telefônica.

Comunicação de Dados

Este é, sem dúvida, o segmento em que a competição já é intensa e tende a aumentar ainda mais nos próximos anos. Vale ressaltar, entretanto, que a transmissão de voz representa e representará a maior parte do faturamento das concessionárias locais.

No entanto, as operadoras perceberam a necessidade de se movimentarem rapidamente no sentido de ampliar seu leque de soluções na área de dados e, assim, aumentar sua receita total por meio da captura de novos clientes corporativos, incrementando sua participação nesse disputado mercado.

Uma das estratégias da Brasil Telecom para marcar sua posição na área de dados, foi o ADSL. Os acessos ADSL em serviço evoluíram de 34,4 mil em 2001 para 140,7 mil em 2002, representando um crescimento de 309% e demonstrando que a maior demanda na área de dados se concentra no acesso à Internet. Além do ADSL, a Empresa conferiu ênfase ao Serviço de Linha Dedicada Digital - SLDD, e ao *Frame-Relay*, que vêm se constituindo em interessante solução para o segmento de pequenas e médias empresas.

Para 2003, a expectativa da empresa estará contemplando também os serviços baseados na tecnologia IP, principalmente *Voice over Internet Protocol* - VoIP e *Virtual Private Network Internet Protocol* - VPN IP.

Prioridades Estratégicas

As organizações de uma forma geral, e as do setor de telecomunicações em particular, vêm exigindo cada vez mais de seus dirigentes: liderança, habilidade e uma postura firme em relação às demandas do dia-a-dia.

Para fazer frente a tais demandas organizacionais, a Brasil Telecom vem, desde 2001, passando por um processo de transformação muito intenso, porém absolutamente necessário, com o objetivo de posicionar a Empresa nesse contexto de profundas mudanças.

O objetivo precípua de tal processo foi, e ainda continua sendo, o de mudar a cultura de uma empresa de origem estatal e monopolista, para outra inteiramente nova, voltada para o mercado e para resultados. Nesse sentido, as principais prioridades foram: 1) manter a liderança na Região II, aproveitando a capilaridade da rede e a imagem positiva junto a seus clientes; 2) buscar a consolidação para se transformar em um dos grandes competidores nacionais; 3) posicionar-se estrategicamente em todos os pontos relevantes da cadeia de geração de valor do negócio de telecomunicações; 4) desenvolver oferta integrada de voz, dados e imagens; 5) introduzir ações voltadas para a fidelização; e 6) refletir na estrutura organizacional a mudança cultural, adequando a Empresa ao novo ambiente competitivo.

Rede

A rede da Brasil Telecom recebeu investimentos que totalizaram R\$1,0 bilhão em 2002, representando 53% do investimento total. Isso possibilitou a instalação de 533 mil terminais, bem como a expansão da rede de comunicação de dados e de serviços inteligentes. Assim, a Brasil Telecom garante a qualidade do serviço prestado e se mantém preparada para a expansão do tráfego.

Dentre as principais realizações do ano, está a implantação de quatro Pontos de Acesso ao Serviço - PAS, nas cidades de Campo Grande, Cuiabá, Maringá e Porto Alegre, além da ampliação dos cinco PAS existentes. Com isso, novos serviços foram introduzidos, como por exemplo, o *Internet Call Waiting* e o terminal híbrido.

Foi introduzida a ferramenta *Calling Line Identification Verification* - CLIV na rede de sinalização, visando realizar o bloqueio de usuários de outras operadoras que utilizam o CSP 14 e que estão inadimplentes.

No *backbone* de transmissão, houve a implantação dos primeiros sistemas *Dense Wavelength Digital Multiplex* - DWDM entre Blumenau e Florianópolis e entre Porto Alegre e Caxias do Sul, o que permitiu ampliar a capacidade inicial de transmissão desses trechos dos *backbones* estaduais em oito vezes.

Evolução da Planta de Comunicação de Dados

As principais ações foram dirigidas para a expansão das redes existentes, em especial para a instalação de 124,7 mil novas portas ADSL, acumulando um total de 225,3 mil portas instaladas. A planta em serviço atingiu 140,7 mil acessos, representando um crescimento de 309% em relação a 2001.

O serviço *DialNet* (acesso discado à Internet) aumentou de 47,5 mil portas instaladas em dezembro de 2001 para 89,0 mil ao final de 2002, ou seja, um crescimento de 87,4%.

Com relação aos demais serviços de comunicação de dados (*ATM, Frame Relay, IP*), houve acréscimo de 24,4% na planta existente, em função da instalação de 1,6 mil novas portas, o que elevou a base instalada para 8,2 mil portas.

No último trimestre do ano iniciou-se a implantação do *Multi Protocol Label Switching* - MPLS e dos equipamentos agregadores na rede IP. Essas implementações irão garantir o fornecimento de serviços diferenciados para clientes corporativos.

Evolução das Metas de Qualidade e Universalização

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos em 2002 nos indicadores do Plano Geral de Metas de Universalização. Conforme pode ser observado, todas as metas foram atendidas em sua plenitude, exceto para o caso do indicador de atendimento a solicitações de acesso individual em até quatro semanas, que apresentou resultado de 1,2 milhões (98,23%) de ordens de serviço atendidas no prazo e apenas 21,4 mil (1,77%) atendidas fora do prazo.

Tabela 1: Metas de Universalização

Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Quantidade de acessos fixos instalados (meta de 7.889 x Mil acessos)	10.266	10.408	10.442	10.472	10.480	10.505	10.537	10.541	10.544	10.546	10.575	10.548
Quantidade de telefones de uso público em serviço (meta de 216 x Mil TUP)	288	289	290	291	291	291	290	290	290	291	292	293
Quantidade de localidades que tenham menos que 50% de TUP com capacidade de originar e receber chamadas locais e de longa distância nacional, instalados em locais acessíveis 24 horas por dia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades que tenham menos que 25% de TUP com capacidade de originar e receber chamadas locais e de longa distância internacional, instalados em locais acessíveis 24 horas por dia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades, atendidas pelo STFC, com acessos individuais, com disponibilidade de acesso ao telefone de uso público, em que a distância ultrapasse 500 metros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades, atendidas com acessos individuais, com menos de três telefones de uso público por grupo de 1.000 (mil) habitantes, distribuídos territorialmente de maneira uniforme	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades com mais de 1.000 (mil) habitantes, não atendidas com acessos individuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidades de solicitações de TUP em estabelecimentos de ensino regular e de instituições de saúde, atendidas em mais de 2 (duas) semanas	3	10	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de solicitações de TUP realizadas por deficientes auditivos, da fala e os que utilizam cadeira de rodas, atendidos em mais de 2 (duas) semanas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de solicitações de instalação de acessos individuais, atendidas em mais de 1 (uma) semana, realizadas pelos estabelecimentos de ensino regular e instituições de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de solicitações de acessos individuais, atendidas em mais de 3 (três) semanas, realizadas pelos deficientes auditivos e da fala	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Localidade com mais de 600 habitantes, sem STFC, sem pelo menos um TUP com acesso 24 horas, com capacidade de originar e receber chamadas locais, LDN e LDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de instalação de acessos individuais, atendidas em até 4 (quatro) semanas - (meta de 100%)	99,93	98,5	97,47	96,76	99,72	99,74	99,56	99,17	97,43	97,47	96,84	95,03
Localidade atendida somente com acessos coletivos, sem pelo menos um TUP com acesso 24 horas, com capacidade de originar e receber chamadas locais, LDN e LDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quantidade de localidades, com STFC, que não atendem o percentual de 2% de TUPs adaptados para deficientes auditivos e da fala e para os que utilizam cadeira de rodas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número total de metas cumpridas (meta de 13)	11	11	11	12	12	12	12	12	12	12	12	12

Meta cumprida

Meta não cumprida

A Brasil Telecom divulgou comunicado ao público, em 28 de janeiro de 2003, declarando que a partir de 28 de fevereiro de 2003 estaria cumprindo todas as metas estabelecidas pela Anatel no Plano Geral de Metas de Universalização. Este processo foi submetido à auditoria de uma empresa independente.

No dia 22 de janeiro de 2003, a Brasil Telecom anunciou que suas filiais estarão cumprindo, até o dia 28 de fevereiro do mesmo ano, todas as metas de universalização definidas no Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado, previstas em seus contratos de concessão para 31 de dezembro de 2003. A partir disso, a Empresa estará conduzindo todos os processos necessários para obter da Anatel, no menor prazo possível, a certificação do cumprimento das metas.

O cumprimento das metas de 2003 foi acelerado em função da aquisição das licenças de Serviço Móvel Pessoal – SMP, relativas à área de concessão da Brasil Telecom. Com a certificação do cumprimento de metas, além da possibilidade de atuação em outras regiões, a Brasil Telecom estará apta a oferecer aos seus clientes um portfólio completo e integrado de produtos, serviços e soluções, incluindo telefonia móvel e chamadas de longa distância inter-regional e internacional.

A empresa atingiu ou superou a meta em 410 das 420 medições de indicadores de qualidade estabelecidas pela Anatel no do Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC, conforme apresentado a seguir:

Tabela 2: Metas de Qualidade

DAS METAS DE QUALIDADE DO SERVIÇO												
Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos (meta de 98%) - Matutino	99,96	99,99	99,97	99,92	99,92	99,98	99,96	99,97	99,97	99,97	99,94	99,98
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos (meta de 98%) – Vespertino	99,96	99,99	99,96	99,96	99,95	99,98	99,96	99,96	99,97	99,98	99,96	99,98
Taxa de obtenção do sinal de discar com tempo máximo de espera de 3 segundos (meta de 98%) – Noturno	99,96	99,99	99,97	99,90	99,93	99,98	99,98	99,96	99,94	99,95	99,96	99,96
Taxa de chamadas locais originadas completadas (meta de 65%) – Matutino	68,84	69,99	68,84	67,20	67,77	68,20	68,44	68,99	69,15	68,36	69,06	68,50
Taxa de chamadas locais originadas completadas (meta de 65%) – Vespertino	68,97	70,26	69,83	67,58	67,77	66,89	68,34	68,84	69,13	68,97	69,32	69,00
Taxa de chamadas locais originadas completadas (meta de 65%) – Noturno	67,43	68,72	67,76	66,73	66,28	66,58	66,24	66,67	67,59	66,95	67,43	66,18
Taxa de chamadas locais originadas não completadas por congestionamento (meta de 5%) - Matutino	1,76	1,68	1,45	1,15	0,85	0,63	0,69	0,92	0,67	1,10	0,65	1,08
Taxa de chamadas locais originadas não completadas por congestionamento (meta de 5%) – Vespertino	1,83	1,82	1,39	1,00	0,71	0,96	0,73	0,73	0,75	0,68	0,67	0,88
Taxa de chamadas locais originadas não completadas por congestionamento (meta de 5%) – Noturno	2,96	2,71	2,63	0,97	0,95	0,80	0,89	1,32	0,77	0,82	1,02	1,58
Taxa de chamadas de LDN originadas completadas - valor consolidado (meta de 65%) – Matutino	65,98	66,13	65,62	66,63	67,76	67,42	68,23	68,20	67,03	63,70	66,25	67,76
Taxa de chamadas de LDN originadas completadas - valor consolidado (meta de 65%) – Vespertino	65,80	65,12	66,58	67,78	68,23	66,49	68,21	69,16	67,39	66,68	67,82	67,84
Taxa de chamadas de LDN originadas completadas - valor consolidado (meta de 65%) – Noturno	61,47	63,53	66,09	65,68	66,41	66,05	65,66	67,48	65,58	65,30	66,80	65,13
Taxa de chamadas de LDN originadas não completadas por congestionamento – valor consolidado (meta de 5%) – Matutino	1,93	1,89	2,89	2,39	1,92	2,22	1,40	2,35	1,54	3,58	1,82	1,44
Taxa de chamadas de LDN originadas não completadas por congestionamento - valor consolidado (meta de 5%) – Vespertino	2,51	2,96	2,02	1,41	1,57	2,02	1,36	1,43	1,16	1,24	1,14	1,35

Taxa de chamadas de LDN originadas não completadas por congestionamento - valor consolidado (meta de 5%) – Noturno	5,05	2,80	2,40	2,08	2,06	2,06	1,67	1,33	1,27	1,43	1,43	2,54
DAS METAS DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE REPARO												
Taxa de número de solicitações de reparo por 100 acessos do STFC (meta de 2,5 solicitações)	2,30	2,01	2,49	1,99	2,07	1,76	1,95	1,93	1,98	1,99	1,93	1,95
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários residenciais em até 24 horas (meta de 96%)	98,73	98,52	96,38	98,70	99,02	99,18	98,30	99,21	98,46	98,92	99,32	99,28
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários não residenciais em até 8 horas (meta de 96%)	97,71	97,53	94,03	98,33	98,77	98,74	98,36	98,82	98,28	97,99	98,71	98,85
Taxa de atendimento de solicitações de reparo de usuários que são prestadores de serviço de utilidade pública em até 2 horas (meta de 98%)	100	96	100	97	100	100	100	100	100	100	100	100
DAS METAS DE ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DE MUDANÇA DE ENDEREÇO												
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários residenciais em até 3 dias úteis (meta de 96%)	98,99	99,24	93,76	97,08	99,29	99,58	99,32	99,43	99,66	99,71	99,67	99,60
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários não residenciais em até 24 horas (meta de 96%)	98,08	98,23	88,40	92,99	98,51	99,01	98,77	98,35	99,41	98,99	98,50	98,97
Taxa de atendimento às solicitações de mudança de endereço de usuários que são prestadores de serviço de utilidade pública em até 6 horas (meta 98%)	100	100	NO	100	100	NO	100	100	100	100	100	100
DAS METAS DO ATENDIMENTO POR TELEFONE AO USUÁRIO												
Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos (meta de 93%) – Matutino	99,32	98,88	98,23	96,53	99,61	95,16	98,78	95,93	97,88	97,93	98,24	96,58
Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos (meta de 93%) – Vespertino	97,14	95,43	99,45	98,72	99,66	99,45	99,03	96,41	99,17	98,84	95,64	99,04
Taxa de atendimento por telefone ao usuário do STFC em até 10 segundos (meta de 93%) – Noturno	97,11	99,44	99,45	99,69	99,67	99,45	99,35	98,23	98,88	98,84	98,63	98,48
DAS METAS DE QUALIDADE PARA TELEFONE DE USO PÚBLICO												
Número de solicitações de reparo de telefones de uso público (TUP) por 100 TUP em serviço (meta de 12 solicitações)	8,52	7,46	8,54	8,19	8,67	7,19	8,16	9,08	8,06	8,13	8,13	11,99
Taxa de atendimento de solicitações de reparos de telefones de uso público (TUP) em até 8 horas (meta de 96%)	98,11	98,34	96,50	98,61	98,63	98,84	99,12	99,36	99,46	99,30	96,48	96,58
DAS METAS DE INFORMAÇÃO DO CÓDIGO DE ACESSO DO USUÁRIO												

Taxa de informação do código de acesso do usuário respondida em até 30 segundos (meta de 96%)	98,11	98,25	98,75	98,41	98,45	98,58	98,60	98,66	97,90	98,26	98,52	98,44
DAS METAS DE ATENDIMENTO À CORRESPONDÊNCIA DO USUÁRIO												
Taxa de atendimento à correspondência do usuário respondida em até 5 dias úteis (meta de 100%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
DAS METAS DE ATENDIMENTO PESSOAL AO USUÁRIO												
Taxa de atendimento pessoal ao usuário em até 10 minutos (meta de 95%)	100	100	100	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
DAS METAS DE EMISSÃO DE CONTAS												
Número de contas com reclamação de erro em cada 1.000 contas emitidas (meta de 3 contas) - modalidade local	1,61	1,70	1,28	1,44	1,41	0,82	1,07	1,10	0,98	0,85	1,41	2,03
Número de contas com reclamação de erro em cada 1.000 contas emitidas (meta de 3 contas) - modalidade LDN	0,60	0,87	0,36	0,65	0,55	0,35	0,58	0,77	0,56	0,67	0,38	0,38
Taxa do número de contas contestadas com crédito devolvido ao usuário (meta de 96%) - modalidade local	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Taxa do número de contas contestadas com crédito devolvido ao usuário (meta de 96%) - modalidade LDN	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
DAS METAS DE MODERNIZAÇÃO DE REDE												
Taxa de digitalização da rede local (meta de 85%)	97,68	97,77	98,31	98,44	98,56	98,72	98,73	98,93	98,81	98,81	98,81	98,95
Número total de metas cumpridas (meta de 35)	33	33	32	33	35	35	35	35	35	34	35	35

Meta cumprida **Meta não cumprida** NA = Não aplicável NO = Não houve ocorrência

No dia 12 de fevereiro de 2003, a Anatel divulgou os resultados de sua primeira pesquisa de satisfação dos clientes de serviços telefônicos, na qual foram entrevistados 84,2 mil usuários entre julho e dezembro de 2002. Os índices de satisfação com as 34 prestadoras de serviços de telefonia fixa foram segmentados em residencial, não-residencial e telefonia pública.

No segmento residencial, de um total de 34 prestadoras, as filiais de Pelotas e Santa Catarina, obtiveram o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, no índice de satisfação do Brasil. No segmento não-residencial, as dez prestadoras da Brasil Telecom estão entre as 14 com os maiores índices de satisfação, e no de telefonia pública, as quatro melhores prestadoras do país são da Brasil Telecom.

O desempenho da Empresa mostra o compromisso da Empresa com a qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Marketing

Mercado Residencial e SOHO

As ações da Brasil Telecom junto ao mercado residencial estiveram concentradas na criação e prestação de serviços de maior valor agregado, sempre visando um considerável incremento na receita média por terminal em serviço. Para alcançar este objetivo, a Empresa estabeleceu parcerias no intuito de ampliar os canais de vendas dos serviços, sobretudo dos serviços inteligentes, ainda com reduzida penetração no mercado brasileiro.

Nesse sentido, a Brasil Telecom firmou uma parceria com os principais fabricantes de identificadores de chamadas. Grandes redes de varejo foram credenciadas pela Brasil Telecom para que a venda dos aparelhos fosse facilitada. Ao longo do ano, foram enviados 6,5 milhões de encartes nas contas telefônicas de clientes residenciais e *Small Office, Home Office* - SOHO.

Outra ação importante iniciada em 2002 foi a segmentação dos clientes residenciais de telefonia fixa em grupos de consumidores segundo seus hábitos. Essa providência, quando plenamente implementada, permitirá à Empresa oferecer produtos e serviços de acordo com o perfil de cada grupo.

Com o atendimento de 100% da demanda de telefonia convencional, a Brasil Telecom vem estudando e implementando planos alternativos com o objetivo de melhor utilizar a infraestrutura disponível e, também, oferecer soluções mais adequadas ao perfil sócio-econômico de cada cliente.

Entre os novos serviços desenvolvidos para o segmento residencial e SOHO, podemos destacar: telefone pré-pago, SOS Fone, e Fale.com.

Mercado Empresarial

Visando oferecer um atendimento diferenciado ao mercado de pequenas e médias empresas que, sem dúvida, representa um importante nicho, a Brasil Telecom ampliou o canal direto de relacionamento com esses clientes e aumentou sua capilaridade para melhor atender esse segmento em sua área de concessão. O número de "agentes autorizados", por exemplo, aumentou em 54% no ano de 2002. Um dos objetivos permanentes da Brasil Telecom é levar ao cliente soluções integradas e adequadas as suas reais necessidades.

Para solidificar o relacionamento com o mercado de pequenas e médias empresas, foi lançada uma campanha de marketing durante os meses de agosto a novembro de 2002, onde foi apresentado o portfólio de produtos, serviços e soluções da Brasil Telecom, além de terem sido reforçados os canais de atendimento.

O mercado empresarial ganhou também, um novo canal de comunicação: a *newsletter* "14 Na Linha", com edições trimestrais, que objetivam manter o mercado informado sobre as principais

novidades, *cases*, ofertas de produtos e serviços, dicas para os serviços de telecomunicações para o dia-a-dia, dentre outras informações de interesse desse público.

Na linha do atendimento personalizado, o destaque é o lançamento do produto "IP Turbo" que possui características específicas para atendimento ao mercado de pequenas e médias empresas das suas necessidades de Internet.

Mercado Telefonia Pública

A telefonia pública, para a Brasil Telecom, não é somente um serviço de cunho eminentemente social, mas sim um mercado com grande potencial a ser explorado, ou seja, um segmento estratégico, devido à grande visibilidade externa e sua abrangência em todas as classes sociais. Baseando-se nessas premissas, a Empresa desenvolveu ações no sentido de incrementar a quantidade média de uso de créditos por cartão. Um exemplo foi o lançamento do cartão de 40 créditos, que alcançou excelente desempenho, tornando-se o principal produto no portfólio da telefonia pública da Brasil Telecom.

Além dessa iniciativa, foram feitas diversas campanhas de sucesso ao longo do ano, como as campanhas: LigMania Sítio do Pica-Pau Amarelo, Criança Esperança, Natal - Fábrica do Papai Noel, Reveillon - Superstições de Ano Novo, como também, o lançamento da nova loja virtual de telecartofilia.

Mercado Corporativo e Governo

Para o mercado corporativo e governo, a Brasil Telecom tem sua estratégia baseada na oferta integrada de produtos e serviços, com soluções completas e inovadoras. Simultaneamente, a Empresa entende que é fundamental trabalhar com estruturas competitivas de preços, atreladas ao que há de mais moderno e seguro em se tratando de telecomunicações.

Uma das prioridades da Brasil Telecom em 2002 foi buscar a excelência no relacionamento com o cliente corporativo, com a finalidade de identificar suas necessidades e atendê-las com a melhor relação custo-benefício.

Para isso, em maio de 2002, a Brasil Telecom realizou em Florianópolis um evento onde teve a oportunidade de reunir seus principais clientes e lhes apresentar melhor a Empresa, seus dirigentes e sua moderna plataforma tecnológica, com base na qual todos os serviços e soluções são disponibilizados com qualidade e absoluta segurança.

O foco no relacionamento, bem como o trabalho em equipe visando atender e satisfazer às necessidades do cliente, foi ressaltado de forma criativa e inovadora no referido evento. O sucesso dessa ação se repetiu no Rio de Janeiro em setembro de 2002 e contou com a participação de clientes potenciais.

Atualmente, os clientes corporativos e o governo contam com uma estrutura exclusiva de atendimento personalizado, disponível 24 horas por dia. Além disso, são atendidos por uma equipe de consultores especializada.

Visando fortalecer a imagem da Brasil Telecom como principal parceira e provedora de soluções de comunicações para a área governamental, em especial no que tange às ações de inclusão digital, a Empresa patrocinou o 1º Fórum Internacional de Governo Eletrônico, realizado em junho de 2002, em Brasília.

Sempre atenta à tendência de interatividade através da telefonia, a Brasil Telecom participou ativamente das campanhas de tele-doação. Os projetos Criança Esperança e Teleton são os maiores projetos desse segmento. Essa tendência também se manifesta em outras aplicações, como a tele-votação, e indica o foco da Empresa em permitir amplas possibilidades de interatividade da comunidade através do uso dos recursos de telecomunicações.

Cyber Data Center - CyDC

Em 2002, foram inaugurados dois *data centers*, um em Brasília e o outro em Porto Alegre, que, com o já existente em Curitiba, possibilitaram à Brasil Telecom fortalecer sua estratégia de fornecer soluções completas, de alta tecnologia e totalmente adaptadas às necessidades de seus clientes.

Adotando uma infra-estrutura de dados descentralizada, a Brasil Telecom entende que o cliente se sente mais seguro ao saber que suas informações estão próximas das suas instalações. No entanto, vale destacar que os *Cyber Data Center - CyDC* estão interligados por redes de alta velocidade, garantindo serviços de alto valor agregado, contando com recursos de segurança física e lógica.

Visando ainda fortalecer as ações para a comercialização do CyDC, a Brasil Telecom estabeleceu parcerias com o objetivo de possibilitar a oferta de produtos e serviços voltados para segmentos de mercado com abordagens específicas.

Banda Larga

Como parte da estratégia de fidelização da base de clientes, a Brasil Telecom ampliou o esforço de vendas do serviço Turbo (tecnologia ADSL) para os clientes residenciais com alto poder aquisitivo, tornando disponível o serviço em estações que atendem áreas das classes A e B, oferecendo atualmente este serviço em 190 municípios da Região II.

Objetivando diferenciar seu produto e aumentar a receita média por acesso, a Empresa reposicionou sua linha de produtos ADSL, criando a família "Turbo", que possui velocidades de acesso variando de 300Kbps a 1,0Mbps de *downstream* e de 150Kbps a 300Kbps de *upstream*. Ainda dentro da filosofia de aumentar a receita do negócio de banda larga, foram desenvolvidos serviços de valor agregado que utilizam a infra-estrutura da rede ADSL. Como exemplo, temos o Turbo Vídeo que utiliza a rede de banda larga para a transmissão de *Video on Demand* e o VPN Simples que possibilita a troca de conteúdos via Internet com segurança em um acesso dedicado.

Para incrementar as vendas da família "Turbo", foram assinados contratos com os principais fornecedores para cobrança do *modem* em conta telefônica. Também foram homologadas diversas novas marcas de *modems*, a fim de incentivar a concorrência entre fabricantes e provocar a redução dos preços para os clientes.

Em 2002, foram celebradas parcerias com provedores regionais e nacionais, tendo sido firmados 319 contratos com provedores que, além de autenticar usuários dos produtos Turbo e Turbo Empresas, também fazem o papel de canais de vendas.

Estratégia de Reajuste e Valores de Tarifas

Plano Básico Local

O reajuste das tarifas do Plano Básico Local considera uma cesta de serviços: habilitação, assinaturas por categoria de terminal e pulso. A estratégia adotada pela Brasil Telecom para o reajuste de 2002 significou a concentração do reajuste na assinatura residencial e no pulso. As tarifas referentes à habilitação, assinatura não residencial e tronco foram reduzidas, atingindo-se com essa combinação o reajuste médio máximo permitido para a cesta: 8,3%. Além da cesta de serviços, também fazem parte do Plano Básico Local os itens: mudança de endereço, reajustada em 9,4%, cartão de crédito indutivo, reajustado em 8,0% e chamada local para o serviço móvel - VC-1, que tem data de reajuste diferente dos demais (como pode ser observado no item Chamadas Fixo-Móvel).

Plano Básico LDN

Para as tarifas do Plano Básico Longa Distância Nacional (LDN), que considera somente as chamadas originadas e destinadas a terminais fixo, o reajuste de 2002 foi linear. A única diferença foi para a filial do Rio Grande do Sul, em que o reajuste da tarifa do Degrau Tarifário 4, foi maior. Dessa forma, todas as filiais da Brasil Telecom passaram a praticar tarifas equivalentes.

A Brasil Telecom reajustou a cesta longa distância em 4,97%, optando por um reajuste linear, independentemente de distâncias e horários, porquanto vinha reajustando, diferentemente, as tarifas de curta distância e horários normal e reduzido.

Também fazem parte do Plano Básico LDN, as chamadas destinadas ao serviço móvel, VC-2 e VC-3, que foram reajustadas em datas distintas das tarifas fixo-fixo (como pode ser observado no item: Chamadas Fixo-Móvel).

Chamadas Fixo-Móvel

Para o reajuste das chamadas fixo-móvel, VC-1, VC-2 e VC-3, a Brasil Telecom vem aplicando o reajuste máximo autorizado pela Anatel, de forma linear, em função dos altos custos com a remuneração da rede móvel (TU-M/VU-M).

Em fevereiro de 2002, as tarifas para ligações fixo-móvel tiveram reajuste médio de 9,9% para o VC-1 e de 8,8% para o VC-2 e VC-3.

Tarifas de Uso de Redes

As tarifas de uso de redes local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU) vêm sendo reajustadas pelo índice máximo permitido pela Anatel, representando em 2002 um aumento de 1,65% para a TU-RL e de 5,02% para a TU-RIU. No ano de 2002, as concessionárias solicitaram o reajuste em junho, porém a Anatel homologou o referido reajuste apenas no mês de dezembro, com a aplicação dos novos valores retroativa a junho.

As tarifas de uso de rede móvel (TU-M/VU-M), que representam uma despesa para a Brasil Telecom quando da realização de chamadas para telefones móveis, também vêm sendo reajustadas anualmente, no percentual máximo permitido pela Anatel. Em fevereiro de 2002, essas tarifas foram reajustadas em média 11,0%.

Relacionamento com Clientes

Este foi um ano de consolidação de infra-estrutura e parcerias, dentro da estratégia de relacionamento com clientes. Apenas a título de ilustração, é importante registrar que os *call centers* da Brasil Telecom recebem em média 31,5 milhões de chamadas por mês, o que mostra a dimensão dessa operação.

Em 2002, a Empresa deu continuidade à implantação de sistemas de *Customer Relationship Management – CRM, Work Force Management, Data Warehouse*, além de ter implementado novas plataformas de *call center* e desenvolvido sua nova página na *web*.

O projeto CRM, por exemplo, foi desenvolvido visando um melhor aparelhamento da Empresa no que concerne a relacionamento com o cliente, já que a ferramenta permite a organização e o armazenamento de informações importantes e estratégicas sobre o perfil dos clientes, integrando-as numa mesma base. Isso facilita a análise, permitindo o estabelecimento e a manutenção de um relacionamento mutuamente vantajoso e duradouro.

O *website* da Brasil Telecom recebeu 1,6 milhão de acessos por mês no último trimestre de 2002. Ao final do ano, 207 mil clientes possuíam cadastro na página da Empresa, o que representou uma expansão de 67% em relação a 2001, consolidando a estratégia de torná-lo mais um canal de relacionamento com o cliente.

No decorrer do ano, o *website* foi completamente reformulado, tendo como foco principal o cliente e sua respectiva necessidade. A reformulação considerou a criação de portais específicos para cada segmento de mercado: residencial, SOHO, empresarial, corporativo e governo, bem como o desenvolvimento de novos serviços, tais como: conta por *e-mail*, conta interativa, pagamento *on-line* e gráficos de consumo.

Em 2002, a Brasil Telecom consolidou e expandiu sua parceria com as maiores redes de atendimento do país – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, casas lotéricas e Caixa Econômica Federal - CEF, oferecendo alguns tipos de serviços em mais de 10 mil pontos de atendimento.

Nas casas lotéricas, foram realizadas 8,6 milhões de consultas *on-line* de débito de conta e 5,8 milhões de pagamentos sem conta, com o desbloqueio automático do terminal telefônico, e nas agências dos Correios das capitais da Região II, o cliente já pode solicitar diversos serviços da Brasil Telecom.

BrT Serviços de Internet S.A.

A BrT Serviços de Internet S.A. - BrTi, subsidiária integral da Brasil Telecom S.A., foi constituída em outubro de 2001, tendo como missão ser a líder e a referência do mercado na distribuição e acesso de mídias interativas e no oferecimento de soluções integradas baseadas na Internet.

A empresa lançou, em novembro de 2001, o portal BrTurbo, provedor de acesso à Internet em alta velocidade, com o objetivo de incrementar a comercialização do produto "Turbo" da Brasil Telecom. Em 2002, a operação do BrTurbo pôde ser dividida em duas fases principais. A primeira teve como finalidade consolidar a marca e o novo conceito de um portal 100% banda larga. A segunda fase foi caracterizada pela reformulação do portal e a introdução de novos conteúdos banda larga, dentre os quais destacamos as transmissões ao vivo de canais de notícias e entretenimento, canais de vídeo sob demanda de curtas-metragens e reportagens sobre esportes radicais, além do canal exclusivo para jogos *on line*.

Em novembro, foi lançado o serviço "TurboMeeting", que permite a realização de videoconferências entre dois pontos. Todas essas iniciativas aumentaram a audiência média diária de 1,5 milhão de *hits* em janeiro de 2002 para 7,5 milhões de *hits* em dezembro do mesmo ano.

O BrTurbo conquistou a liderança, em número de clientes ativos, entre os provedores que operam serviços de acesso de alta velocidade baseados em tecnologia ADSL, na área de concessão da Brasil Telecom, chegando em dezembro com 54,7 mil clientes. Cerca de 39% dos clientes Turbo da Brasil Telecom utilizam o BrTurbo como provedor de acesso à Internet.

Em 2002, também foi iniciada a implantação de uma estratégia de atendimento a clientes empresariais, principalmente, às pequenas e médias empresas e SOHO, que resultou no lançamento do portal BrTData, com o objetivo de atender às demandas por espaço para *backup* e para armazenamento de informações, contas de *e-mail* e publicação de *sites* na Internet. A BrT foi, ainda, vencedora da licitação de Endereço Eletrônico Permanente da ECT, projeto que prevê o fornecimento de 4,2 milhões de caixas de *e-mail* gratuitos ao longo de quatro anos, representando a maior solução de caixas postais da América Latina.

GlobeNet

Em 15 de novembro de 2002, a Brasil Telecom celebrou, com empresas afiliadas da GlobeNet Communications Group Ltd., Contrato de Compra e Venda de Ações e Ativos, estabelecendo a aquisição de todo o sistema de cabos submarinos de fibra ótica do Grupo GlobeNet, interligando

pontos de conexão nas regiões de Nova York e Miami (Estados Unidos), St. David's (Ilhas Bermudas), Fortaleza e Rio de Janeiro (Brasil) e Maiquetia (Caracas, Venezuela). A transação será realizada através da aquisição de ativos situados nos Estados Unidos, nas Ilhas Bermudas, no Brasil e na Venezuela.

A transação, que está condicionada à verificação de determinadas condições usuais em operações dessa natureza, foi implementada pela Brasil Telecom através de sua subsidiária integral BrTi que, por sua vez, poderá constituir subsidiárias no exterior para realizar a aquisição dos ativos e da participação acionária situados no exterior.

O valor da transação será equivalente a US\$48 milhões, dos quais US\$28,8 milhões serão pagos na data do fechamento da transação e o restante, no valor de US\$19,2 milhões serão pagos no prazo de 18 meses após o pagamento da primeira parcela.

O Grupo GlobeNet foi criado em 1998 para prover serviços de comunicação de fibra ótica nos Estados Unidos e internacionalmente entre os Estados Unidos e a América do Sul. O sistema do Grupo GlobeNet é composto por dois anéis de cabos submarinos protegidos, representando aproximadamente 22.000 km da melhor tecnologia de cabos de fibra ótica interligando o Brasil aos Estados Unidos, passando pela Venezuela e pelas Ilhas Bermudas, com capacidade instalada de 80Gbps, podendo chegar até 1,36Tbps. Com essa capacidade instalada, não há expectativa de investimentos adicionais em ativo imobilizado no curto prazo.

Com essa transação, a Brasil Telecom prossegue com a sua estratégia de consolidação e expansão como provedora de serviços IP Banda Larga, Residencial e Corporativo, além de tornar-se proprietária de uma importante conexão ótica entre o Brasil e os Estados Unidos, fundamental para os interesses do País.

Aquisição de Licença do SMP

Em linha com a estratégia de oferecer soluções integradas aos seus clientes, a Brasil Telecom adquiriu as licenças do Serviço Móvel Pessoal – SMP por R\$191,5 milhões, em leilão realizado no dia 19 de novembro de 2002. Em relação ao preço mínimo de R\$184,9 milhões, a Brasil Telecom pagou um ágio de 3,6%.

A Brasil Telecom assinou o Termo de Autorização no dia 19 de dezembro de 2002, quando efetuou o pagamento equivalente a 10% do total proposto. Os 90% restantes serão pagos em seis parcelas iguais e anuais, com vencimento, respectivamente, em até 36, 48, 60, 72, 84 e 96 meses contados da data de assinatura do Termo de Autorização. As parcelas serão corrigidas pelo IGP-DI.

Na comparação com os valores pagos pelas mesmas licenças no leilão realizado em 13 de fevereiro de 2001, observamos uma situação favorável à Brasil Telecom, que adquiriu suas licenças por um montante inferior em, aproximadamente, R\$350 milhões ao valor pago àquela época.

MetroRED

No dia 18 de fevereiro de 2003, a Brasil Telecom anunciou a aquisição de 19,9% do capital social da MTH do Brasil Ltda., sociedade detentora de 99,99% do capital social da MetroRED Telecomunicações Ltda. (MetroRED Brasil), por US\$17,0 milhões. Além disso, a Brasil Telecom possui uma opção de compra dos 80,1% restantes do capital social da MTH, pelo valor de US\$51,0 milhões, que só poderá ser exercida após a certificação, pela Anatel, do cumprimento das metas de 2003 previstas nos contratos de concessão da Empresa.

A MetroRED Brasil permitirá à Brasil Telecom dar continuidade a estratégia de posicionar-se como líder na prestação de serviços de transmissão de dados para o mercado corporativo. A rede de transporte da MetroRED Brasil é totalmente complementar à rede da Brasil Telecom e possui ótima capilaridade nos três principais mercados corporativos fora da Região II - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O sistema possui 331 km de rede local e 1.496 km de rede de longa distância conectando aquelas cidades.

A empresa também possui um Centro de Soluções de Internet de 3.500 m2 em São Paulo, que oferece serviços de *co-location*, *hosting* e valor agregado. Além disso, a empresa possui um time gerencial com larga experiência e profundo conhecimento dos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Desempenho Operacional

Tabela 3: Indicadores Operacionais

	2002	2001	2000	1999
Linhas Instaladas (Mil)	10.548	10.015	8.955 ¹	5.243
Linhas Instaladas Adicionadas (Mil)	533	1.060	3.712	1.060
Linhas em Serviço - LES (Mil)	9.465	8.638	7.446 ²	4.718
Residenciais	6.862	6.281	5.247	3.316
Não-Residenciais	1.540	1.540	1.457	959
Telefones Públicos - TUP	293	286	220 ³	121
Pré-pagos	206	0	0	0
Outras (Inclui PABX)	564	531	522	322
LES Adicionadas (Mil)	827	1.192	2.728	941
Linhas Médias em Serviço - LMES (Mil)	9.052	8.042	6.082	4.248
LES/100 Habitantes	23,1	21,5	19,2	16,6
TUP/1.000 Habitantes	7,2	7,1	5,7	4,3
TUP/100 Linhas Instaladas	2,8	2,9	2,5	2,3
Taxa de Utilização	89,7%	86,3%	83,2%	90,0%
Taxa de Digitalização	99,0%	97,3%	93,1%	84,7%

¹ Inclui 1.851 mil linhas referentes à aquisição da CRT, realizada em 31/07/2000.

² Inclui 1.732 mil linhas referentes à aquisição da CRT, realizada em 31/07/2000.

³ Inclui 43 mil TUP referentes à aquisição da CRT, realizada em 31/07/2000.

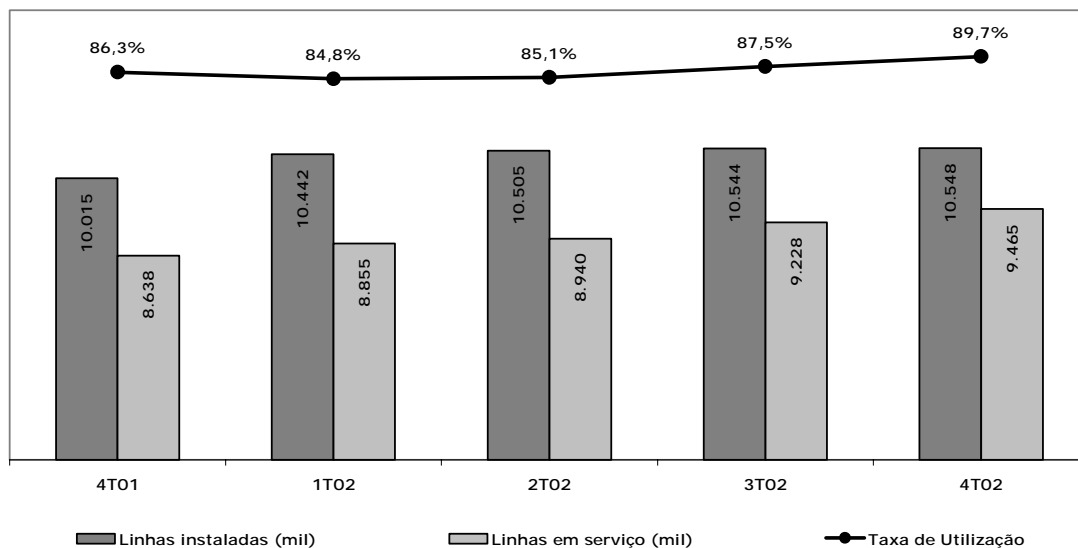
Ao longo de 2002, a Brasil Telecom adicionou 533 mil linhas à sua planta instalada, totalizando 10,5 milhões de linhas ao final do ano. O crescimento em relação a 2001 foi equivalente a 5,3%, demonstrando que a planta da Brasil Telecom estava dimensionada para a demanda existente em 2002.

Com relação à planta em serviço, a Brasil Telecom encerrou, o ano de 2002, com 9,5 milhões de linhas, o que representou a adição líquida de 827 mil linhas. Basicamente, o crescimento de 9,6% na comparação com a planta em serviço de 2001 pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das linhas residenciais, em função das ações de marketing voltadas para a comercialização de planos promocionais, e pelo início da comercialização dos terminais pré-pagos, disponíveis somente nas centrais ociosas e voltados para clientes com risco de crédito.

Outro fator importante que contribuiu para o aumento da planta em serviço foi a política adotada pela Brasil Telecom, a partir de julho, de não retirada dos terminais dos clientes inadimplentes. Com essa política, a Brasil Telecom manteve os terminais em bloqueio parcial nas centrais com capacidade ociosa, reduzindo os custos com o desligamento e a reinstalação de terminais e incrementando o tráfego em sua rede.

O aumento da planta instalada, combinado com a expansão da planta em serviço resultou em uma taxa de utilização (linhas em serviço em relação às instaladas) de 89,7%, superando em 3,4 p.p. a taxa observada em 2001.

Gráfico 2: Planta

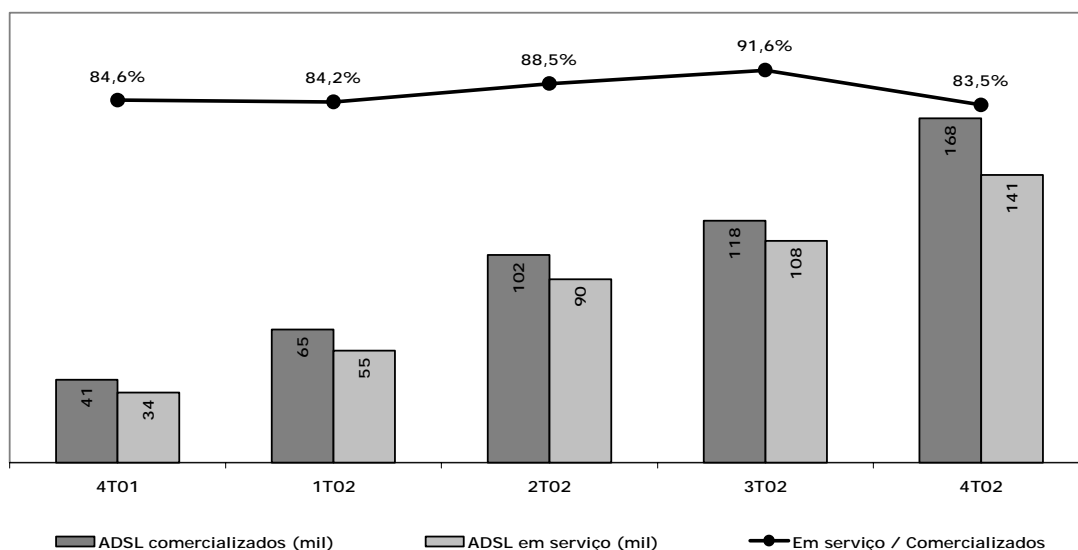


Ao final de dezembro de 2002, a planta da Brasil Telecom era 99,0% digital, representando um acréscimo de 1,7 p.p. em relação à taxa registrada no ano anterior.

A planta de telefonia pública da Brasil Telecom era composta por 293 mil terminais em 31 de dezembro de 2002, representando um crescimento de, aproximadamente, 2,5% em relação ao ano anterior.

Ao final de 2002, a Brasil Telecom atingiu a marca de 168,4 mil acessos ADSL comercializados, um aumento de 314,4% em relação a 2001. Durante o ano, a Brasil Telecom colocou 106,3 mil acessos ADSL em serviço, encerrando o ano com 140,7 mil.

Gráfico 3: Acessos ADSL



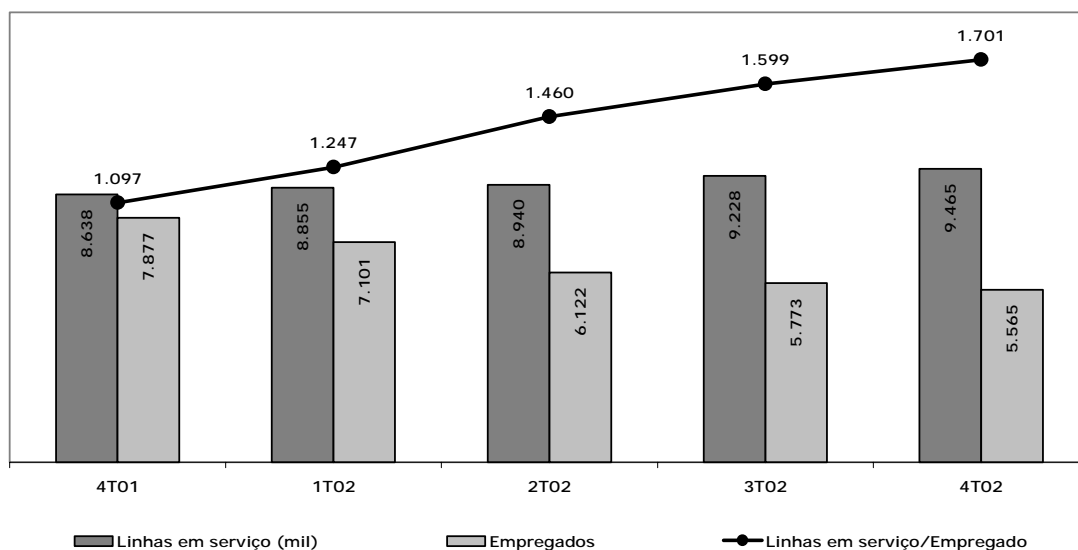
Produtividade

A Brasil Telecom encerrou o ano de 2002 com 5.565 empregados, representando uma redução líquida de 2.312 empregados em relação a 2001. Ao longo de 2002, a Brasil Telecom realizou um total de 694 admissões e de 3.006 desligamentos. Os desligamentos refletiram a

terceirização de atividades operacionais, principalmente no que se refere à manutenção da planta interna e externa, e a reestruturação corporativa.

Além da queda de 29,4% no número de empregados, a expansão de 9,6% da planta em serviço contribuiu para o aumento de 55,1% na produtividade da Brasil Telecom em 2002, que atingiu 1.701 linhas em serviço (LES)/empregado, contra 1.097 em 2001.

Gráfico 4: Produtividade



Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Tabela 4: Indicadores Financeiros

	2002	2001	2000	1999
Receita Operacional Líquida - R\$ Milhões	7.071	6.158	3.810	977
Receita Operacional Líquida / LMES ¹ / mês - R\$	65,1	63,8	52,2	19,2
EBITDA - R\$ Milhões	3.353	2.674	1.879	460
Margem EBITDA	47,4%	43,4%	49,3%	47,1%
EBITDA / LMES / mês - R\$	30,9	27,7	25,7	9,0
Lucro Líquido - R\$ Milhões	440	281	451	(46)
Margem Líquida	6,2%	4,6%	11,8%	-4,7%
Lucro Líquido / LMES / mês - R\$	4,1	2,9	6,2	(0,9)
Retorno sobre Ativo Total Médio	3,0%	2,1%	6,0%	-1,8%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	6,4%	4,0%	10,2%	-2,6%
Dívida Total	5.082	4.035	3.213	473
Caixa	1.423	331	802	41
Dívida Líquida	3.659	3.704	2.411	433
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	52,5%	54,0%	33,7%	25,4%
Dividendos / JSCP ² - R\$ Milhões	325	232	203	-
Pay Out (Dividendos e JSCP / Lucro Líquido)	73,8%	82,4%	45,1%	0,0%

⁽¹⁾ LMES = Linhas Médias em Serviço

⁽²⁾ JSCP = Juros sobre o Capital Próprio

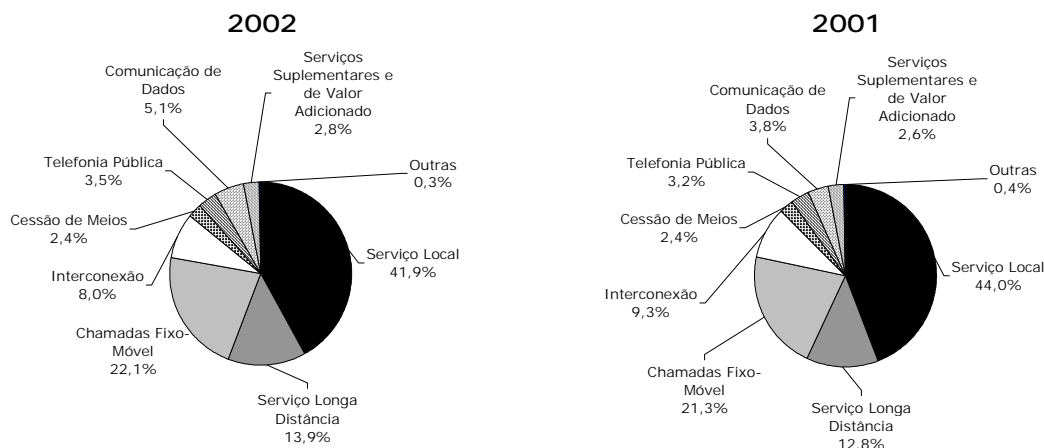
Receita

Em 2002, a receita bruta consolidada atingiu R\$9.840 milhões, 16,3% superior à receita observada no ano de 2001. O crescimento de R\$1.381 milhões da receita deve-se, basicamente, ao melhor desempenho do serviço local (+ R\$396 milhões), das chamadas fixo-móvel (+ R\$372 milhões), do serviço longa distância nacional (+ R\$279 milhões) e da comunicação de dados (+ R\$180 milhões). A receita líquida consolidada totalizou R\$7.071 milhões, superando em 14,8% à obtida em 2001.

Tabela 5: Receita Bruta por Serviço

R\$ Milhões	2002	2001	Varição
Serviço Local	4.121,1	3.725,1	10,6%
Serviço Longa Distância	1.363,7	1.085,1	25,7%
Chamadas Fixo-Móvel	2.176,8	1.805,3	20,6%
Interconexão	785,8	789,6	-0,5%
Cessão de Meios	235,5	204,8	15,0%
Telefonia Pública	341,8	274,2	24,6%
Comunicação de Dados	505,0	324,7	55,5%
Serviços Suplementares e de Valor Adicionado	278,8	216,5	28,8%
Outras	31,2	33,2	-6,1%
Receita Operacional Bruta	9.839,7	8.458,4	16,3%
Deduções	(2.768,3)	(2.300,1)	20,4%
Receita Operacional Líquida	7.071,4	6.158,4	14,8%

Gráfico 5: Composição da Receita Bruta



A receita consolidada do serviço local alcançou R\$4.121 milhões em 2002, um aumento de 10,6% em relação a 2001. O aumento da receita do serviço local deve-se à expansão de 12,6% da planta média em serviço, combinada com o reajuste tarifário médio de 8,3% da cesta de serviço local, que passou a vigorar a partir de 28 de junho de 2002. Há que se considerar que, no decorrer do ano, a Brasil Telecom estimulou a comercialização de planos promocionais, os quais isentam o cliente do pagamento da tarifa de habilitação, além de concederem descontos na tarifa de assinatura. A assinatura básica e o serviço medido foram responsáveis por R\$2.657 milhões e R\$1.315 milhões, correspondendo a 64,5% e 31,9% da receita bruta do serviço local, respectivamente.

A receita consolidada de chamadas de longa distância atingiu R\$1.364 milhões em 2002, um aumento de 25,7% em relação a 2001. A maior participação reflete o crescimento de 12,6% na planta média em serviço da Brasil Telecom e o reajuste tarifário médio de 4,97% da cesta de serviço de longa distância, que passou a vigorar a partir de 28 de junho de 2002. Além disso, a Brasil Telecom aumentou sua participação média de mercado de 82,2% para 86,5% no segmento intra-setorial e de 67,0% para 73,0% no segmento intra-regional.

A receita consolidada de chamadas fixo-móvel atingiu R\$2.177 milhões em 2002, um aumento de 20,6% em relação a 2001. O aumento de 10,1% no tráfego fixo-móvel no período e o reajuste de 9,9% para a tarifa VC-1 e de 8,8% para as tarifas VC-2 e VC-3, autorizado pela Anatel em fevereiro de 2002, foram os principais responsáveis pelo incremento na receita.

A receita consolidada de interconexão totalizou R\$786 milhões em 2002, mantendo-se estável em relação ao ano anterior. Em 2001 a receita consolidada de interconexão representou 9,3%

da receita bruta, enquanto em 2002 a participação foi de 8,0% da receita bruta. A queda na participação é resultado da expansão da rede das demais operadoras. Da receita observada em 2002, R\$607 milhões foram provenientes de interconexão fixo-fixo e R\$179 milhões de móvel-fixo.

A receita consolidada de cessão de meios totalizou R\$236 milhões, representando um aumento de 15,0% em comparação à registrada em 2001. O aumento reflete o maior número médio de circuitos alugados durante o ano de 2002.

A receita consolidada de telefonia pública atingiu R\$342 milhões, representando 3,5% da receita bruta em 2002, indicando uma estabilidade em comparação à participação observada em 2001. No ano, a receita de telefonia pública cresceu 24,6%, refletindo o aumento de 2,5% nos terminais de uso público, bem como o reajuste tarifário aprovado pela Anatel de 8,4%, que passou a vigorar a partir de 28 de junho de 2002.

A receita consolidada de comunicação de dados totalizou R\$505 milhões, representando um aumento de 56,0% em comparação à registrada em 2001. O melhor desempenho reflete o sucesso da estratégia da Brasil Telecom, que pode ser verificado com o crescimento de 309% no número de acessos ADSL em serviço durante o ano de 2002, totalizando, ao final do ano, 141 mil acessos ADSL em serviço. Contribuíram também para o aumento da receita consolidada de comunicação de dados o crescimento de 116,2% no número de acessos IP em serviço, de 83,8% no número de *Frame Relays* em serviço, de 192,4% no número de acessos Dialnet em serviço e da queda de 8,7% no número de SLDD em serviço.

A receita consolidada de serviços suplementares e de valor adicionado atingiu R\$279 milhões, um aumento de 28,8% em relação a 2001, refletindo, principalmente, o aumento de 19,4% nos serviços inteligentes ativados. Os serviços inteligentes ativados - secretária eletrônica virtual, siga-me, chamada em espera e identificador de chamadas - totalizavam 4,1 milhões ao final de 2002. Considerando os terminais em serviço da Brasil Telecom, que possuem pelo menos um serviço inteligente ativado, a penetração desse serviço era de 27,5% ao final de 2002, contra 23,0% ao final de 2001.

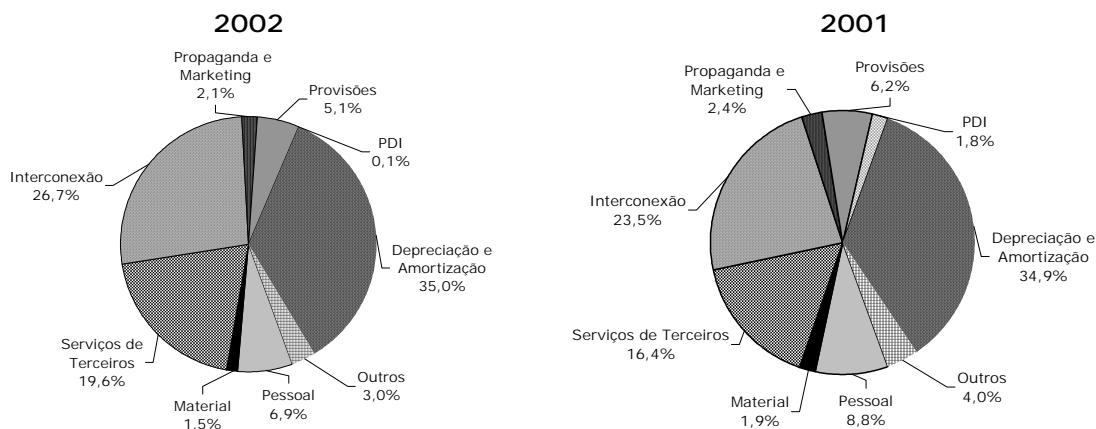
Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, atingiram R\$3.718 milhões em 2002, o equivalente a 52,6% da receita líquida. Em 2001, os custos e despesas operacionais atingiram 56,6% da receita líquida. Essa redução é explicada, principalmente, por menores custos e despesas com pessoal (-R\$73 milhões), com provisões e perdas (-R\$39 milhões), com o programa de desligamento incentivado (-R\$95 milhões) e com propaganda e marketing (-R\$9 milhões).

Tabela 6: Custos e Despesas Operacionais Consolidados

R\$ Milhões	2002	% Receita	2001	% Receita	Varição
Custos e Despesas	5.720,8	80,9%	5.353,8	86,9%	-6,0 p.p.
Pessoal	395,9	5,6%	469,1	7,6%	-2,0 p.p.
Material	85,3	1,2%	103,6	1,7%	-0,5 p.p.
Serviços de Terceiros	1.122,7	15,9%	880,0	14,3%	1,6 p.p.
Interconexão	1.526,5	21,6%	1.260,0	20,5%	1,1 p.p.
Propaganda e Marketing	117,6	1,7%	126,7	2,1%	-0,4 p.p.
Provisões	292,7	4,1%	331,7	5,4%	-1,2 p.p.
PDI	3,3	0,0%	98,2	1,6%	-1,5 p.p.
Depreciação e Amortização	2.002,6	28,3%	1.869,3	30,4%	-2,0 p.p.
Outros	174,3	2,5%	215,2	3,5%	-1,0 p.p.

Gráfico 6: Composição dos Custos e Despesas



Os custos com interconexão totalizaram R\$1.527 milhões, representando 26,7% do custo total de 2002 (23,5% em 2001), refletindo o crescimento do tráfego fixo-móvel resultante da expansão da planta média em serviço da Brasil Telecom e da planta móvel na Região II, combinado com o maior *market share* médio em 2002.

No ano de 2002, os custos e despesas com serviços de terceiros, excluindo propaganda e marketing, atingiram R\$1.123 milhões, o equivalente a 19,6% do custo total, contra 16,4% em 2001. Os maiores gastos com serviços de terceiros são explicados pela terceirização dos serviços de manutenção das plantas interna e externa e de *call center*, bem como maiores despesas com serviços técnico-administrativos, como consultoria empresarial, e com serviços regulares, como vigilância, limpeza e conservação. Parte do aumento dos custos e despesas com serviços de terceiros foi compensado pela redução dos custos e despesas com pessoal e com o Programa de Desligamento Incentivado – PDI.

As despesas com propaganda e marketing totalizaram R\$118 milhões ao final de 2002, uma queda de 7,2% em relação a 2001.

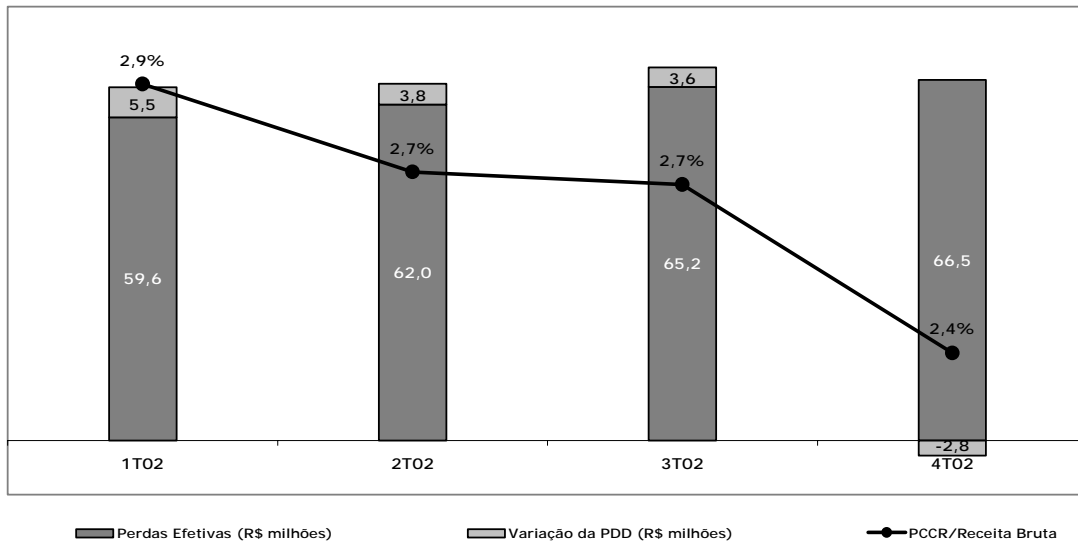
Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$396 milhões, uma redução de 15,6% em relação a 2001. Essa queda é decorrente da redução de 2.312 colaboradores ao longo do ano. Os custos e despesas com pessoal englobam a remuneração dos administradores.

As despesas com o PDI totalizaram R\$3,3 milhões em 2002, contra R\$98,2 milhões em 2001, representando uma redução de 96,6%.

As provisões totalizaram R\$293 milhões em 2002, contra R\$332 milhões no ano anterior, significando uma redução de 11,8%. As provisões incluem perdas com contas a receber (PCCR) e contingências.

As perdas com contas a receber atingiram R\$264 milhões em 2002, contra R\$324 milhões em 2001, uma queda de 18,6%. Dessa forma, as perdas com contas a receber representaram 2,7% da receita bruta em 2002, contra 3,8% no ano anterior, refletindo o sucesso da política da Brasil Telecom de combate à inadimplência.

Gráfico 7: PCCR/ Receita Operacional Bruta



Em relação às ações de cobrança, a Brasil Telecom implantou, em fevereiro, o tele-aviso, enviado antes do vencimento, com o intuito de alertar os clientes reincidentes para o pagamento de suas contas em atraso.

A Brasil Telecom implantou o envio de carta-acordo de cobrança para o aviso de retirada definitiva em julho. Essa medida consiste em oferecer ao cliente que deve à Brasil Telecom e que já esteja próximo à retirada definitiva, opções de parcelamento.

A partir de julho, a Brasil Telecom alterou sua política de retirada de linhas de clientes inadimplentes em centrais que possuem capacidade ociosa, com o objetivo de aumentar o tráfego e reduzir as despesas com desligamento e habilitação de terminais.

Pela política anterior, com a rescisão do contrato, prevista para ocorrer a partir do 90º dia de atraso no pagamento, conforme Resolução 85 da Anatel, o cliente tinha sua linha retirada. Após quitar seus débitos, geralmente, o cliente solicitava nova linha.

Com a nova política, o contrato é rescindido, porém a Brasil Telecom não retira a linha. Neste momento, a obrigação do cliente com a Brasil Telecom fica restrita ao pagamento de seus débitos.

Além da redução de custos, com a nova política a Brasil Telecom retorna a linha não retirada ao status de bloqueio parcial a partir do 105º dia de atraso no pagamento, tendo como finalidade incrementar o tráfego entrante.

A Brasil Telecom lançou, em novembro, um programa de recuperação de perdas chamado "Campanha de Natal". A iniciativa facilitou as condições de pagamento de um milhão de clientes que estavam inadimplentes há mais de seis meses. Aderindo à Campanha, os clientes receberam descontos que chegavam a até 80% para a quitação do débito, variando de acordo com o tempo de atraso. O resultado foi a recuperação de R\$11,5 milhões e a reversão de R\$2,8 milhões na provisão para devedores duvidosos.

EBITDA

O lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (EBITDA), em 2002, totalizou R\$3.353 milhões, 25,4% acima dos R\$2.674 milhões registrados em 2001.

A margem EBITDA foi de 47,4% em 2002, contra 43,4% em 2001. O aumento de 4,0 pontos percentuais na margem EBITDA é reflexo, principalmente, do crescimento de 55,5% na receita de comunicação de dados, 25,7% na receita de longa distância, 20,6% na receita de chamadas fixo-móvel, aliado à queda de 17,7% nos gastos com materiais, 15,6% nos gastos com pessoal, 11,8% nas provisões, 7,2% nas despesas com propaganda e marketing e 96,6% em PDI.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2002 foi negativo em R\$943,5 milhões, sendo composto por R\$201,6 milhões de receitas, R\$820,5 milhões de despesas e R\$324,7 milhões de juros sobre capital próprio (JSCP), contabilizados como despesa. Em 2001, o resultado financeiro foi negativo em R\$468,1 milhões, sendo composto por R\$178,1 milhões de receitas, R\$414,5 milhões de despesas e R\$231,7 milhões em JSCP.

Resultado Não Operacional

Composto basicamente pela amortização do ágio reconstituído em função da aquisição da CRT, o resultado não operacional foi negativo em R\$138,7 milhões em 2002. Essa amortização não gera impacto no fluxo de caixa e na distribuição de dividendos da Brasil Telecom.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$440,1 milhões em 2002, contra R\$281,2 milhões em 2001, representando um crescimento de 56,5% sobre o ano anterior. O lucro líquido/LMES/mês foi de R\$4,1 em 2002, contra R\$2,9 em 2001.

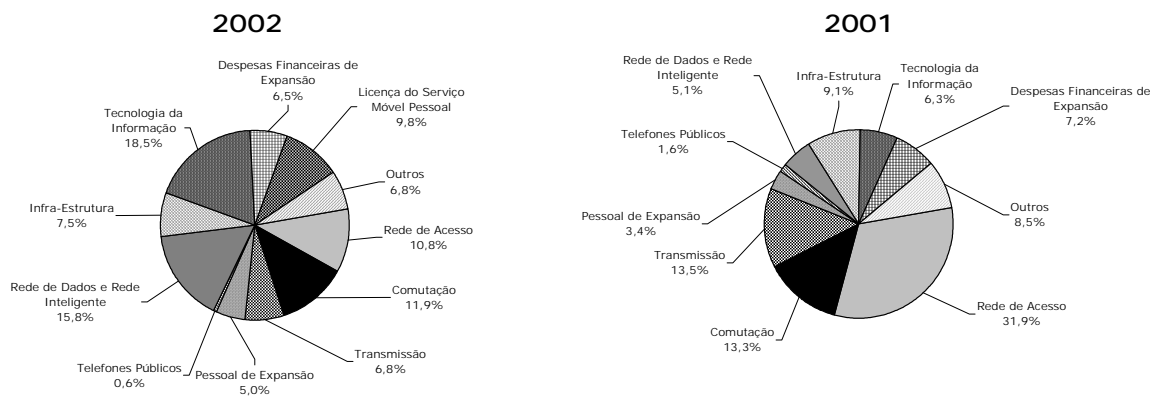
Investimentos

A Brasil Telecom investiu R\$1.977,6 milhões em 2002, sendo R\$1.042,4 milhões em expansão e modernização da planta. Os investimentos na rede foram 58,3% menores do que os realizados em 2001 e sua participação no investimento total caiu de 73,0% para 52,7% em 2002, em função da decisão de não antecipar as metas de universalização.

Os investimentos em tecnologia da informação atingiram R\$366,8 milhões, ou 18,5% do total em 2002, contra R\$216,8 milhões, ou 6,3% do total em 2001, um crescimento de 69,2%. Os investimentos em rede de dados e rede inteligente atingiram R\$312,3 milhões, ou 15,8% do total em 2002, contra R\$176,3 milhões, ou 5,1% do total em 2001, um crescimento de 77,2%.

Os investimentos de 2002 também consideram o valor de R\$194 milhões das licenças do Serviço Móvel Pessoal – SMP, adquiridas em leilão realizado no dia 19 de novembro de 2002.

Gráfico 8: Composição dos Investimentos



Endividamento

Tabela 7: Dívida

R\$ Milhões	2002	% Total	2001	% Total	Variação
Curto Prazo	683,3	13,4%	530,7	13,2%	28,8%
Em R\$	616,6	12,1%	424,1	10,5%	45,4%
Em US\$	66,7	1,3%	106,6	2,6%	-37,4%
Longo Prazo	4.398,5	86,6%	3.504,5	86,8%	25,5%
Em R\$	4.121,4	81,1%	3.274,9	81,2%	25,9%
Em US\$	277,1	5,5%	229,6	5,7%	20,7%
Total	5.081,8	100,0%	4.035,2	100,0%	25,9%
Em R\$	4.738,0	93,2%	3.699,0	91,7%	28,1%
Em US\$	343,8	6,8%	336,2	8,3%	2,3%
Caixa	1.422,9	28,0%	331,3	8,2%	329,5%
Líquida	3.658,9	72,0%	3.703,9	91,8%	-1,2%

Ao final de 2002, a dívida líquida totalizava R\$3.659 milhões, praticamente estável em relação a 2001. É importante mencionar que, da dívida total que possuíamos ao final de 2002, R\$1.525,3 milhões eram com a Brasil Telecom Participações S.A., sendo:

- R\$1.405,2 milhões (R\$105,2 milhões no curto prazo) referentes a debêntures privadas;
- R\$120,1 milhões (R\$11,2 milhões no curto prazo) referentes a mútuo.

Excluindo o mútuo e a debênture privada com a Brasil Telecom Participações, a dívida líquida ao final de dezembro era de R\$2.134 milhões.

Ao final do ano, a dívida total era de R\$5.082 milhões, 25,9% superior à dívida registrada em 2001. Em 2002, o BNDES liberou um financiamento de R\$325,3 milhões, com vencimento em novembro de 2007, sendo que R\$71,5 milhões custam TJLP + 6,5% a.a. e R\$253,8 milhões custam cesta de moedas + 6,5% a.a.

A Brasil Telecom também emitiu debêntures simples no valor total de R\$500 milhões, em série única, no dia 1º de maio de 2002. O custo da operação foi de 109% da taxa DI e seu vencimento está previsto para o dia 1º de maio de 2004.

No dia 1º de dezembro de 2002, ocorreu a segunda emissão pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante total de R\$400 milhões. O custo da operação foi de 109% da taxa DI e seu vencimento está previsto para o dia 1º de dezembro de 2004.

Ao final do ano, a Brasil Telecom possuía R\$1.423 milhões em caixa, superando em R\$1.092 milhões o registrado em 2001, devido, principalmente, à emissão das debêntures públicas e à geração de caixa da Empresa no período.

Da dívida total, R\$343,8 milhões eram denominados em dólares, sendo que 38,1% estavam protegidos contra variação cambial. Toda a dívida em dólar que vence ao longo de 2003 e 2004 possui mecanismos de proteção contra variação cambial. Além disso, a Brasil Telecom possuía proteção para 75,0% da dívida em UMBNDES (cesta de moedas).

A relação dívida líquida/patrimônio líquido era de 52,5% ao final de 2002, contra 54,0% ao final de 2001. Excluindo a dívida com a Controladora, a relação dívida líquida/patrimônio líquido era de 30,6% ao final de 2002.

Ratings

A Brasil Telecom mantém de forma sistemática relacionamento com as maiores e mais prestigiadas agências de *rating* internacionais, como por exemplo, Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

Ao longo de 2002, foram atribuídos, à Brasil Telecom, os melhores *ratings* na comparação com as demais empresas do setor de telecomunicações. No entanto algumas alterações foram verificadas em função das flutuações do risco país ao qual os *ratings* estão restringidos.

Em julho de 2002, a Standard & Poor's rebaixou os *ratings* em sua Escala Nacional Brasil de brAA+ para brAA, de forma a refletir o rebaixamento dos *ratings* soberanos da República Federativa do Brasil promovido pela agência naquele mês.

Embora em junho de 2002, a Fitch tenha rebaixado os *ratings* de diversas empresas brasileiras, em linha com o rebaixamento da classificação do risco soberano da República Federativa do Brasil, a Brasil Telecom foi a única empresa do setor de telefonia a permanecer com os *ratings* atribuídos: AA(bra) em Escala Nacional e BBB- em Escala Internacional em Moeda Local. No entanto, em outubro, com a deterioração do ambiente econômico, a Fitch rebaixou os *ratings* atribuídos à Brasil Telecom para AA-(bra) em Escala Nacional e para BB+ em Escala Internacional em Moeda Local.

Os ratings atribuídos pela agência Moody's permaneceram estáveis ao longo de 2002. Em Escala Nacional, o *rating* atribuído à Brasil Telecom foi Aa1.Br.

Tabela 8: Ratings

Escala Nacional	Moody's		Standard & Poors		Fitch	
	Rating	Panorama	Rating	Panorama	Rating	Panorama
BT	Aa1.br	Estável	BrAA	Negativo	AA(bra)	N/A
BT Emissão ¹	Aa1.br	Estável	BrAA	Negativo	AA(bra)	N/A
BT Participações	-	-	BrAA	Negativo	AA-(bra)	N/A

¹ As duas emissões de debêntures (R\$500 milhões e R\$400 milhões) possuem o mesmo *rating*. A emissão de R\$500 milhões recebeu *rating* das três agências, enquanto a emissão de R\$400 milhões recebeu *rating* apenas da Standard & Poor's e da Fitch.

Seguros

A Brasil Telecom adota práticas para proteção contra riscos que podem afetar o seu patrimônio, a relação das principais apólices estão demonstradas a seguir:

Tabela 9: Seguros

Apólice	Bens Segurados	Valor Segurado (R\$ Milhões)
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas, equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura, equipamentos de tecnologia da informação e bens da Brasil Telecom em poder de terceiros.	R\$8.683
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	R\$5.240
Garantias Contratuais	Cumprimento dos Contratos de Concessão - Anatel	R\$77

Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa da Brasil Telecom são orientadas pelo Estatuto Social e pelo Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários no sentido de garantir a qualidade e transparência da informação divulgada ao mercado, bem como proteger os interesses dos acionistas.

Assembléia Geral

De acordo com o Estatuto Social, a Assembléia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento das mesmas.

As Assembléias Gerais da Brasil Telecom S.A. são convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração com, no mínimo, 15 dias de antecedência em primeira convocação e oito dias em segunda. A Assembléia Geral se reúne ordinariamente nos quatro primeiros meses subseqüentes ao término de cada exercício social, para (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) eleger os membros do Conselho Fiscal e, quando for o caso, os membros do Conselho de Administração. A Assembléia Geral se reúne, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Conselho de Administração

O Conselho da Brasil Telecom S.A. é composto por sete membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um membro indicado pelos acionistas preferencialistas.

O Conselho se reúne ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente ou por dois Conselheiros, com antecedência mínima de dez dias e delibera por maioria de votos, desde que a maioria de seus membros esteja presente. Em 2002, o Conselho da Brasil Telecom S.A. se reuniu 24 vezes.

O Conselho da Brasil Telecom S.A. foi eleito na Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2002, e seu mandato se estende até a Assembléia Geral Ordinária de 2005. Com a redução da participação da Telecom Italia no controle da Brasil Telecom, os Conselheiros Sr. Ludgero José Pattaro e Sr. José de Lorenzo Messina, bem como seus suplentes, Sr. Rogério

Cruz Themudo Lessa e Sr. Altamiro Boscoli, renunciaram a seus cargos no dia 11 de setembro de 2002.

Conselho Fiscal

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar a administração da Companhia, deve ser composto de três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes.

O Conselho Fiscal se reúne ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, quando necessário, e se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros.

O Conselho Fiscal da Brasil Telecom S.A., eleito na Assembléia Geral Ordinária de 2002 e com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2003, se reuniu nove vezes ao longo de 2002.

Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa

No dia 9 de maio de 2002, a Brasil Telecom S.A. aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, sendo, juntamente com sua controladora, a primeira empresa do setor de telecomunicações a fazer parte do grupo de empresas de capital aberto que adotam políticas que primam pela qualidade e precisão das informações prestadas ao mercado.

Em pesquisa realizada pela revista *Institutional Investor* e publicada em sua edição brasileira de setembro de 2002, a Brasil Telecom foi eleita a melhor empresa do setor de telecomunicações brasileiro em Governança Corporativa. Foram consideradas as opiniões de 132 investidores institucionais e gestores de recursos de fundos de pensão brasileiros, que indicaram as empresas líderes de cada setor em Governança Corporativa.

Política de Uso de Informações

No dia 23 de julho de 2002, a Brasil Telecom divulgou seu Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários. O Manual amplia a política de relações com investidores que a Empresa já adotava e atende às normas estabelecidas pela CVM na Instrução 358. Acionistas controladores, conselheiros, executivos e demais colaboradores que tenham acesso a informações relevantes devem assinar um termo de adesão ao Manual, cujo objetivo é garantir elevados padrões de conduta e transparência.

O Manual pode ser dividido em duas partes. A primeira, obrigatória pela Instrução 358 da CVM, define a política de divulgação e uso de informações e contém as regras para a divulgação de fatos relevantes ao mercado, que podem alterar a percepção dos investidores sobre as ações da Companhia. A segunda, facultativa pela mesma Instrução, define as normas que regem a negociação de ações (ou qualquer outro título) de emissão da Companhia por acionistas controladores, conselheiros e executivos da Brasil Telecom. Dentre essas normas, destacam-se: (i) todas as negociações com ações da Companhia, por parte das pessoas sujeitas ao Manual, devem ser intermediadas por corretoras credenciadas; e (ii) as pessoas sujeitas ao Manual ficam proibidas de negociar ações em períodos que antecedem divulgações de resultados ou na pendência de fatos relevantes.

Audidores Independentes

Nos termos da Instrução da CVM nº 381/03, a Brasil Telecom S.A. informa que a KPMG Auditores Independentes, contratada em junho de 2002 para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, não prestou depois dessa data serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato firmado.

Relações com Investidores

A atividade de relações com investidores, regida pelo Manual de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários, consiste na divulgação de informações periódicas, comunicados ao mercado, conferências telefônicas e realização de reuniões com analistas, investidores e público em geral. A área de Relações com Investidores também é responsável por manter a administração informada sobre a percepção do mercado em relação aos resultados, estratégias e perspectivas da Empresa.

A Brasil Telecom possui um *site* de Relações com Investidores, www.brasiltelecom.com.br/ri/, que inclui resultados financeiros, apresentações, comunicados ao mercado, gravações de teleconferências, agenda de eventos, dentre outras informações de interesse do mercado. Em função de ser o meio mais eficaz na democratização e simultaneidade na divulgação de informações, o *site* está sempre atualizado.

Nos dias 24 e 25 de abril de 2002, a Brasil Telecom inovou ao organizar uma visita de um grupo de analistas do mercado financeiro às suas instalações em Brasília – *First Field Trip*. O grupo conheceu um centro de processamento de dados, uma central de comutação, o Centro Nacional de Redes e Serviços e o *Cyber Data Center*. Após a visita às instalações, os principais executivos da Brasil Telecom realizaram uma apresentação sobre a Empresa e responderam aos questionamentos dos analistas. Esse primeiro encontro foi mais um passo na relação de transparência que a Brasil Telecom estabeleceu com o mercado de capitais.

Mercado Acionário

Na Bovespa, as ações preferenciais da Brasil Telecom S.A. (BRTO4) – que possuem maior liquidez - apresentaram desempenho superior aos principais índices brasileiros em 2002.

As ações ordinárias (BRTO3) da Brasil Telecom S.A. valorizaram 7,6% em 2002, encerrando 2002 cotadas a R\$11,30 por lote de mil ações, enquanto as ações preferenciais (BRTO4) desvalorizaram 11,1%, cotadas a R\$11,74 por lote de mil ações. O volume médio financeiro diário negociado das ações preferenciais e ordinárias cresceu 85% e 600%, respectivamente, atingindo R\$20,3 milhões nas preferenciais e R\$245 mil nas ordinárias.

Na NYSE, o ADR da Brasil Telecom S.A. (BTM) desvalorizou 41,3%, parte em função da apreciação do US\$ frente ao R\$. O volume financeiro médio diário negociado no ano foi de US\$80,2 mil.

A partir do dia 3 de junho de 2002, as ações da Brasil Telecom S.A. passaram a ser negociadas na Bovespa sob novos símbolos: “BRTO3” para as ações ordinárias e “BRTO4” para as ações preferenciais. Essa alteração teve por objetivo facilitar a identificação das ações no Brasil.

Tabela 10: Mercado Acionário

	Preço de Fechamento 31/dez/02	Desempenho			
		Em 2002	24 meses	36 meses	Desde 21/set/98 ⁽¹⁾
Brasil Telecom S.A.					
Ações Ordinárias (BRTO3) (em R\$/1.000 ações)	11,30	7,6%	-28,1%	-7,8%	275,4%
Ações Preferenciais (BRTO4) (em R\$/1.000 ações)	11,74	-11,1%	-28,4%	-21,5%	163,2%
ADR (BTM) (em US\$/ADR)	10,42	-41,3%	-	-	-
Índices					
Ibovespa (pontos)	11.268	-17,0%	-26,2%	-34,1%	74,7%
Itel (pontos) ⁽²⁾	532	-20,3%	-40,6%	-46,8%	-
IGC (pontos) ⁽³⁾	1.027	1,6%	-	-	-
Dow Jones (pontos)	8.342	-17,7%	-22,7%	-27,4%	5,1%
MSCI-LA (pontos)	659	-25,2%	-28,0%	-41,3%	2,7%
Nasdaq (pontos)	1.336	-31,5%	-47,8%	-67,2%	-20,5%

⁽¹⁾ Início das negociações na Bovespa das ações das empresas provenientes da cisão da Telebrás.

⁽²⁾ Índice Setorial de Telecomunicações, criado em janeiro de 2002 com base de 1.000 pontos para 30 de dezembro de 1999.

⁽³⁾ Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, criado em 26 de junho de 2001.

Política de Remuneração

Os acionistas da Brasil Telecom S.A. são remunerados com dividendos ou juros sobre o capital próprio de 25% dos lucros líquidos ajustados, de acordo com o estabelecido na Lei 6.404/76 e no Estatuto Social. O Estatuto assegura, às ações preferenciais, prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação, sempre que o dividendo calculado de acordo com esse critério superar o valor do dividendo de 6% do valor do capital social por ação.

Caso os 25% do lucro líquido ajustado sejam superiores aos 3% do valor do patrimônio líquido de cada ação ou aos 6% do valor do capital social por ação, os acionistas detentores de ações preferenciais recebem o equivalente aos 25% do lucro líquido ajustado. Em seguida, os detentores de ações ordinárias receberão dividendos até o limite do valor pago às ações preferenciais. Qualquer saldo remanescente será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

Tabela 11: Histórico de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Exercício	Tipo	Crédito nos Registros Contábeis	Base da Posição Acionária	Data do Pagamento	Valor Bruto (R\$)	Montante Total (R\$)
2003	JSCP	31/01/03	07/02/03	a definir	0,224270770000	120.000.000,00
2002	JSCP	29/11/02	09/12/02	a definir	0,074637296731	40.000.000,00
2002	JSCP	31/10/02	11/11/02	a definir	0,093120621072	50.000.000,00
2002	JSCP	30/08/02	05/09/02	a definir	0,213298691236	114.594.000,00
2002	JSCP	31/05/02	29/05/02	a definir	0,074492493818	40.000.000,00
2002	JSCP	31/03/02	29/03/02	a definir	0,149116544573	80.056.000,00
2001	JSCP	29/11/01 e 28/12/01	05/12/01	26/06/02	0,436811718142	231.700.000,00
2000	JSCP	28/12/02	29/12/00	14/05/01	0,036364208520	19.357.734,81
2000	JSCP	28/12/02	29/12/00	14/05/01	0,108350366747	50.167.991,63
2000	JSCP	31/08/00	01/09/00	14/05/01	5,634219071968	66.890.655,52
2000	JSCP	28/04/00	02/05/00	14/05/01	5,634219071968	66.890.655,52
	Dividendos / Telepar	31/12/99	28/04/00	27/06/00	0,018763073111	63.859.543,27
	Dividendos / Telesc	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,010814725833	34.103.051,56
	Dividendos / Telebrasil	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,010128089543	20.809.647,65
1999	Dividendos / Telegoias	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,004242399334	20.853.484,83
	Dividendos / Telemat	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,016429476295	9.984.424,86
	Dividendos / Telems	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,008222340002	8.405.100,98
	Dividendos / Teleron *	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,005035785185	5.615.078,75
	Dividendos / CTMR	31/12/99	28/02/00	27/06/00	0,008889791898	1.939.631,62

Obs.: Dividendos por ação da Teleron: ON 0,005035785185 e PN 0,005075946810

RELATÓRIO SOCIAL

Projetos Culturais

A Brasil Telecom patrocinou diversos projetos culturais ao longo de 2002, resultando em investimentos de R\$22 milhões. A relação dos projetos está detalhada a seguir.

DANÇA	
Circuito Brasil Telecom de Dança	Lia Rodrigues Companhia de Dança
Clip-se	Passa Tempo

HUMANIDADES	
Grupo Folclórico Bumba Meu Boi da Ilha Grande	Oficinas de Leitura Dramática com Fernanda
Hekel Tavares	Flap!

AUDIOVISUAL	
Abril Despedaçado	Madame Satã
As Três Marias	Madeirasiras
Brasil Documenta	Mistério de Irmã Vap
Cinema em Movimento	Nina
Durante o Processo	Noites de Temporal
Furos no Sofá	O Cinema, a Aspirina e os Urubus
Glauber o Filme, Labirinto do Brasil	O Poeta da Vila
Janela da Alma	O Tempo Imenso
Limite	Série Travessias

LITERATURA	
Bastidores	História da História em Quadrinhos
Camisa 13	O Mundo do Surdo Brasileiro em Libras
Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira	Teatros - Uma Memória do Espaço Cênico no Brasil

TEATRO	
10 Anos de Sutil Companhia de Teatro	Memorial do Convento
15 Anos do Teatro de Anônimo	Missa dos Quilombos
170 Milhões em Ação	<i>Noises Off</i>
Bibi Ferreira Vive Amália Rodrigues	Norma
Blue Room	O que diz Molero
Candaces - A Reconstrução do Fogo	O Senhor das Flores
Capitanias Hereditárias	Os Meus Balões
Cia dos Atores "Meu Destino É Pecar"	<i>Repetition</i>
Closet Show	Reveillon
Conduzindo Miss Daisy	Sardanapalo - Parlapatões
Dez Anos de Vertigem - Teatro da Vertigem	Stella do Patrocínio
Francisco de Assis	Woyzeck
Homem Objeto	Zastrozzi
Jeffrey - De Caso com a Vida	

RECUPERAÇÃO DE PATRIMÔNIO	
Jardim Botânico	

Projetos Sociais e Comunitários

A Brasil Telecom investiu R\$2,2 milhões em 42 projetos sociais no decorrer de 2002. Alguns dos projetos são apresentados a seguir com seus respectivos objetivos e resultados. A relação dos projetos está detalhada a seguir.

PROJETOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Casa de Apoio à Criança com Câncer - Santa Teresa
Rio Voluntário
Rede Jovem e Rede Sol
II Campeonato Brasileiro Especial de Futebol para Deficientes
Instituto de Reciclagem do Adolescente - REICLAR
Projeto Educar
Bolsa-Escola Cidadã
Implantação de Escolas de Informática e Cidadania
IV Jornada de Adoção
ALLADIN
Alfabetização Solidária
Cartilha "O Brasileirinho"
Picasso Não Pichava - arte para jovens
Goiás Faz Arte
Revitalização do Centro Cultural Gustav Ritter
Na Rua: As Crianças e as Artes Cênicas
Centro do Menor
Se Essa Escola Fosse Minha
Agente Jovem do Desenvolvimento Social
Siminina
Balé Bolshoi - Bolsa-auxílio
A Terapia da Dança
Crescendo com Pontal
Fundação Pró - Renal
XV Feira da Esperança
Campanha Desarma Tubarão
Campanha do Agasalho 2002
Esperança
Guri
Crianças em Risco
Informática para a Cidadania
Programa salão de beleza para meninas carentes
Lugar de criança é na escola
Programa de Atendimento Integral ao Adolescente
Projeto Carinho
Asilo Padre Cacique
Hospital da Criança Santo Antônio
Esporte Clube Cidadão

Projetos Esportivos

A empresa pretende, através dos patrocínios ao esporte, trazer conceitos para seus colaboradores, entre os quais destacam-se: "Superar limites, disciplina, estabelecer objetivos, persistência, ousadia, dinamismo, versatilidade".

O foco principal da Brasil Telecom nos patrocínios esportivos é triathlon, atletismo e ginástica olímpica, além dos radicais, como ultra-maratonas e corridas de aventura, basicamente por serem modalidades que exigem grande superação dos limites do corpo humano, além de serem carentes de patrocínio no Brasil. A Brasil Telecom também busca, com os patrocínios, alavancar o esporte no país.

Ao todo, foram 24 atletas patrocinados em 2002. Os resultados mais expressivos estão resumidos a seguir:

- A Equipe Brasil Telecom OSKALUNGA de corrida de aventura, formada pelos atletas Monclair Cammarota, Bárbara Bomfim, Guilherme Pahl e Frederico Gall, alcançou o 2º lugar no ranking nacional.

- O pára-atleta Rivaldo Martins foi tetra-campeão mundial de triathlon, além de ter alcançado o 1º lugar no Campeonato Pan-Americano de Triathlon – 2002, ambos na sua categoria: deficiente físico, membro inferior.
- Os Ultramaratonistas Sérgio Cordeiro e Manoel de Jesus Mendes obtiveram, respectivamente, o 4º e 7º lugares no Campeonato Mundial de Ultraman – 2002.
- Os triatletas Virgílio de Castilho, Luiz Fernando Catta Preta e Leonardo Casadio fazem parte da Seleção Brasileira Olímpica Permanente.

A Brasil Telecom é a patrocinadora oficial do triathlon no Brasil, sendo a única empresa privada a patrocinar uma Confederação (Brasileira de Triathlon), e da Seleção Brasileira Olímpica Permanente. Juntas, a Brasil Telecom e a Confederação de Triathlon criaram, em 2002, o Projeto Casa Brasil Telecom de Triathlon, em Florianópolis, para oferecer uma preparação adequada aos atletas que visam participar das Olimpíadas de 2004. Durante quatro meses, os atletas estarão recebendo orientação de profissionais quanto a rotinas de treinamento e nutrição.

O principal evento esportivo patrocinado pela Brasil Telecom é o Ironman Brasil, prova mais importante de triathlon da América Latina, realizada em Florianópolis. Em 2002, a Brasil Telecom foi uma das patrocinadoras *master* do evento, mas em 2003 e 2004, a Empresa tornou-se a *title sponsor*, de forma que o evento passou a ser chamado Ironman Brasil Telecom.

Programa de Qualidade de Vida - VIVA MAIS

O Programa 'Viva Mais tem como finalidade proporcionar vivência de situações que atuem como agentes de motivação pessoal frente o trabalho e tempo livre. Para isso, desenvolve ações de melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e seus familiares. De modo geral, os colaboradores da Brasil Telecom têm uma percepção positiva do Programa:

- 91% acreditam que o Viva Mais criou um diferencial positivo.
- 64% acreditam que o Viva Mais proporcionou maior integração.
- 56% introduziram, a partir do Viva Mais, novos hábitos no seu cotidiano, principalmente os relacionados à saúde/esporte, como alongamento, ginástica/exercícios, caminhar e preocupação com saúde e postura.

Os pilares do Programa são: Saúde, Esporte e Lazer. Quanto ao pilar Saúde, a Brasil Telecom traçou como meta preservar tanto a integridade física, como a mental e social, buscando o bem-estar e não apenas a prevenção de doença, além de estimular e desenvolver o autoconhecimento e a conscientização das pessoas, encorajando-as a ter um estilo de vida saudável. As principais ações de 2002 foram:

- Viver Plus: convênio com plano de medicina alternativa e preventiva (psicologia, massagens orientais, medicina ortomolecular, orientação nutricional, fisioterapia, entre outros).
- Alongamento e massagens no local de trabalho.
- Avaliação da qualidade de vida de cada colaborador por intermédio de um questionário *on line* na Intranet, que contou com a adesão de 1.071 colaboradores.
- Vacina antigripe.
- Viver Odonto: convênio preventivo e completo de odontologia (ortodontia, cirurgões dentistas, estética, periodontia).

Em relação ao esporte, a Brasil Telecom passou a incentivar a prática do esporte pelos seus colaboradores, propiciando uma atitude pró-ativa, dinâmica, versátil frente ao trabalho, e estimulando a criatividade e a responsabilidade pelo trabalho desenvolvido, com foco em resultados e na superação de desafios.

Dessa forma, a Empresa promoveu, ao longo do ano, um evento, com dois encontros, denominado *Breakfast Run*, incentivando a caminhada ou a corrida dos colaboradores e seus familiares, seguida de café da manhã. O II *Breakfast Run* contou com 3.000 participantes, 500 a mais do que no primeiro encontro.

Ainda em 2002, a Brasil Telecom montou o grupo Maratonistas Daqui, formado por 24 colaboradores que recebem orientação profissional quanto à rotina de treinamento. Do grupo, quatro atletas-colaboradores foram selecionados para correr a Maratona de Nova York, realizada em novembro de 2002, viagem totalmente custeada pela Brasil Telecom.

Em novembro, a Empresa mobilizou os colaboradores da matriz e da filial Brasília com os Jogos Internos Brasil Telecom 2002, que envolvia a competição de oito equipes nas modalidades: futebol masculino e feminino, tênis, tênis de mesa, revezamento de natação, voleibol, basquetebol e revezamento de atletismo. Além das vitórias nos jogos disputados, cada equipe possuía uma torcida organizada, também formada por colaboradores, que contribuía para a pontuação final do torneio. Ainda em relação à competição, a equipe que arrecadasse a maior quantidade de alimentos para a Campanha Natal Sem Fome, receberia pontos adicionais. Ao todo, considerando todas as filiais da Empresa, foram arrecadadas 14.560 toneladas de alimentos. As três equipes com maior pontuação receberam troféus em uma confraternização.

Na categoria lazer, a Brasil Telecom procurou promover no ambiente de trabalho um clima bem humorado, descontraído, com espírito de equipe, desenvolvendo eventos que permitissem a integração dos colaboradores.

Um exemplo disso foi o Coral Brasil Telecom, que contou com 210 participantes distribuídos em sete filiais e na matriz. Na confraternização de final de ano, a Empresa organizou o I Festival de Corais, com um júri constituído por alguns artistas, como Bibi Ferreira, além da diretoria da Empresa. Os três melhores grupos foram premiados com troféus.

Também em 2002, foram sorteados ingressos para os colaboradores de peças de teatro, cinema, espetáculos de dança relativos aos projetos culturais patrocinados pela Empresa.

Gerência da Qualidade

Consciente de que as pessoas são as responsáveis pelo sucesso e superação de desafios, principalmente em um setor de constantes mudanças e num mercado onde a qualidade do serviço é primordial, a Brasil Telecom desenvolveu programas com foco em reconhecimento pelo sucesso, e apoio no alcance de resultados.

Gente em Destaque

Gente em Destaque é um programa que tem como objetivo reconhecer os colaboradores que, individualmente ou em equipe, implantaram projetos que se destacaram durante o ano, seja pela inovação ou criatividade, seja pelos resultados alcançados.

A cada ano, as categorias e prêmios são revisados para que estejam sempre alinhados às estratégias da Empresa. Em 2003, quando serão reconhecidos os projetos que se destacaram ao longo de 2002, será realizado o quarto Gente em Destaque, composto por nove categorias e 31 prêmios.

TOP – Times de Otimização de Processos

O programa TOP - Times de Otimização de Processos proporciona condições para desenvolvimento e utilização plena do potencial da força de trabalho como forma de atingir metas e superar desafios através do trabalho em equipe.

O TOP foi criado em 2000 e consiste na formação de equipes multifuncionais para trabalhar em um desafio associado às estratégias da Brasil Telecom, permitindo a troca de experiência e promovendo a integração de pessoas em todos os níveis da organização.

No ano de 2002, foram formados 71 TOPs em toda a Brasil Telecom, envolvendo mais de 850 pessoas em trabalhos com focos no aumento de receita, na redução de despesas, no cumprimento das metas de qualidade da Anatel, no mercado de comunicação de dados, na

segurança do trabalho, entre outros. Com esse modelo, a Brasil Telecom tem solucionado problemas ou deficiências de forma rápida.

Previdência Complementar

A Empresa iniciou a reorganização da sua Política de Previdência Complementar em março de 2000, com a migração do Plano de Benefício Definido para o plano TCSPREV, de Contribuição Definida, junto à Fundação SISTEL de Seguridade Social. Em dezembro de 2001, foram unificados todos os planos previdenciários administrados pela SISTEL. Paralelamente, a Empresa deu início à reestruturação da Fundação CRT, tendo aprovado o novo Estatuto daquela Entidade, finalizado o acordo com os órgãos representativos dos participantes e aposentados e lançado o novo plano de Contribuição Definida, o BrTPREV, que tem como tema “A sua vida evoluindo com a gente”.

Toda essa reorganização objetiva a racionalização e a otimização dos processos operacionais, administrativos e de gestão dos planos, além da adequação à legislação de previdência complementar, em especial à Resolução 2.829 do Banco Central do Brasil e à Lei Complementar 109/01.

Ao final de 2002, o patrimônio dos planos de previdência complementar patrocinados pela Empresa totalizava cerca de R\$973 milhões, e contava com 5.910 participantes ativos e 4.886 aposentados e pensionistas. As contribuições da Brasil Telecom alcançaram em média R\$2,7 milhões por mês e os benefícios pagos a aposentados e pensionistas representaram um desembolso de, aproximadamente, R\$6,8 milhões mensais.

Programa de Participação nos Resultados

Em março de 2002, a Brasil Telecom pagou cerca de R\$29,6 milhões aos seus colaboradores, a título de participação nos resultados relativa ao exercício de 2001, quando aproximadamente 70% das metas estabelecidas foram cumpridas.

Em 2002, a Brasil Telecom introduziu um sistema de acompanhamento trimestral das metas no sentido de facilitar o monitoramento dos colaboradores e orientar esforços. O Programa de Participação nos Resultados relacionado a 2002 alcança 4.500 colaboradores e considera metas financeiras e qualitativas. A possibilidade de ganho aumentou de 120% para 130% da remuneração mensal.

Programa de Reestruturação Positiva

Elaborado juntamente com as empresas parceiras e uma consultoria externa, o Programa de Reestruturação Positiva foi criado para minimizar os impactos da terceirização, envolvendo todos os colaboradores desligados no período de maio a dezembro de 2002.

O programa consistiu em recolocar os ex-colaboradores da Brasil Telecom, seja por meio das empresas prestadoras de serviço, seja por meio das células de empregos. Durante o período de recolocação, a Brasil Telecom garantiu assistência médica e alimentação aos ex-colaboradores.

O programa atingiu mais de 1.100 pessoas, 90% dos quais foram recolocados no mercado de trabalho.

Programa “Arrancada de Vendas – Ultrapasse seus Limites”

A filosofia da Brasil Telecom considera que não é somente uma remuneração justa que mantém um colaborador motivado, mas sim o reconhecimento do trabalho e o desenvolvimento profissional.

Assim, em agosto de 2002, a Brasil Telecom lançou um programa de incentivo à força de vendas denominado “Arrancada de Vendas – Ultrapasse seus Limites”, com o objetivo de incrementar as vendas dos produtos e serviços, bem como fidelizar os clientes.

O Arrancada de Vendas esteve vigente de agosto a dezembro de 2002. Em todos os meses, os melhores vendedores de cada segmento foram premiados. No entanto, após a consolidação dos resultados obtidos ao longo de todo o Programa, o melhor vendedor de cada segmento levará para casa uma caminhonete Ford Ranger a ser entregue em março de 2003.

Projeto Jovem Vendedor

A Brasil Telecom se antecipou ao cenário de concorrência acirrada e lançou, em novembro, o Projeto Jovem Vendedor, com o objetivo de criar uma reserva técnica de vendedores na Empresa.

A partir de então, a Brasil Telecom vem buscando no mercado, profissionais jovens e recém-formados com potencial para atuar na área comercial, os quais receberão treinamento para assumirem oportunidades no departamento de marketing da Brasil Telecom. Essa iniciativa estará proporcionando a oxigenação do quadro de pessoal, mantendo o nível de atendimento ao cliente.

Estratégia de Seleção

Recrutamento e Seleção

Para fazer parte do quadro funcional, a Brasil Telecom busca profissionais de diversas culturas organizacionais e sociais. Os processos de seleção e recrutamento são conduzidos localmente ou em âmbito nacional, dependendo da vaga a ser preenchida.

A Brasil Telecom procura gerenciar o capital intelectual, valorizando os talentos internos e proporcionando carreira e desenvolvimento profissional. Em 2003, o Programa de Oportunidades Internas proporcionou o reconhecimento e a valorização de profissionais que buscaram novos desafios e crescimento em outras áreas na Empresa.

Programa de Estágio

Com o Programa de Estágio, a Brasil Telecom seleciona jovens talentos que, em contato com a cultura da Empresa, possam atuar como agentes de renovação na organização e fonte de novas idéias. O Programa é um complemento à formação curricular desses jovens. Ao final de 2002, 396 estagiários trabalhavam na Brasil Telecom.

Programa Trainee

Com o Programa Trainee, a Brasil Telecom desenvolve potenciais para a organização que venham a colaborar na busca e na superação de resultados. Em 2002, 13.733 jovens se inscreveram para o Programa, dos quais 33 foram selecionados.

Summer Internship Program

O *Summer Internship Program* visa identificar potenciais executivos brasileiros que estejam cursando MBAs nas melhores universidades americanas e européias, aliando a excelência acadêmica à cultura Brasil Telecom, permitindo a troca de conhecimentos e práticas atuais nas áreas de negócios.

Estratégia de Remuneração

A Política de Remuneração da Brasil Telecom considera como premissa ser uma empresa competitiva, com capacidade de atrair e reter profissionais qualificados, capazes de conduzir e garantir o sucesso dos negócios.

Além do salário, os colaboradores recebem participação nos resultados de até 130% da remuneração mensal, associada ao cumprimento de metas estabelecidas. A partir do nível gerencial, é assegurado aos colaboradores bônus de 200% a 800% da remuneração mensal,

também condicionados à avaliação de desempenho e ao cumprimento de metas previamente estabelecidas.

Acordo Coletivo de Trabalho

No final de 2002, a Brasil Telecom prorrogou a validade das cláusulas sociais do atual Acordo Coletivo de Trabalho – ACT por dois anos. Com a iniciativa, a Brasil Telecom ganhou agilidade nas negociações sindicais e os Acordos Coletivos de Trabalho 2002/2003 foram firmados com os Sindicatos e Federações dentro da data-base.

O ACT 2002/2003 definiu um reajuste salarial, a ser praticado a partir de fevereiro de 2003, com índices de correção que variam de 6,5% a 8,5%, de acordo com a faixa salarial. Além do reajuste, o ACT previu também, o pagamento de abonos em dinheiro variando de 21,06% a 27,54% da remuneração mensal e abonos em tíquetes alimentação.

Benefícios

Plano de Saúde

A certeza de que no momento em que precisar, o colaborador da Brasil Telecom poderá contar com um profissional gabaritado e uma instituição idônea para tratar da sua saúde e a dos seus dependentes, proporciona a tranquilidade necessária para enfrentar com disposição e garra os desafios com que se depara dentro e fora da Empresa.

A Brasil Telecom contratou a Bradesco Saúde para administrar seu Plano de Saúde, por contar com uma ampla rede de profissionais, clínicas e hospitais em todo o território nacional, o que assegura aos colaboradores e seus dependentes um atendimento seguro e eficiente, além de possibilitar aos executivos, assistência no exterior.

A utilização do Plano é feita com o cartão de beneficiário ou por meio do SABS - Sistema de Atendimento Bradesco Saúde, que atende no telefone 0800 701-2700.

As despesas são compartilhadas, sendo a parcela que cabe ao colaborador correspondente a 20% dos custos dos serviços utilizados, porém ficando seu desconto limitado a 5% do salário se sua opção for por acomodação em apartamento coletivo ou 20% do salário se sua opção for por acomodação em apartamento individual.

Alimentação

Mensalmente, os colaboradores da Brasil Telecom recebem auxílio-alimentação de acordo com a sua opção:

- Cartão alimentação eletrônico, que permite a aquisição de alimentos nos supermercados credenciados; e/ou
- Talão de tíquete restaurante, de acordo com o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Para colaboradores com jornada de trabalho de cinco dias por semana, são fornecidos 22 tíquetes, enquanto para aqueles com jornada de trabalho de seis dias por semana, são fornecidos 26 tíquetes, no valor de R\$10,50 cada um. O valor correspondente ao total pode ser solicitado sob a forma de crédito no cartão alimentação.

A participação do colaborador é de 5% até R\$1.000,00 de salário, de 10% de R\$1.000,01 a R\$1.999,99 e de 15% para salários acima de R\$2.000,00.

Seguro de Vida em Grupo

Todos os colaboradores da Brasil Telecom estão cobertos pela Apólice de Seguro de Vida em Grupo, que estabelece o pagamento de indenizações iguais a 30 vezes o salário mensal do segurado principal (colaborador) no caso de falecimento deste, limitada a R\$240 mil e quinze

vezes o salário mensal do segurado principal, no caso de falecimento do cônjuge, limitada a R\$120 mil. No caso de morte acidental, em qualquer uma das situações a indenização é dobrada até o limite estabelecido.

O seguro de vida em grupo estabelece a cobertura por invalidez permanente decorrente de acidente, cujo valor da indenização varia conforme o grau da invalidez. No caso de invalidez decorrente de doença, a indenização será de 100% da indenização relativa à cobertura por morte natural, limitada a R\$240 mil, na data da aposentadoria.

Treinamento

Durante 2002, a Brasil Telecom buscou desenvolver e aprimorar as competências dos seus colaboradores, realizando treinamentos nas áreas de tecnologia, liderança, finanças, marketing e vendas. A Empresa obteve uma média diária de 136 alunos em curso, resultando em uma média anual de treinamento de 31,95 horas por colaborador. Do total de horas de treinamento, 16% foram realizadas *on-line*.

Em 2002, 40 colaboradores foram formados pela *The George Washington University*, que receberam o título de MA (*Masters*) em Gerenciamento de Projetos, acumulando um total de 103 mestres. Para 2003, a Brasil Telecom planeja a formação de mais 38 *masters*, o que totalizará 141 colaboradores desde que tal treinamento foi implementado..

Juntamente com a implementação do projeto EVA (*Economic Value Added*), a Brasil Telecom desenvolveu um mapa de aprendizagem - metodologia inovadora na área de educação - explicando e detalhando a importância do comprometimento de cada colaborador para os resultados da Empresa. Participaram desse mapa de aprendizagem, 4.433 colaboradores.

No Portal de Educação a Distância, a Brasil Telecom proporcionou um total de 24.628 horas de treinamento, incluindo cursos do sistema PeopleSoft, CRM, inglês e informática, além de cursos via intranet através da tecnologia de *streaming* em vídeo (BrTV).

Para 2003, a Brasil Telecom planeja oferecer cursos voltados aos líderes, abordando trabalho em equipe, *Coaching*, liderança, finanças entre outros, pois a Empresa acredita que é o capital intelectual que faz a Brasil Telecom superar os desafios.

Quadro de Pessoal

Em 2002, a Brasil Telecom deu continuidade ao processo de terceirização das atividades operacionais, otimização de processos e reestruturação corporativa, o que resultou no desligamento de 3.006 colaboradores ao longo do ano. Com a admissão de 694 novos colaboradores, o quadro da Brasil Telecom passou a ser composto por 5.565 colaboradores em dezembro de 2002, representando uma redução de 29,4% em relação ao de 2001.

Tabela 12: Quantidade de Colaboradores por Empresa

Empresa	2002	2001	Variação
Brasil Telecom S.A. (BT)	5.549	7.877	-29,6%
BrT Serviços de Internet S.A. (BrTI)	16	0	-
Total	5.565	7.877	-29,4%

Com exceção da filial Mato Grosso, todas as filiais da Brasil Telecom tiveram seus quadros reduzidos em 2002. Aproximadamente 440 colaboradores foram absorvidos pela matriz com a centralização de algumas atividades e o fortalecimento da estrutura organizacional.

Tabela 13: Quantidade de Colaboradores por Filial

Filial	2002	%	2001	%	Variação Relativa
BTP, Matriz e BrTI	1.363	24,5%	923	11,7%	12,8 p.p.
Filial AC	29	0,5%	43	0,5%	0 p.p.
Filial RO	117	2,1%	118	1,5%	0,6 p.p.
Filial MT	219	3,9%	196	2,5%	1,4 p.p.
Filial MS	240	4,3%	366	4,6%	- 0,3 p.p.
Filial TO	39	0,7%	54	0,7%	0 p.p.
Filial GO	398	7,2%	810	10,3%	-3,1 p.p.
Filial DF	467	8,4%	669	8,5%	- 0,1 p.p.
Filial PR	1.120	20,1%	1.691	21,5%	- 1,4 p.p.
Filial SC	577	10,4%	883	11,2%	- 0,8 p.p.
Filial RS	996	17,9%	2.124	27,0%	- 9,1 p.p.
Total	5.565	100%	7.877	100%	-

Com relação à distribuição por função, as principais alterações em relação a 2001 foram relacionadas às centrais de atendimento e rede, decorrente da terceirização. Em recursos humanos, a redução também foi acentuada em função da centralização de atividades na matriz, com o conseqüente enxugamento de pessoal nas filiais. O foco da Brasil Telecom no cliente também pode ser comprovado pelo aumento da participação dos profissionais de marketing e vendas no total da Brasil Telecom: enquanto em 2001, a participação era de 10,5%, em 2002 ela foi elevada para 20,7%.

É importante ressaltar que dos 5.565 colaboradores, 240 estavam licenciados ou cedidos ao final de 2002, não fazendo parte da força de trabalho da Empresa. Esse conceito foi adotado em junho, quando 433 colaboradores, licenciados por mais de 90 dias ou cedidos para sindicatos, foram transferidos para esse quadro. Desde então, 193 pessoas foram desligadas, significando uma redução de 44,6%.

Tabela 14: Quantidade de Colaboradores por Função

Função	2002	2001	Variação
Marketing e Vendas	1.151	827	39,2%
Centrais de Atendimento	364	1.242	-70,7%
Rede	2.171	3.840	-43,5%
Expansão	622	861	-27,8%
Operação	1.549	2.979	-48,0%
Tecnologia da Informação	456	505	-9,7%
Geral e Administrativa	1.183	1.463	-19,1%
Presidência e Diretorias Adjuntas	339	289	17,3%
Materiais e Serviços	263	368	-28,5%
Recursos Humanos	112	231	-51,5%
Financeiro	469	575	-18,4%
Licenciados e Cedidos	240	0	-
Total	5.565	7.877	-29,4%

Perfil dos Empregados

Distribuição por Faixa Etária

O perfil por faixa etária indica que a participação dos colaboradores com idade entre 23 e 37 anos aumentou em 3,7 p.p. na comparação com o ano anterior. Em contrapartida, a participação dos colaboradores com idade superior a 38 anos, foi reduzida em 2,3p.p. Com isso, podemos perceber um leve rejuvenescimento da nossa força de trabalho.

Tabela 15: Distribuição por Faixa Etária

Faixa Etária	2002	%	2001	%	Variação Relativa
Até 22 anos	184	3,3%	386	4,9%	- 1,6 p.p.
De 23 a 27 anos	787	14,1%	1.053	13,4%	0,7 p.p.
De 28 a 32 anos	947	17,0%	1.155	14,7%	2,3 p.p.
De 33 a 37 anos	829	14,9%	1.117	14,2%	0,7 p.p.
De 38 a 42 anos	947	17,0%	1.370	17,4%	- 0,4 p.p.
De 43 a 47 anos	1.091	19,6%	1.716	21,8%	- 2,2 p.p.
De 48 a 52 anos	638	11,5%	891	11,3%	0,2 p.p.
De 53 a 57 anos	124	2,2%	158	2,0%	0,2 p.p.
Acima de 58 anos	18	0,3%	31	0,4%	- 0,1 p.p.
Total	5.565	100%	7.877	100%	-
Idade Média	37 anos		37 anos		

Distribuição por Tempo de Serviço

A redução de quadro esteve concentrada nos colaboradores que trabalhavam há mais tempo na Brasil Telecom, resultando em uma alteração no perfil por tempo de serviço: aumento de 6,2 p.p. na proporção de colaboradores com tempo de serviço entre 3 e 10 anos e redução de 5,7 p.p. na faixa de 21 a 25 anos de serviço.

Tabela 16: Distribuição por Tempo de Serviço

Tempo de Serviço	2002	%	2001	%	Variação Relativa
Até 2 anos	1.679	30,2%	2.369	30,1%	0,1 p.p.
De 3 a 5 anos	732	13,2%	881	11,2%	2,0 p.p.
De 6 a 10 anos	817	14,7%	817	10,4%	4,3 p.p.
De 11 a 15 anos	386	6,9%	716	9,1%	- 2,2 p.p.
De 16 a 20 anos	543	9,8%	748	9,5%	0,3 p.p.
De 21 a 25 anos	944	17,0%	1.784	22,6%	- 5,6 p.p.
De 26 a 30 anos	426	7,7%	510	6,5%	1,2 p.p.
Acima de 31 anos	38	0,7%	52	0,7%	0 p.p.
Total	5.565	100%	7.877	100%	-

Distribuição por Sexo

A Brasil Telecom possui 1.733 mulheres trabalhando na Empresa, o que representa 31,1% do total da força de trabalho ao final de 2002. Daquele total, 51 mulheres ocupavam cargos de chefia, significando 15,2% do total de líderes na organização, contra 12,7% observados em 2001 (42 mulheres ocupando cargos gerenciais).

Tabela 17: Distribuição por Sexo

Sexo	2002	%	2001	%	Variação Relativa
Masculino	3.832	68,9%	5.343	67,7%	1,2 p.p.
Feminino	1.733	31,1%	2.544	32,3%	- 1,2 p.p.
Total	5.565	100%	7.877	100%	---

Distribuição por Grau de Instrução

O quadro seguinte demonstra uma sensível melhora no nível educacional dos colaboradores da Brasil Telecom. O destaque foi a queda de 57,8% no número de colaboradores que estudaram até o nível médio.

Tabela 18: Distribuição por Grau de Instrução

Grau de Instrução	2002	%	2001	%	Variação Relativa
1º Grau Incompleto	58	1,0%	156	2,0%	- 1,0 p.p.
1º Grau Completo	66	1,2%	580	7,4%	- 6,2 p.p.
2º Grau Incompleto	62	1,1%	825	10,5%	-9,4 p.p.
2º Grau Completo	1.615	29,0%	2.704	34,3%	- 5,3 p.p.
Superior Incompleto	869	15,6%	655	8,3%	7,3 p.p.
Superior Completo	2.299	41,3%	2.462	31,3%	10,0 p.p.
Especialização	532	9,6%	444	5,6%	4,0 p.p.
Mestrado / Doutorado / Pós-doutorado	64	1,2%	51	0,6%	0,6 p.p.
Total	5.565	100%	7.890	100%	---

Portadores de Deficiência Física e Reabilitados

Considerando os empregados próprios e terceiros, a Brasil Telecom encerrou o exercício de 2002 com 542 portadores de deficiência e reabilitados. Do total, 132 são empregados próprios e 410 são terceirizados. Os terceiros trabalham nos *call centers*, sendo contratados de uma empresa parceira da Brasil Telecom.

Distribuição por Grupo Étnico

Atualmente, nosso banco de dados não possui informações quanto à quantidade de colaboradores por grupo étnico, cor ou raça.

Terceiros

As empresas que prestam serviços para a Brasil Telecom nas áreas de *call center*, manutenção e operação da planta interna e externa, limpeza, vigilância, segurança empresarial e manutenção de sistemas – TI, empregavam 23.329 empregados ao final de 2002, contra 29.450 no ano anterior.

Demonstração do Valor Adicionado

O valor adicionado a distribuir pela Brasil Telecom em 2002 totalizou R\$6.986 bilhões, superando em 18,7% o registrado no ano anterior. As principais alterações em relação à distribuição do valor adicionado podem ser resumidas em:

- Aumento de 56,5% na parcela referente aos acionistas;

- Aumento de 73,9% na parcela relativa aos rentistas, impulsionado basicamente pelos juros mais altos praticados ao longo do ano;
- Aumento de 21,1% na parcela referente ao governo, que elevou sua participação na distribuição de 38,9% para 42,0% em 2002, devido ao início da contribuição do Fistel; e
- Redução de 18,2% na parcela referente a salários, em virtude da redução de pessoal realizada no decorrer do ano.

Tabela 19: Demonstração do Valor Adicionado – DVA

R\$ Milhões	2002		2001	
(+) Receitas	9.684,8	138,6%	8.213,0	139,6%
Receitas de serviços	9.839,7	140,9%	8.458,5	143,8%
Outras Receitas	206,1	3,0%	177,7	3,0%
Descontos, Prov. e Perdas c/Ctas a Receber	(361,0)	-5,2%	(423,2)	-7,2%
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.902,9)	-41,6%	(2.509,5)	-42,6%
Materiais	(85,3)	-1,2%	(103,6)	-1,8%
Serviços de Manutenção	(439,0)	-6,3%	(336,8)	-5,7%
Serviços Outros	(2.327,7)	-33,3%	(1.930,0)	-32,8%
Outras Destinações a Terceiros	(51,0)	-0,7%	(139,2)	-2,4%
(=) Valor adicionado	6.781,9	97,1%	5.703,6	96,9%
Valor adicionado de terceiros (receitas financeiras, equivalência patrimonial e dividendos recebidos)	203,8	2,9%	180,4	3,1%
(=) Valor adicionado a distribuir	6.985,7	100,0%	5.883,9	100,0%
(=) Distribuição do Valor Adicionado	(6.985,7)	-100,0%	(5.883,9)	-100,0%
(+) Remuneração pelo trabalho (salários, adicionais e benefícios)	(367,1)	-5,3%	(448,8)	-7,6%
(+) PDI - Prog de Desligamento de Pessoal	(5,0)	-0,1%	(98,2)	-1,7%
(+) Governo (impostos, contribuições, taxas e previdência social)	(2.930,8)	-42,0%	(2.421,0)	-41,1%
(+) Rentistas (juros, aluguéis, arrendamento)	(1.079,3)	-15,4%	(620,5)	-10,5%
(+) Acionistas (dividendos/lucro remanescente)	(440,1)	-6,3%	(281,2)	-4,8%
(+) Valor retido (depreciação, amortização e lucros retidos)	(2.163,4)	-31,0%	(2.014,2)	-34,2%

Brasília, 17 de março de 2003.

A Administração

BRASIL TELECOM S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado					Controladora				Consolidado							
	Notas	31/12/02	31/12/01	31/12/02	31/12/01	Notas	31/12/02	31/12/01		31/12/02	31/12/01	Notas	31/12/02	31/12/01	31/12/02	31/12/01					
ATIVO																					
ATIVO CIRCULANTE		3.422.330	2.074.976	3.469.740	2.088.203	PASSIVO															
Caixa e Equivalentes a Caixa	17	1.377.432	331.258	1.422.899	331.363	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	26	43.808	91.459	44.090	91.740	PASSIVO CIRCULANTE		2.628.346	2.669.851	2.623.923	2.673.743				
Contas a Receber de Serviços	18	1.548.634	1.230.937	1.542.851	1.230.937	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	27	1.006.027	1.291.219	997.670	1.294.516	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	26	43.808	91.459	44.090	91.740				
Empréstimos e Financiamentos	19	1.525	622	6.795	622	Tributos Indiretos	28	348.520	271.681	351.905	271.681	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	27	1.006.027	1.291.219	997.670	1.294.516				
Tributos Diferidos e a Compensar	20	313.041	310.022	314.058	310.025	Tributos Sobre a Renda	29	14.679	4.016	14.679	4.016	Tributos Indiretos	28	348.520	271.681	351.905	271.681				
Depósitos Judiciais	21	724	58.663	724	58.663	Dividendos/JSCP e Participação no Resultado	30	349.357	280.584	349.624	280.898	Tributos Sobre a Renda	29	14.679	4.016	14.679	4.016				
Outros Ativos	22	180.974	143.474	182.413	156.593	Empréstimos e Financiamentos	31	683.276	530.661	683.276	530.661	Dividendos/JSCP e Participação no Resultado	30	349.357	280.584	349.624	280.898				
						Provisões para Contingências	7	3.232	63.403	3.232	63.403	Empréstimos e Financiamentos	31	683.276	530.661	683.276	530.661				
						Provisões para Fundos de Pensão	33	92.144	41.668	92.144	41.668	Provisões para Contingências	7	3.232	63.403	3.232	63.403				
						Outras Obrigações	34	87.303	95.160	87.303	95.160	Provisões para Fundos de Pensão	33	92.144	41.668	92.144	41.668				
												Outras Obrigações	34	87.303	95.160	87.303	95.160				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.170.201	992.317	1.106.357	988.950	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.619.913	4.509.904	5.794.909	4.509.904										
Empréstimos e Financiamentos	19	6.554	5.169	6.554	5.169	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	26	11.439	-	11.444	-	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	26	11.439	-	11.444	-				
Tributos Diferidos e a Compensar	20	657.725	665.797	657.726	665.797	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	27	4.123	-	4.123	-	Contas a Pagar e Despesas Provisionadas	27	4.123	-	4.123	-				
Depósitos Judiciais	21	331.364	198.050	331.364	198.050	Tributos Indiretos	28	344.452	182.815	344.452	182.815	Tributos Indiretos	28	344.452	182.815	344.452	182.815				
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	4	65.654	33.367	1.809	30.000	Tributos Sobre a Renda	29	26.918	21.027	26.918	21.027	Tributos Sobre a Renda	29	26.918	21.027	26.918	21.027				
Outros Ativos	22	108.904	89.934	108.904	89.934	Empréstimos e Financiamentos	31	4.398.532	3.504.489	4.398.532	3.504.489	Empréstimos e Financiamentos	31	4.398.532	3.504.489	4.398.532	3.504.489				
						Autorizações para Exploração de Serviços	32	-	-	174.991	-	Autorizações para Exploração de Serviços	32	-	-	174.991	-				
						Provisões para Contingências	7	385.992	315.075	385.992	315.075	Provisões para Contingências	7	385.992	315.075	385.992	315.075				
						Provisões para Fundos de Pensão	33	409.696	449.076	409.696	449.076	Provisões para Fundos de Pensão	33	409.696	449.076	409.696	449.076				
						Adiantamentos de Clientes		11.032	10.991	11.032	10.991	Adiantamentos de Clientes		11.032	10.991	11.032	10.991				
						Outras Obrigações	34	27.729	26.431	27.729	26.431	Outras Obrigações	34	27.729	26.431	27.729	26.431				
PERMANENTE		10.627.422	10.984.934	10.814.429	10.978.966	PATRIMÔNIO LÍQUIDO/REC. CAPITALIZÁVEIS		6.971.694	6.872.472	6.971.694	6.872.472										
Investimentos	23	129.059	87.226	112.219	68.885	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	6.963.535	6.864.313	6.963.535	6.864.313	Capital Social		3.335.770	3.296.179	3.335.770	3.296.179				
Imobilizado	24	9.846.140	10.333.900	10.040.469	10.333.924	Capital Social		3.335.770	3.296.179	3.335.770	3.296.179	Reservas de Capital		1.613.306	1.647.290	1.613.306	1.647.290				
Diferido	25	652.223	563.808	661.741	576.157	Reservas de Capital		1.613.306	1.647.290	1.613.306	1.647.290	Reserva de Lucros		273.244	251.238	273.244	251.238				
						Reserva de Lucros		273.244	251.238	273.244	251.238	Lucros Acumulados		1.802.044	1.729.730	1.802.044	1.729.730				
						Lucros Acumulados		1.802.044	1.729.730	1.802.044	1.729.730	Ações em Tesouraria		(60.829)	(60.124)	(60.829)	(60.124)				
						Ações em Tesouraria		(60.829)	(60.124)	(60.829)	(60.124)										
						RECURSOS CAPITALIZÁVEIS	35	8.159	8.159	8.159	8.159										
TOTAL		15.219.953	14.052.227	15.390.526	14.056.119	TOTAL		15.219.953	14.052.227	15.390.526	14.056.119										

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

BRASIL TELECOM S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2002	2001	2002
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9	9.858.833	8.458.496	9.839.680
Deduções da Receita Bruta	9	(2.759.951)	(2.300.088)	(2.768.312)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9	7.098.882	6.158.408	7.071.368
Custos dos Serviços Prestados	10	(4.395.146)	(3.989.177)	(4.446.632)
LUCRO BRUTO		2.703.736	2.169.231	2.624.736
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.349.193)	(1.364.655)	(1.274.196)
Comercialização dos Serviços	11	(835.355)	(722.556)	(761.753)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(626.831)	(580.945)	(625.327)
Remuneração dos Administradores		(5.612)	(4.384)	(5.612)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	13	118.605	(56.770)	118.496
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS FINANCEIRAS E RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		1.354.543	804.576	1.350.540
Despesas Financeiras, Líquidas	14	(945.286)	(468.057)	(943.550)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.501)	-	-
LUCRO OPERACIONAL		407.756	336.519	406.990
Despesas Não Operacionais	15	(138.710)	(141.736)	(138.710)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E DAS PARTICIPAÇÕES		269.046	194.783	268.280
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16	(112.192)	(94.407)	(111.426)
LUCRO APÓS IMPOSTOS E ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		156.854	100.376	156.854
Participação de Empregados e Administradores		(41.387)	(50.833)	(41.387)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JSCP		115.467	49.543	115.467
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	8	324.650	231.700	324.650
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		440.117	281.243	440.117
Ações em Circulação na data do balanço (milhões)		535.584	530.383	535.584
Lucro por lote de mil ações (em R\$)		0,82	0,53	0,82

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

BRASIL TELECOM S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital						Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
		Ágio na Subscrição de Ações	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	Doações e Subvenções para Investimentos	Juros sobre Obras em Andamento	Correção Monetária Especial Lei - 8200/91	Outras	Reserva Legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	3.290.815	316.771	321.856	122.705	745.756	31.287	118.807	237.176	2.037.079	(74.572)	7.147.680
Ajustes de Exercícios Anteriores									(490.744)		(490.744)
Provisão p/Fundo de Pensão - Delib. CVM 371/00 IRPJ e CSLL s/Provisão para Fundo de Pensão									162.362		162.362
Aumento do Capital Social											
Benefício Fiscal s/Amortiz. de Ágio na Incorporação	5.364		(5.364)								
Acréscimos às Reservas de Capital											
Doações e Subvenções para Investimentos				15							15
Incentivos Fiscais - FINAM							510				510
Movimentações de Lucros Acumulados											
Lucro Líquido do Exercício									281.243		281.243
Destinação Proposta à A.G.O.											
Transferências para Reservas								14.062	(14.062)		
Dividendos/JSCP Propostos									(231.700)		(231.700)
Outras Movimentações do Patrimônio Líquido											
Ajuste do Adicional de Alíquota da CSLL			(5.522)			469					(5.053)
Redução de Ações em Tesouraria									(14.448)	14.448	
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	3.296.179	316.771	310.970	122.720	745.756	31.756	119.317	251.238	1.729.730	(60.124)	6.864.313
Aumento do Capital Social											
Benefício Fiscal s/Amortiz. de Ágio na Incorporação	39.591	24.780	(64.371)								
Acréscimos às Reservas de Capital											
Doações e Subvenções para Investimentos				554							554
Movimentações de Lucros Acumulados											
Lucro Líquido do Exercício									440.117		440.117
Destinação Proposta à A.G.O.											
Transferências para Reservas								22.006	(22.006)		
Dividendos/JSCP Propostos									(324.650)		(324.650)
Outras Movimentações do Patrimônio Líquido											
Ajuste do Adicional de Alíquota da CSLL			5.522			(469)					5.053
Redução de Ações em Tesouraria (origem CRT)									(21.147)	21.147	
Recuperação de Ações (Fato Relevante de 01/10/02)										(21.852)	(21.852)
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	3.335.770	341.551	252.121	123.274	745.756	31.287	119.317	273.244	1.802.044	(60.829)	6.963.535

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

BRASIL TELECOM S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS PELA ATIVIDADE OPERACIONAL				
Lucro Líquido do Exercício	440.117	281.243	440.117	281.243
Despesas (Receitas) que Não Envolvem Movimentações de Capital de Giro	2.535.691	2.204.167	2.536.173	2.204.167
Depreciação e Amortização	2.125.609	1.998.466	2.126.677	1.998.466
Tributos Diretos Diferidos	42.039	53.986	42.039	53.986
Tributos Indiretos Diferidos	154.751	73.895	154.751	73.895
Resultado da Equivalência Patrimonial	1.501	-	-	-
Provisão para Contingências	17.188	12.972	17.188	12.972
Variação Monetária e Juros de Longo Prazo	171.504	61.660	172.414	61.660
Resultado na Baixa de Ativo Permanente	11.660	13.108	11.660	13.108
Outras Despesas(Receitas)	11.439	(9.920)	11.444	(9.920)
Total dos Recursos Gerados pela Atividade Operacional	2.975.808	2.485.410	2.976.290	2.485.410
ORIGENS DOS RECURSOS DE TERCEIROS				
Empréstimos e Financiamentos	1.264.650	1.966.635	736.481	1.966.635
Autorizações para Exploração de Serviços	-	-	174.991	-
Transferência do Realizável a LP para o Circulante	10.714	43	10.714	43
Transferência do Passivo Circulante para Exig. LP	57.852	49.290	57.852	49.290
Tributos	-	49.290	-	49.290
Provisão para Contingências	53.729	-	53.729	-
Fornecedores	4.123	-	4.123	-
Transferência do Ativo Permanente para o Circulante	7.610	-	9.481	-
Venda de Bens do Ativo Permanente	24.416	17.311	24.416	17.311
Outras Origens	595	8.011	595	8.011
Total dos Recursos Gerados por Terceiros	1.365.837	2.041.290	1.014.530	2.041.290
TOTAL DAS ORIGENS	4.341.645	4.526.700	3.990.820	4.526.700
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Aumento do Realizável a Longo Prazo	203.264	321.528	133.697	318.161
Estoque de Manutenção	-	50.576	-	50.576
Cauções	-	15.575	-	15.575
Depósitos Judiciais	74.356	35.058	74.356	35.058
Tributos - ICMS sobre aquisições de Ativo Imobilizado	30.108	180.311	30.109	180.311
Despesas Pagas Antecipadamente	1.673	6.641	1.673	6.641
Créditos Adquiridos	4.682	-	4.682	-
Aplicações Capitalizáveis	69.568	33.367	-	30.000
Aplicações Financeiras - Empréstimos	1.298	-	1.298	-
Outras Aplicações	21.579	-	21.579	-
Aumento do Ativo Permanente	1.773.284	3.445.540	1.977.698	3.439.572
Investimentos	6.088	25.235	16.088	6.894
Imobilizado	1.537.322	3.369.736	1.731.647	3.369.760
Diferido	229.874	50.569	229.963	62.918
Outras Aplicações	976.238	836.177	448.068	836.177
Dividendos/JSCP Provisionados	324.650	231.700	324.650	231.700
Transferência do Exigível a LP para o Circulante	571.797	504.009	43.627	504.009
Transferência do Ativo Circ. para Realiz. LP - Depósitos Judiciais	57.939	60.861	57.939	60.861
Aquisição de Ações Próprias	21.852	-	21.852	-
Outras	-	39.607	-	39.607
TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.952.786	4.603.245	2.559.463	4.593.910
Aumento/(Redução) do Capital Circulante Líquido	1.388.859	(76.545)	1.431.357	(67.210)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
Capital circulante final				
Ativo Circulante	3.422.330	2.074.976	3.469.740	2.088.203
Passivo Circulante	2.628.346	2.669.851	2.623.923	2.673.743
	793.984	(594.875)	845.817	(585.540)
Menos - Capital circulante inicial				
Capital Circulante em 31 de dezembro do ano anterior	(594.875)	(518.330)	(585.540)	(518.330)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.388.859	(76.545)	1.431.357	(67.210)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

BRASIL TELECOM S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/02	31/12/01	31/12/02	31/12/01
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	440.117	281.243	440.117	281.243
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	3.079.165	2.416.838	3.079.855	2.416.838
Depreciação e Amortização	2.001.594	1.998.465	2.002.662	1.998.465
Perdas sobre Contas a Receber de Serviços	253.005	235.421	253.313	235.421
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.128	88.280	10.202	88.280
Provisão para Contingências	17.188	12.972	17.188	12.972
Tributos Diferidos	42.039	43.345	42.039	43.345
Amortização de Ágio Pago na Aquisição de Investimentos	124.015	129.182	124.015	129.182
Resultado na Baixa do Ativo Permanente	33.322	13.108	33.322	13.108
Encargos Financeiros	619.789	346.498	644.205	346.498
Equivalência Patrimonial	1.501	-	-	-
Outras Despesas/Receitas	(23.416)	(450.433)	(47.091)	(450.433)
Mutações Patrimoniais	(602.772)	(657.023)	(420.878)	(666.253)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.916.510	2.041.058	3.099.094	2.031.828
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Dividendos/JSCP Pagos no Exercício	(189.670)	(183.891)	(189.670)	(183.891)
Empréstimos e Financiamentos	291.288	737.150	291.288	737.150
Empréstimos Obtidos	1.249.898	1.986.714	1.249.898	1.986.714
Empréstimos Liquidados	(436.991)	(728.159)	(436.991)	(728.159)
Juros Liquidados	(521.619)	(521.405)	(521.619)	(521.405)
Acréscimos do Patrimônio Líquido	554	-	554	-
Aquisição de Ações Próprias	(21.852)	-	(21.852)	-
Outros Fluxos das Atividades de Financiamentos	-	(4.527)	-	(1.160)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	80.320	548.732	80.320	552.099
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações Financeiras	(2.202)	(3.140)	(7.471)	(3.140)
Fornecedores de Investimentos	(257.879)	402.251	(255.895)	402.251
Recursos Obtidos na Venda de Ativo Permanente	24.416	(17.311)	24.416	(17.311)
Aplicações no Ativo Permanente	(1.635.724)	(3.445.540)	(1.840.138)	(3.439.572)
Outros Fluxos das Atividades de Investimentos	(79.267)	3.566	(8.790)	3.566
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.950.656)	(3.060.174)	(2.087.878)	(3.054.206)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	1.046.174	(470.384)	1.091.536	(470.279)
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA				
Saldo Final	1.377.432	331.258	1.422.899	331.363
Saldo Inicial	331.258	801.642	331.363	801.642
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	1.046.174	(470.384)	1.091.536	(470.279)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRASIL TELECOM S.A. é uma concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e atua na Região II do Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal. Essa área de 2.859.375 quilômetros quadrados, contemplada pelas concessões de telefonia local e de longa distância, corresponde a 34% do Território Nacional.

É uma sociedade controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. (BTP), companhia constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

Os negócios da Companhia, bem como os serviços que oferece e as tarifas que cobra são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

As informações referentes às metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado estão disponíveis para acompanhamento dos interessados na página eletrônica da ANATEL, no site www.anatel.gov.br.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na Securities and Exchange Commission – SEC dos EUA, tendo suas ações negociadas nas principais bolsas do País e seus ADR`s na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Em 9 de maio de 2002 a Companhia aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

Controladas da Companhia

A Companhia é controladora da BrT Serviços de Internet S.A. (BrTI), subsidiária integral constituída em outubro de 2001, com atividades na prestação de serviços de internet e atividades correlatas. A Controlada iniciou sua atividade operacional no presente exercício, pois até a data do encerramento do balanço de 2001 não havia emitido qualquer faturamento e seus gastos foram registrados como despesas pré-operacionais.

Em 10 de dezembro de 2002 foi constituída a Brasil Telecom Celular S.A. (BrT Celular), também subsidiária integral, para atuar na prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), tendo autorização para atender a mesma área de cobertura em que a Companhia opera o STFC. Na data de encerramento do balanço, a BrT Celular encontrava-se no início do processo de estruturação – fase pré-operacional.

BRASIL TELECOM S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Critérios de Elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os padrões adotados no Brasil, de conformidade com a legislação societária, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

A Companhia, por estar registrada na Securities and Exchange Commission – SEC, está sujeita às suas normas, devendo elaborar demonstrações contábeis e outras informações utilizando critérios que atendam aos requisitos daquela entidade. No enquadramento a tais requisitos e visando atender às necessidades informativas do mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea das informações nos dois mercados e nos idiomas respectivos.

As notas explicativas às demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, a menos que esteja evidenciado de outra forma em cada nota.

As notas explicativas apresentam, de acordo com cada situação, informações relativas à Companhia e às demonstrações consolidadas, sendo identificadas como “CONTROLADORA” e “CONSOLIDADO”, respectivamente. Quando as informações são comuns às duas situações, estão indicadas como “CONTROLADORA E CONSOLIDADO”.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

A consolidação foi elaborada de acordo com a Instrução CVM nº 247/96 e inclui as sociedades citadas na nota nº 1.

Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados da empresa investidora nas investidas;

A consolidação no ano de 2001 foi feita apenas para o balanço patrimonial, pois a BrT Serviços de Internet S.A., única controlada naquele exercício social, encontrava-se em fase pré-operacional.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes a Caixa: Os equivalentes a caixa são investimentos temporários de alta liquidez, com vencimento imediato. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.

b. Contas a Receber de Serviços: As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações estão registradas pelo valor da tarifa ou do serviço na data da sua prestação. As contas a receber de serviços incluem créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço. O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera a apuração dos percentuais de perdas reais ocorridas em cada faixa de contas a receber. Os percentuais históricos são aplicados às faixas atuais de contas a receber, incluindo também as contas a vencer, bem como a parcela a faturar, constituindo assim o montante que poderá se transformar em perda futura, sendo registrado contabilmente a título de provisão.

BRASIL TELECOM S.A.

c. Estoques de Materiais: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem ao custo de reposição. Os estoques são segregados em expansão da planta e sua manutenção. Os estoques destinados à expansão estão classificados no imobilizado (obras em andamento). Os estoques destinados à manutenção estão classificados no ativo circulante e realizável a longo prazo. Para os estoques considerados obsoletos são registradas provisões para perdas.

d. Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável. Os investimentos resultantes de aplicações em incentivos fiscais de imposto de renda são reconhecidos quando efetivadas as aplicações e resultam em ações de empresas incentivadas ou quotas dos fundos de investimentos. No período compreendido entre a aplicação e o recebimento de ações ou quotas dos fundos, permanecem registrados no ativo realizável a longo prazo. A Companhia tem por critério utilizar o percentual máximo de destinação do tributo. Periodicamente esses investimentos são avaliados e o resultado da comparação entre o seu custo original e o de mercado, quando este for menor, resulta na formação de provisões para perdas prováveis.

e. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os encargos financeiros que financiam os bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os gastos incorridos que representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com as normas do Serviço Público de Telecomunicações. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na nota nº 24.

f. Diferido: Está segregado entre diferido em amortização e em formação. Os principais itens são o ágio constituído na aquisição da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT (sociedade incorporada em dezembro de 2000), líquido do ganho tributário, gastos incorridos relativos a instalação e reorganização, processamento de dados e outros. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com as normas em vigor. Quando identificado que o ativo não produz mais benefícios ocorre a baixa contra o resultado não operacional.

g. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro: O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, no pressuposto de realização ou exigibilidade futuras, dentro dos parâmetros estabelecidos na Instrução CVM nº 371/02.

h. Empréstimos e Financiamentos: Estão atualizados pelas variações monetárias e/ou cambiais e juros incorridos até a data do balanço. Idêntica atualização é aplicada aos contratos de garantia para cobertura da dívida (*hedge*).

i. Provisões para Contingências: As provisões para contingências são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com fundamentos econômicos e pareceres jurídicos sobre os processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do balanço. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na nota nº 7.

j. Reconhecimento das Receitas: As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais são tarifadas pelo processo de medição por tempo conforme legislação em vigor. As receitas provenientes da venda de cartões indutivos são registradas no ato da venda. Para os terminais fixos habilitados na modalidade “pré-pago”, os valores comercializados são registrados como adiantamento de clientes e a receita é reconhecida de acordo com a prestação dos serviços.

k. Reconhecimento das Despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com as realizações das receitas. As despesas que competem a outros exercícios são diferidas.

BRASIL TELECOM S.A.

l. Receitas (Despesas) Financeiras líquidas: As receitas financeiras representam os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com *hedge*, quando incorridos. As despesas financeiras representam os juros incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos e outras transações financeiras.

Os juros sobre capital próprio creditados compõem o saldo das despesas financeiras, sendo que para fins de apresentação os valores registrados são revertidos contra o resultado do exercício e reclassificados como dedução de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

m. Pesquisa e Desenvolvimento: Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados em despesas quando incorridos, exceto os gastos com projetos vinculados à geração de receitas futuras, os quais são registrados no ativo diferido e amortizados no período de cinco anos a partir do início das operações.

n. Benefícios a Empregados: Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia a seus empregados são administrados pela SISTEL e Fundação CRT. As contribuições são determinadas atuarialmente, quando aplicável, e contabilizadas pelo regime de competência. Em 31 de dezembro de 2001, conforme a Deliberação da CVM nº 371/00, a Companhia efetuou a contabilização do déficit atuarial existente naquela data, contra o patrimônio líquido, excluído dos efeitos tributários correspondentes. A partir de 2002, na medida em que novas reavaliações atuariais determinem a necessidade de ajustes à provisão, os mesmos são reconhecidos contra o resultado do exercício, de acordo com a citada deliberação da CVM. Informações complementares aos planos de previdência privada estão descritas na nota nº 6.

o. Participações no Resultado: A Companhia constitui provisão para participação de empregados nos resultados. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e o estatuto social.

p. Lucro por mil ações: O lucro por mil ações é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do balanço patrimonial, a qual é representada pela totalidade das ações emitidas, subtraída das ações em tesouraria.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a operações com a Brasil Telecom Participações S.A., controladora da Companhia, BrT Serviços e Internet S.A. e Brasil Telecom Celular S.A., subsidiárias integrais e com a Vant Telecomunicações S.A., investimento minoritário.

As operações entre a Companhia e as partes relacionadas são realizadas a preços e condições usuais de mercado. As principais transações realizadas são:

Brasil Telecom Participações S.A.

Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio: dos JSCP creditados em 2002 destinou-se à Controladora a importância de R\$ 213.367 (R\$ 152.366 em 2001). Desse valor, R\$ 59,013 (R\$ 31.707 em 2001) foram imputados aos dividendos provisionados. O saldo deste passivo em 31/12/02 é de R\$ 181.362 (R\$ 129.511 em 31/12/01).

Mútuos com a Controladora: O saldo passivo em 31/12/02 é originário da cisão da Telebrás e está indexado à variação cambial, à qual são acrescidos juros de 1,75% ao ano, somando o montante de R\$ 120.081 (R\$ 85.717 em 2001). Os encargos reconhecidos contra o resultado em 2002 (despesas financeiras) foram de R\$ 44.591 (R\$ 20.252 em 2001).

BRASIL TELECOM S.A.

Debêntures: Em 27 de Janeiro de 2001, a Companhia emitiu 1.300 debêntures privadas não conversíveis ou permutáveis em ações de qualquer espécie ao preço unitário de R\$ 1.000, no valor total de R\$ 1.300.000, com o objetivo de financiar parte do seu programa de investimentos. O total dessas debêntures foi adquirido pela controladora Brasil Telecom Participações S.A.. O valor nominal das debêntures será amortizado em três parcelas equivalentes a 30%, 30% e 40% com vencimentos em 27/07/04, 27/07/05 e 27/07/06, respectivamente. A remuneração das debêntures equivale a 100% do CDI, pagos semestralmente. O saldo deste passivo em 31/12/02 é de R\$ 1.405.228 (R\$ 1.398.875 em 31/12/01) e os encargos reconhecidos contra o resultado em 2002 representam R\$ 236.356 (R\$ 130.539 em 2001).

Contas a Receber e a Pagar: resultantes de transações relacionadas a receitas/despesas operacionais pela utilização de instalações e apoio logístico. Em 31/12/02 o saldo a receber é de R\$ 663 (R\$ 13 a receber, em 31/12/01) e os valores contabilizados contra o resultado representam: Receitas Operacionais: R\$ 2.352 (R\$ 2.466 em 2001) e Despesas Operacionais: R\$ 256 (R\$ 4.182 em 2001).

BrT Serviços de Internet S.A.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: a importância existente a título de AFAC, em 31/12/02, é de R\$ 44.695 (R\$ 3.367 em 31/12/01), estando contabilizada no ativo realizável a longo prazo.

Outros Valores a Receber e a Pagar: resultante de transações relacionadas a receitas e despesas operacionais pela utilização de instalações, apoio logístico e serviços de telecomunicações. Em 31/12/02 o saldo a pagar é de R\$ 5.643 (R\$ 136 a receber em 31/12/01). Os valores contabilizados no resultado operacional em 2002 representam R\$ 24.573 de receita e R\$ 84.793 de despesa.

Brasil Telecom Celular S.A.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: Em 31/12/02 a importância existente a título de AFAC é de R\$ 19.149, decorrendo de valores repassados para fazer frente ao pagamento à ANATEL, da parcela inicial dos Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal.

Vant Telecomunicações S.A.

Caução: Em 31/12/02 (e 31/12/01) o valor depositado em caução, a título de garantia de compra futura de ações, é de R\$ 15.575. Tal quantia está registrada no ativo realizável a longo prazo.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: O valor de AFAC em 31/12/02 é de R\$ 1.809 (R\$ 30.000 em 31/12/01).

Outras Partes Relacionadas

A controlada BrTI mantém um investimento de R\$ 10.000 na sociedade iBEST Holding Corporation (iBEST), o que representa uma participação minoritária avaliada pelo custo de aquisição. Os relacionamentos da controlada com empresa da iBEST estabelecida no Brasil, na data de encerramento do balanço são os seguintes:

Saldo de adiantamento a fornecedores de R\$ 1.364 (R\$ 13.105 em 2001) e saldo de mútuos repassados de R\$ 4.782. Quanto aos valores registrados no resultado da controlada, R\$ 17.266 representam despesas decorrentes de atividades operacionais e R\$ 1.259 de receitas financeiras relacionadas aos empréstimos e adiantamentos concedidos.

5. VALOR DE MERCADO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (INSTRUMENTOS FINANCEIROS) E ANÁLISE DE RISCOS.

A Companhia e sua controlada BrTI procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de

BRASIL TELECOM S.A.

avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores se aproximam do valor justo e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

a. Risco de Crédito

A maioria dos serviços prestados pela Companhia está vinculada ao Contrato de Concessão e grande parte desses serviços subordina-se ao estabelecimento de tarifas por parte do órgão regulador. A política de crédito por sua vez, no caso de serviços públicos de telecomunicações, fica subordinada às normas legais estabelecidas pelo poder concedente. O risco existe em razão da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No ano de 2002 a inadimplência da Sociedade foi de 2,67% da receita bruta (3,83% em 2001). Através de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes, procedendo ao corte do acesso ao serviço (tráfego sainte) se a fatura estiver vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções para o caso de serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. Em 31 de dezembro de 2002, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

b. Risco de Taxa de Câmbio

A Companhia tem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 7,2% do total desses passivos (8,3% em 31/12/01). Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de *hedge* na modalidade de *swap* cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira, 38% está coberta por contratos de *hedge* (53% em 31/12/01). Os efeitos positivos ou negativos não realizados dessas operações são registrados no resultado como ganho ou perda. Em 2002, os ganhos líquidos totalizaram R\$ 28.874 (R\$ 2.358 de perdas em 2001).

A exposição líquida, pelo valor contábil e de mercado, ao risco da taxa de câmbio na data do encerramento do balanço é a seguinte:

	CONTROLADORA			
	2002		2001	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
PASSIVOS				
Empréstimos e Financiamentos	363.147	347.106	332.465	332.541
Contratos de <i>Hedge</i>	(19.338)	(28.838)	3.731	3.731
TOTAL	343.809	318.268	336.196	336.272
CIRCULANTE	66.700	51.637	106.563	106.607
LONGO PRAZO	277.109	266.631	229.633	229.665

O método utilizado para o cálculo do valor de mercado (valor justo) dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos de *hedge* foi o do fluxo de caixa descontado, às taxas de mercado vigentes na data de fechamento do balanço.

BRASIL TELECOM S.A.

c. Risco de Taxa de Juros

Ativos

A Companhia possui empréstimos concedidos com a empresa produtora de listas telefônicas e decorrentes da venda de bens do ativo imobilizado para outras empresas de telefonia.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Valor Contábil e de Mercado		Valor Contábil e de Mercado	
	2002	2001	2002	2001
ATIVOS				
Empréstimos vinculados ao IGP-DI	6.424	4.085	6.424	4.085
Empréstimos vinculados ao CDI	-	-	5.270	-
Empréstimos vinculados IPA-OG Coluna 27 (FGV)	1.655	1.706	1.655	1.706
TOTAL	8.079	5.791	13.349	5.791
CIRCULANTE	1.525	622	6.795	622
LONGO PRAZO	6.554	5.169	6.554	5.169

Os valores contábeis se igualam aos valores de mercado, devido às condições de contratação atuais para estes tipos de instrumentos financeiros serem semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram.

Passivos

A Companhia tem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas aos indexadores TJLP, UMBNDES, CDI (Taxa DI – CETIP), etc.. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos de *hedge* para 75% das obrigações sujeitas à taxa UMBNDES, na modalidade de *swap* cambial, considerando a influência do dólar nos encargos remuneratórios (cesta de moedas) daqueles passivos. Contudo, há um monitoramento contínuo das demais taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Além dos empréstimos e financiamentos a Companhia emitiu debêntures, privadas e públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI e o risco vinculado a esse passivo surge em razão da possível elevação dessa taxa.

A situação dos passivos mencionados na data de encerramento do balanço é a seguinte:

	CONTROLADORA	
	Valor Contábil	
	2002	2001
PASSIVOS		
Debêntures – CDI	2.329.845	1.398.875
Empréstimos vinculados à TJLP	2.075.065	2.212.746
Empréstimos vinculados a UMBNDES	307.413	61.249
Empréstimos vinculados ao IGPM	25.647	24.466
Outros Empréstimos	29	1.618
TOTAL	4.737.999	3.698.954
CIRCULANTE	616.576	424.098
LONGO PRAZO	4.121.423	3.274.856

Os valores contábeis acima se igualam aos valores de mercado, devido às condições de contratação atuais para estes tipos de instrumentos financeiros serem semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram. Se ocorresse uma

BRASIL TELECOM S.A.

variação hipotética nas taxas mencionadas em 1%, desfavorável à Companhia, o impacto negativo anual no resultado seria de aproximadamente R\$ 8.571.

d. Risco de Não Vinculação de Índices de Atualização Monetária e das Contas a Receber.

Os índices de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não estão correlacionados com os valores das contas a receber. Os reajustes de tarifas telefônicas não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia. Surge assim um risco por essa não correlação.

e. Riscos Contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade entre provável, possível ou remoto. As contingências consideradas como de risco provável são registradas no passivo. Os detalhes desses riscos estão apresentados na nota nº 7.

f. Riscos relacionados a Investimentos

A Companhia possui investimentos avaliados pelos métodos de equivalência patrimonial e custo de aquisição. A BrT Serviços de Internet S.A. e a Brasil Telecom Celular S.A. são as únicas subsidiárias integrais cujos investimentos são avaliados pela equivalência patrimonial, estando somente a primeira em operação. Não há valor de mercado para avaliar os investimentos nas subsidiárias integrais por se tratarem de companhias de capital fechado. Os fluxos de caixa futuros esperados do investimento, de forma direta e indireta, não induzem a expectativas de perdas.

Os investimentos avaliados pelo custo são irrelevantes em relação aos ativos totais. Os riscos a eles relacionados não produziram impactos representativos para a Companhia caso ocorressem perdas significativas com esses investimentos.

g. Riscos de Aplicações Financeiras

A Companhia e sua controlada BrTI mantêm aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de investimento financeiro (FIF's) exclusivos, cujos ativos são constituídos exclusivamente por títulos públicos federais pós-fixados, não possuindo riscos de crédito em tais operações. Em 31/12/02 a Companhia mantinha aplicações financeiras no valor de R\$ 1.315.024 (R\$ 305.821 em 31/12/01). Os rendimentos auferidos até o fechamento do balanço estão reconhecidos contabilmente como receita financeira e montam em R\$ 74.857 (R\$ 65.198 em 2001). Os valores relativos às demonstrações consolidadas são de R\$ 1.360.231 (R\$ 305.821 em 31/12/01) para as aplicações e R\$ 75.714 (R\$ 65.198 em 2001) de rendimentos.

h. Risco de Vencimentos Antecipados de Empréstimos e Financiamentos

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia com seus credores contêm cláusulas que prevêm antecipação de vencimentos de obrigações (*covenants*), nos casos em que não sejam atingidos determinados valores mínimos para certos indicadores, como índices de endividamento, liquidez, geração de caixa e outros. Os indicadores exigidos nessas cláusulas, comuns às operações de empréstimos e financiamentos, foram totalmente alcançados pela Companhia.

6. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(A) PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios de previdência privada, relacionados à aposentadoria para seus empregados e participantes assistidos e, para estes últimos, assistência médica em alguns casos. Esses planos têm como administradoras duas fundações, sendo a Fundação de Seguridade Social (SISTEL) originária de algumas empresas do antigo Sistema Telebrás e a Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de

BRASIL TELECOM S.A.

Telecomunicações (FCRT), a qual administrava os planos de benefícios da CRT, sociedade incorporada em 28/12/00.

O estatuto social da Companhia prevê a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, no que cabe aos planos específicos.

Os planos patrocinados estão avaliados atuarialmente por atuários independentes na data de encerramento do balanço e, para os planos de benefício definido identificados nesta nota explicativa, a Companhia adota o reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais, estando constituído o passivo integral para os planos que apresentam situação deficitária. Esta medida foi aplicada desde o exercício social de 2001, ano em que foram adotadas as normas da Deliberação CVM nº 371/00. Para os casos que apresentam situação atuarial positiva não são constituídos ativos em virtude da impossibilidade legal de reembolsos desses superávits.

A seguir estão reportadas as características dos planos de previdência complementar patrocinados pela Companhia.

FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL (SISTEL)

Planos

TCSPREV (Contribuição Definida, Benefício Saldado e Benefício Definido)

Este plano de contribuição definida e benefícios saldados foi lançado em 28/02/00, obtendo a adesão de cerca de 80% dos empregados naquela oportunidade. Em 31/12/01 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados pela Companhia junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, face à necessidade de ajustes no regulamento, passando o mesmo a constituir grupos de contribuição definida, de benefícios saldados e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 62% do quadro de empregados.

PBS-A (Benefício Definido)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00.

PAMA - Plano de Assistência Médica ao Aposentado (Contribuição Definida)

Mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31/01/00 e também para aqueles assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado ao TCSPREV em 31/12/01. Conforme avaliação jurídico/atuarial, a responsabilidade da Companhia está exclusivamente limitada a contribuições futuras.

PAMEC-BrT (Plano de Assistência Médica ao Complementado)

Destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT, o qual foi incorporado ao TCSPREV em 31/12/01.

Contribuições Estabelecidas para os Planos

TCSPREV

As contribuições para este plano mantiveram as mesmas bases dos planos originais incorporados em 2001, por grupo de participantes, sendo determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes,

BRASIL TELECOM S.A.

de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a Companhia, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode contribuir voluntariamente ou esporadicamente para o plano, acima da contribuição básica, porém, sem a paridade da Companhia. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora em 2002 foi de 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade de ingresso no plano. As patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. Em 2002 as contribuições das patrocinadoras ao TCSPREV, em média, representaram 7,14% da folha de proventos dos participantes do plano.

PBS-A

As contribuições podem ocorrer em caso de apuração de déficit acumulado. Em 31/12/02 o plano apresentava-se superavitário.

PAMA

Este plano é mantido com contribuições de 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas patrocinadoras da SISTEL. No caso da Brasil Telecom, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31/12/01, passando a constituir um grupo interno do mesmo.

PAMEC-BrT

As contribuições para este plano foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única.

FUNDAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CIA. RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES -FCRT

O patrocínio da Companhia junto à FCRT tem por finalidade principal a manutenção de planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O regime atuarial de determinação do custo e contribuições ao plano é o de capitalização coletiva, avaliado anualmente por atuário independente. Em 21 de outubro de 2002 foi lançado o plano de contribuição definida e benefícios saldados BrTPREV, destinado aos participantes ativos vinculados à Companhia, autopatrocinados e assistidos da FCRT.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, destinado à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial. Em 31/12/02 este plano ainda encontrava-se em pleno processo de migração dos planos Fundador e Alternativo patrocinados pela Companhia.

Fundador – Brasil Telecom e Alternativo – Brasil Telecom

Planos de benefício definido, destinados à concessão de benefícios previdenciais suplementares aos da previdência oficial, fechados ao ingresso de novos participantes.

Contribuições Estabelecidas para os Planos

BrTPREV

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a

BRASIL TELECOM S.A.

determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a Companhia, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode contribuir também voluntariamente ou esporadicamente para o plano, acima da contribuição básica, porém, sem a paridade da Companhia. A patrocinadora é responsável pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco. As contribuições da empresa em 2002 equivaleram, em média, a 1,32% da folha de proventos dos participantes vinculados a este Plano, enquanto que esta média foi de 1,34% para as contribuições dos empregados. Ressalta-se que estes números consideram contribuições apenas dos meses de novembro e dezembro de 2002, dada a sua recente implantação.

FUNDADOR – BRASIL TELECOM

A contribuição normal da patrocinadora em 2002 foi, em média, de 9,04% sobre a folha de salários dos participantes do plano, sendo que estes contribuem com taxas variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário, cuja taxa média em 2002 foi de 7,87%.

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, tem o prazo máximo de liquidação estabelecido em vinte anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/SPC/GAB/COA, de 25/01/02, da Secretaria de Previdência Complementar. Desse prazo máximo determinado ainda restam 19 anos para a quitação total. As contribuições amortizantes em 2002 relativas ao déficit atuarial equivaleram, em média, a 29,3% da folha salarial dos participantes.

ALTERNATIVO-BRASIL TELECOM

A contribuição normal da patrocinadora em 2002 foi, em média, de 7,19% sobre a folha de salários dos participantes do plano, sendo que estes contribuem com taxas variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário, cuja taxa média em 2002 foi de 6,77%. Neste plano os participantes também pagam uma “jóia”, dependendo da idade de ingresso no plano.

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, tem as mesmas regras de liquidação do Plano Fundador. As contribuições amortizantes em 2002 relativas ao déficit atuarial equivaleram, em média, a 37,4% da folha salarial dos participantes.

Deliberação CVM no. 371/2000

Em 31 de dezembro de 2001 foi promovida uma avaliação dos planos de previdência complementar patrocinados pela Companhia, sendo apurada uma insuficiência atuarial (déficit) de R\$ 490.744 nos planos fundador e alternativo administrados pela FCRT. Na época, a Companhia optou por reconhecer o total desse déficit conforme estabelecido na Deliberação acima, diretamente no patrimônio líquido, excluído dos tributos respectivos. O efeito tributário reconhecido no ativo foi de R\$ 162.362 (IRPJ e CSLL) e o valor registrado no patrimônio líquido importou em R\$ 328.382.

Em 31 de dezembro de 2002, após nova reavaliação atuarial de todos os planos, constatou-se que a insuficiência de cobertura atuarial dos planos deficitários do ano anterior aumentou para R\$ 501.840, tendo por consequência a elevação do passivo registrado na Companhia para o mesmo montante, sendo a diferença contabilizada em contrapartida do resultado.

Situações dos Planos Mencionados (SISTEL E FCRT), com base da Deliberação CVM nº371/00

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada que a Companhia patrocina, avaliados atuarialmente na data de encerramento do balanço:

BRASIL TELECOM S.A.

	FCRT				SISTEL	
	2002			2001	2002	2001
	TOTAL DOS PLANOS	ALTERNATIVO E FUNDADOR	BRTPREV	ALTERNATIVO E FUNDADOR	TCSPREV	

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO						
Obrigações Atuariais com Benefícios Concedidos	772.989	185.701	587.288	740.714	154.657	127.001
Obrigações Atuariais com Benefícios a Conceder	149.161	76.939	72.222	218.163	349.072	364.090
(=) Total do Valor Presente das Obrigações Atuariais	922.150	262.640	659.510	958.877	503.729	491.091
Valor Justo dos Ativos do Plano	(420.310)	(123.270)	(297.040)	(468.133)	(503.729)	(491.091)
(=) Passivo Atuarial Líquido reconhecido no balanço	501.840	139.370	362.470	490.744	-	-

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO						
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial - início do exercício	958.877	958.877	-	834.143	491.091	467.583
Custo dos Juros	14.210	14.210	-	87.584	-	-
Custo do Serviço Corrente	12.717	12.543	174	53.241	30.752	31.614
Custo do Serviço Corrente da Patrocinadora	3.090	3.009	81	46.106	16.247	18.049
Custo do Serviço Corrente dos Participantes	9.627	9.534	93	7.135	14.505	13.565
Benefícios Pagos Líquidos	(142.003)	(72.144)	(69.859)	(71.836)	(45.399)	(29.411)
Custeio Administrativo do Plano	(5.029)	(5.029)	-	-	(5.386)	-
Transferência de Compromisso para o BrTPREV	-	(729.195)	729.195	-	-	-
(Ganho) ou Perda Atuarial s/Obrigação Atuarial	83.378	83.378	-	55.745	32.671	21.305
Vlr. Presente da Obrigação Atuarial - final do exercício	922.150	262.640	659.510	958.877	503.729	491.091
Valor Justo dos Ativos do Plano no início do exercício	468.133	468.133	-	428.782	491.091	449.054
Rendimentos Esperados dos Ativos do Plano	-	-	-	103.260	-	-
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	13.412	13.238	174	35.451	30.490	31.614
Patrocinadora	3.785	3.705	80	27.575	15.985	18.049
Participantes	9.627	9.533	94	7.876	14.505	13.565
Contrib. Amortizantes Recebidas da Patrocinadora	14.210	14.210	-	-	-	-
Outros Recursos Coletados	1.125	790	335	-	-	-
Pagamento de Benefícios	(142.003)	(72.144)	(69.859)	(71.836)	(45.399)	(29.411)
Despesas Administrativas do Plano	(6.154)	(5.818)	(336)	(3.441)	(5.124)	(4.652)
Transferências ao BrTPREV	-	(366.726)	366.726	-	-	-
Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	71.587	71.587	-	(24.083)	32.671	44.486
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	420.310	123.270	297.040	468.133	503.729	491.091
(=) Valor do Passivo Atuarial Líquido	501.840	139.370	362.470	490.744	-	-

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Custo do Serviço Corrente (com Juros)	12.717	12.543	174	34.710	30.752	31.614
Contribuições dos Participantes	(9.627)	(9.534)	(93)	(7.135)	(14.505)	(13.565)
Juros sobre as Obrigações Atuariais	14.210	14.210	-	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidos	11.791	11.791	-	-	-	-
Total da despesa reconhecida	29.091	29.010	81	27.575	16.247	18.049

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS						
Taxa para Desconto da Obrigação Atuarial	6%			6%	6%	6%
Taxa de Rendimento Total Esperada s/Ativos do Plano	17,68% (Inflação + 6%)			6%	17,68%	6%
Índice de Aumento Salarial Estimado	0%	N/A	1%	N/A		
Custeio Administrativo (Carregamento)	8% sobre o total das contribuições			15% s/contr. normais	5%	
Tábua de Mortalidade	UP84			UP84	AT 2000 M	
Tábua de Invalidez	Álvaro Vindas			Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 57			IAPB 57	IAPB 57	
Rotatividade	-	Média de 5%	N/A	Média de 4%	N/A	
Idade de Aposentadoria	-	Igual ao INSS, Altern. 55 anos	60 Anos	Igual ao INSS, Altern. 55 anos	60 anos	
Taxa de Inflação	11,02% a.a.			4,5% a.a.	11,02% a.a.	4,5% a.a.

N/A = Não Aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
a) Os ativos do plano estão posicionados em 31/12/2002.	
b) Os dados cadastrais individuais utilizados para o TCSPREV são de 31/12/02 e para a FCRT são de 01/12/2002, projetados para 31/12/2002.	
c) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.	

BRASIL TELECOM S.A.

	SISTEL				
	PAMA		PAMEC		PBS-A
	2002	2001	2002	2001	2002

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS					
Valor Presente das Obrigações Atuariais	59.499	52.749	844	710	430.459
Valor Justo dos Ativos do Plano	59.499	(52.749)	(844)	(710)	(542.744)
(=) Passivo/(Ativo) Actuarial Líquido	-	-	-	-	(112.285)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO					
Vlr. Presente da Obrigação Actuarial - início do exercício	52.749	51.830	710	625	412.664
Custo dos Juros	-	-	43	38	44.826
Custo do Serviço Corrente	21	212	-	2	-
Custo do Serviço Corrente da Patrocinadora	21	212	-	2	-
Benefícios Pagos Líquidos	(5.835)	(1.918)	(26)	(18)	(36.731)
Custeio Administrativo do Plano	(1.424)	(179)	(2)	(3)	-
(Ganho) ou Perda Actuarial s/Obrigação Actuarial	13.988	2.804	119	66	9.700
Vlr. Presente da Obrigação Actuarial - final do exercício	59.499	52.749	844	710	430.459
Ativo Líquido do Plano no início do exercício	52.749	51.830	710	622	472.118
Rendimentos Esperados dos Ativos do Plano	-	-	43	40	107.357
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano	22	212	-	2	-
Patrocinadora	22	212	-	2	-
Pagamento de Benefícios	(5.835)	(1.918)	(26)	(18)	(36.731)
Despesas Administrativas do Plano	(1.425)	(179)	(2)	(3)	-
Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano	13.988	2.804	119	67	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no final do exercício	59.499	52.749	844	710	542.744
(=) Valor do Ativo Actuarial Líquido	-	-	-	-	(112.285)¹

(1) Ativo actuarial não registrado.

DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Custo do Serviço Corrente (com Juros)	21	212	-	2	-
Total da despesa reconhecida	21	212	-	2	-

PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
Taxa para Desconto da Obrigação Actuarial	6%	6%	6%
Taxa de Rendimento Total Esperada s/Ativos do Plano	17,68% (Inflação + 6%)	17,68%	14,45%
Índice de Aumento Salarial Estimado	N/A	N/A	8,15%
Custeio Administrativo (Carregamento)	15%	15%	-
Tábua de Mortalidade	N/A	EB 7/75	UP 84
Tábua de Invalidez	N/A	Álvaro Vindas	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N/A	Exp. Ex. CAP	N/A
Idade de Início dos Benefícios	Estar aposent. p/Pl. PBS-A	Estar aposent. p/Pl. PBT-BrT	N/A
Taxa de Inflação	11,02% a.a.	11,02% a.a.	5% a.a.

N/A = Não Aplicável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
a) Os ativos do plano estão posicionados em 31/12/2002.
b) Os dados cadastrais individuais utilizados para o PAMA e o PAMEC são de 31/12/02. Para o PBS-A foram utilizados os dados 30/09/02, projetados para 31/12/2002.
c) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.
d) O PBS-A está informado líquido dos custos administrativos do plano.

(B) PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES PARA ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2000, aprovou o plano geral para a outorga de opções de compra de ações para administradores e empregados da Companhia e suas controladas. O Plano autoriza a outorga de um limite máximo de 10% das ações de cada espécie de ações da Companhia. As ações oriundas do exercício de opções garantem aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê gestor designado pelo Conselho de

BRASIL TELECOM S.A.

Administração, o qual deliberou somente pela outorga de opções de ações preferenciais. O plano divide-se em dois programas distintos:

Programa A:

Este programa é outorgado na extensão dos objetivos de performance atingidos pela Companhia determinados pelo Conselho de Administração por um período de cinco anos. Até 31 de dezembro de 2002 nenhuma ação foi outorgada.

Programa B:

O preço de exercício é fixado com base na média aritmética do preço de mercado do lote de mil ações dos últimos 20 pregões anteriores à outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a do pagamento.

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos:

- 33% a partir de 01 de janeiro de 2004
- 33% a partir de 01 de janeiro de 2005
- 34% a partir de 01 de janeiro de 2006

Esses prazos de aquisição poderão ser antecipados em razão da ocorrência de eventos ou condições especiais estabelecidos no contrato de outorga. As opções não exercidas até 31 de dezembro de 2008 caducarão, sem indenização.

As informações relativas ao plano geral para a outorga de opções de compra de ações estão resumidas a seguir:

	2002	
	Opções de Ações Preferenciais (Mil)	Preço Médio de Exercício – R\$
Saldo em 31/12/2001	-	-
Outorgadas	622.364	11,34
Saldo em 31/12/2002	622.364	11,34

(C) OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como: auxílio médico/odontológico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio transporte e outros.

7. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia efetua periodicamente uma avaliação de seus riscos contingenciais, inclusive revisões de processos judiciais com base em fundamentos jurídicos, econômicos, tributários e contábeis. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis ou remotas estão evidenciadas nesta nota. Em algumas situações, por exigência legal ou por uma opção de cautela por parte da Companhia, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses processos judiciais encontram-se em discussão em várias instâncias, desde administrativas e até em tribunais inferiores e superiores.

BRASIL TELECOM S.A.

Trabalhistas

As provisões trabalhistas compreendem uma estimativa da administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, das perdas prováveis relativas a processos movidos por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

Tributárias

As provisões para contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos decorrentes de divergências quanto à interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia e do fisco. Essas divergências, se interpretadas em favor da Companhia, poderão representar ganhos no futuro. Os tributos de homologação futura pelo fisco sujeitam-se à extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo prescricional.

Cíveis

As provisões de natureza cível compreendem uma estimativa de causas alusivas a reajustes de valores contratuais decorrentes de planos econômicos editados pelo Governo Federal e outras causas.

Classificação por Grau de Risco

Contingências de Risco Provável

As contingências classificadas como risco de perda provável, para as quais estão registradas provisões no passivo, apresentam os seguintes saldos:

NATUREZA	CONTROLADORA	
	2002	2001
TRABALHISTA	316.334	320.337
TRIBUTÁRIA	11.905	7.871
CÍVEL	60.985	50.270
TOTAL	389.224	378.478
CIRCULANTE	3.232	63.403
LONGO PRAZO	385.992	315.075

Contingências de Risco Possível

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

NATUREZA	CONTROLADORA	
	2002	2001
TRABALHISTA	440.798	323.467
TRIBUTÁRIA	570.460	402.610
CÍVEL	253.771	102.761
TOTAL	1.265.029	828.838

Contingências de Risco Remoto

Além das demandas citadas ainda existem contingências consideradas remotas no valor de R\$ 717.097 (R\$ 500.519 em 2001).

Os depósitos judiciais relacionados a contingências e tributos contestados (exigibilidade suspensa) estão demonstrados na nota nº 21.

BRASIL TELECOM S.A.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 560.000.000.000 (quinhentos e sessenta bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembléia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia ou, a partir de 2002, de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

O capital social subscrito e integralizado na data do balanço é R\$ 3.335.770 (R\$ 3.296.179 em 31/12/01), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

ESPÉCIES DE AÇÕES	Em milhares de ações					
	Total de Ações		Ações em Tesouraria		Ações em Circulação	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Ordinárias	243.564.130	237.165.397	-	-	243.564.130	237.165.397
Preferenciais	295.569.090	295.569.091	3.548.760	2.351.322	292.020.330	293.217.769
TOTAL	539.133.220	532.734.488	3.548.760	2.351.322	535.584.460	530.383.166

	2002	2001
VALOR PATRIMONIAL POR MIL AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (R\$)	13,00	12,94

Ações em Tesouraria

Na apuração do cálculo do valor patrimonial por mil ações estão deduzidas 3.548.760 mil ações preferenciais mantidas em tesouraria (2.351.322 mil em 31/12/01). Essas ações em tesouraria são oriundas de dois eventos distintos:

Incorporação de Companhia

A Companhia mantém em tesouraria ações preferenciais adquiridas no primeiro semestre de 1998, pela então Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, sociedade que foi incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 28 de dezembro de 2000. Desde a incorporação somente foram colocadas em circulação ações para atender determinações judiciais, decorrentes de demandas de titularidade de promitentes assinantes originários da companhia incorporada. É considerado como custo de recolocação, nesse caso, o valor originalmente pago, de acordo com o controle efetuado pela Companhia, considerando a saída das aquisições mais antigas para as mais recentes.

BRASIL TELECOM S.A.

O custo médio de aquisição originalmente representava, na CRT, o valor de R\$ 1,24 por ação. Com a relação de troca das ações, decorrente do processo de incorporação, cada ação da CRT foi permutada por 48,56495196 ações da Brasil Telecom S.A., resultando num custo médio de R\$ 0,026 para cada ação em tesouraria.

A movimentação das ações em tesouraria advindas de companhia incorporada foi a seguinte:

	2002		2001	
	Ações Preferenciais (em milhares)	Valor	Ações Preferenciais (em milhares)	Valor
Saldo no início do exercício	2.351.322	60.124	2.904.030	74.572
Quantidade de ações recolocadas em circulação	(783.362)	(21.147)	(552.708)	(14.448)
Saldo no final do exercício	1.567.960	38.977	2.351.322	60.124

A conta de lucros acumulados representou a origem dos recursos aplicados na aquisição dessas ações em tesouraria.

Programa de Recompra de Ações – Fato Relevante de 01/10/02

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 01/10/02 a proposta de recompra de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, com os termos e condições seguintes: (i) a conta de outras reservas de capital representou a origem dos recursos aplicados na aquisição das ações; (ii) a quantidade autorizada para aquisição de ações preferenciais próprias para permanência em tesouraria foi limitada a 18.078.192 mil ações preferenciais, correspondendo ao limite de 10% das ações preferenciais em circulação no mercado; e (iii) o prazo determinado para vigorar a aquisição foi de três meses, a contar do dia 02/10/02.

A quantidade adquirida foi de 1.980.800 mil ações preferenciais, tendo como custo médio ponderado, custo mínimo e custo máximo os valores de R\$ 11,02, R\$ 10,55 e R\$ 11,26 por ação, respectivamente. O valor total pago foi de R\$ 21.836, aos quais foram adicionados R\$ 16 relativos aos gastos com corretagem e emolumentos.

Durante o exercício de 2002 não ocorreu qualquer alienação dessas ações preferenciais adquiridas.

Em 31 de dezembro de 2002, as ações preferenciais da Companhia estavam cotadas na BOVESPA em R\$ 11,30 por lote de mil ações. A quantidade total das ações preferenciais em tesouraria, decorrentes da incorporação da CRT e do programa de recompra aprovado em 01/10/02, era de 3.548.760 mil, representando R\$ 40.101 cotados pelo valor de mercado naquela data.

A Companhia demonstra o saldo das ações em tesouraria em coluna destacada na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e caso fosse deduzir das contas que deram origem aos recursos para aquisição, ficaria assim apresentado:

	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	
	2002	2002	2001
SALDO APRESENTADO NA DMPL	119.317	1.802.844	1.729.730
AÇÕES EM TESOURARIA	(21.852)	(38.977)	(60.124)
SALDO DAS RESERVAS, LÍQ. DE AÇÕES EM TESOURARIA	97.465	1.763.867	1.669.606

Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas de conformidade com as seguintes práticas:

BRASIL TELECOM S.A.

Reserva de Ágio na Subscrição de Ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva Especial de Ágio na Incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do ágio registrado no ativo diferido, conforme disposições das Instruções CVM nº 319/99 e 320/99. Quando ocorre o aproveitamento do crédito fiscal, a parte correspondente à reserva é capitalizada, anualmente, em nome do acionista controlador e dos acionistas minoritários existentes na data de sua formação, observado o direito de preferência dos demais acionistas.

Reserva de Doações e Subvenções para Investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de Correção Monetária Especial da Lei 8.200/91: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Outras Reservas de Capital: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31/12/98 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda.

Reserva de Lucros

A reserva de lucros é constituída de acordo com as seguintes práticas:

Reserva Legal: apropriação de cinco por cento do lucro anual até o limite de vinte por cento do capital social realizado ou trinta por cento do capital quando somada às reservas de capital. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Lucros Acumulados

Constituídos ao final de cada exercício social, composto pelos saldos de lucros remanescentes do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei 6404/76, ou pelo registro de ajustes de anos anteriores, quando for o caso.

Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto da companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da companhia.

Dividendos Mínimos Obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76

	2002	2001
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	440.117	281.243
MAIS		
AMORTIZ. DO ÁGIO INCORPORADO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	124.014	124.014
MENOS		
APROPRIAÇÃO À RESERVA LEGAL	(22.006)	(14.062)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	542.125	391.195
25% DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	135.531	97.799

BRASIL TELECOM S.A.

Dividendos Prioritários e Dividendos para Ordinárias calculados em igualdade de condições

	2002	2001
	3% SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6% SOBRE O CAPITAL SOCIAL
ORDINÁRIAS	99.432	88.045
PREFERENCIAIS	119.214	108.853
TOTAL	218.646	196.898

Juros Sobre o Capital Próprio Creditados - JSCP

A Companhia creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado durante o exercício. Os JSCP creditados foram imputados aos dividendos, líquidos do imposto de renda de fonte, na data de encerramento do exercício, como proposta para destinação de resultados a ser apresentada para aprovação da assembléia geral ordinária de acionistas.

	2002	2001
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – JSCP – CREDITADOS	324.650	231.700
AÇÕES ORDINÁRIAS	147.316	103.608
AÇÕES PREFERENCIAIS	177.334	128.092
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF)	(48.698)	(34.755)
JSCP LÍQUIDOS	275.952	196.945

Imputação dos Juros Sobre Capital Próprio aos Dividendos Obrigatórios apurados de acordo com o Art. 202

	2002	2001
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, LÍQUIDOS DE IRRF	275.952	196.945
MENOS		
DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS (ART. 202)	(135.531)	(97.799)
JUROS ADICIONAIS AO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO	140.421	99.146

REMUNERAÇÃO TOTAL POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)	2002	2001
ORDINÁRIAS	0,514109	0,371326
PREFERENCIAIS	0,514109	0,371326

A remuneração total dos acionistas tem por base a distribuição de JSCP, cujo valor líquido de imposto de renda na fonte superou o montante dos dividendos obrigatórios, sendo também superior ao montante dos dividendos prioritários e dividendos para as ações ordinárias calculados em igualdade de condições.

Saldo Remanescente do Lucro Líquido

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 93.461 (R\$ 35.481 em 2001) está compondo o saldo da conta de lucros acumulados e será utilizado para financiar o Orçamento de Capital da Companhia, no valor mínimo de R\$ 1.821.945 para o exercício de 2003, abrangendo o plano de investimentos com o objetivo de atender as metas estabelecidas nos contratos de concessão. As fontes de recursos complementares compõem-se daquelas geradas pelas próprias atividades operacionais da Companhia e de recursos de terceiros, na medida em que estes se tornem necessários.

BRASIL TELECOM S.A.

9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
SERVIÇO LOCAL	5.912.818	5.273.536	5.912.818
Habilitação	32.639	70.393	32.639
Assinatura Básica	2.656.631	2.218.784	2.656.631
Serviço Medido	1.314.781	1.314.638	1.314.781
Fixa Móvel – VC1	1.791.763	1.548.435	1.791.763
Aluguel	5.217	8.495	5.217
Outras	111.787	112.791	111.787
SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA	1.748.784	1.342.006	1.748.784
Fixa Intra Setorial	1.028.975	806.219	1.028.975
Fixa Intra Regional (Inter Setorial)	334.081	278.176	334.081
Fixa Móvel - VC2 e VC3	385.134	256.893	385.134
Internacional	594	718	594
INTERCONEXÃO (Tarifas de Uso)	785.805	789.586	785.805
Fixa x Fixa	607.106	613.213	607.106
Móvel x Fixa	178.699	176.373	178.699
CESSÃO DE MEIOS	235.503	204.757	235.503
TELEFONIA PÚBLICA	341.766	274.218	341.766
COMUNICAÇÃO DE DADOS	528.623	324.690	504.979
SERV. SUPLEM., REDE. INTELIGENTE E TELEF. AVANÇADA	279.322	216.509	278.761
OUTROS SERVIÇOS DA ATIVIDADE PRINCIPAL	1.333	-	6.385
OUTRAS	24.879	33.194	24.879
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.858.833	8.458.496	9.839.680
TRIBUTOS SOBRE A RECEITA BRUTA	(2.662.510)	(2.200.580)	(2.670.871)
OUTRAS DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA	(97.441)	(99.508)	(97.441)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	7.098.882	6.158.408	7.071.368

10. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
PESSOAL	(144.052)	(185.843)	(144.581)
MATERIAL	(78.759)	(91.746)	(78.760)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(530.461)	(429.245)	(531.387)
INTERCONEXÃO	(1.526.452)	(1.260.042)	(1.526.452)
ALUGUEL, ARRENDAMENTO E SEGURO	(167.760)	(171.623)	(219.734)
MEIOS DE CONEXÃO	(15.119)	(17.618)	(13.175)
FISTEL	(11.230)	(8.733)	(11.230)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.917.784)	(1.820.743)	(1.917.784)
OUTROS	(3.529)	(3.584)	(3.529)
TOTAL	(4.395.146)	(3.989.177)	(4.446.632)

11. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
PESSOAL	(109.048)	(135.766)	(109.949)
MATERIAL	(1.794)	(3.373)	(2.050)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(444.168)	(251.082)	(368.906)
ALUGUEL, ARRENDAMENTO E SEGURO	(12.568)	(3.735)	(12.689)
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(10.128)	(88.280)	(10.203)
PERDAS COM CONTAS A RECEBER	(253.005)	(235.421)	(253.313)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(4.336)	(4.531)	(4.336)
OUTROS	(308)	(368)	(307)
TOTAL	(835.355)	(722.556)	(761.753)

BRASIL TELECOM S.A.

12. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
PESSOAL	(134.665)	(143.133)	(135.821)
MATERIAL	(4.461)	(8.453)	(4.475)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(337.856)	(326.368)	(339.949)
ALUGUEL, ARRENDAMENTO E SEGURO	(69.091)	(57.454)	(63.254)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(79.474)	(44.013)	(80.541)
OUTROS	(1.284)	(1.524)	(1.287)
TOTAL	(626.831)	(580.945)	(625.327)

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	34.940	31.037	34.630
ALUGUEL DE INFRAESTRUT. OPERACIONAL E OUTROS	36.206	27.006	36.146
MULTAS	67.910	55.372	67.891
RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS E DESPESAS RECUPERADAS	27.293	21.597	27.293
BAIXA DE ARRECAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	24.255	26.768	24.255
DIVIDENDOS PRESCRITOS	6.468	19.162	6.468
DIVIDENDOS DE INVEST. AVALIADOS P/CUSTO DE AQUISIÇÃO	2.133	2.237	2.133
GANHO/PERDA NA BX. DE ALMOX. DE MANUTENÇÃO	2.982	(1.337)	2.982
PROGRAMA DE DESLIGAMENTO DE PESSOAL	(3.295)	(98.173)	(3.295)
TRIBUTOS (EXCETO S/RECEITA BRUTA, IMP. RENDA E CSLL)	(22.494)	(16.394)	(22.496)
DOAÇÕES E PATROCÍNIOS	(26.642)	(17.498)	(26.657)
CONTINGÊNCIAS – PROVISÃO	(29.159)	(8.015)	(29.159)
REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	9.586	14.218	9.830
INDENIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA	(308)	(9.416)	(308)
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	(667)	(1.549)	(667)
CUSTAS PROCESSUAIS	(1.981)	(749)	(1.981)
BAIXA DE ADIANTAMENTOS E OUTROS CRÉDITOS	(6.727)	(19.842)	(6.727)
BAIXA DE VALORES DE INTERCONEXÃO	-	(74.963)	-
BAIXA DE VALORES DE CESSÃO DE MEIOS	-	(5.960)	-
OUTRAS DESPESAS	(1.895)	(271)	(1.842)
TOTAL	118.605	(56.770)	118.496

14. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
RECEITAS FINANCEIRAS	199.508	178.120	201.631
MOEDA NACIONAL	168.669	140.515	170.792
SOBRE DIREITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	30.839	37.605	30.839
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.144.794)	(646.177)	(1.145.181)
MOEDA NACIONAL	(667.438)	(287.747)	(667.743)
SOBRE OBRIGAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	(152.706)	(126.730)	(152.788)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(324.650)	(231.700)	(324.650)
TOTAL	(945.286)	(468.057)	(943.550)

O valor dos Juros sobre o Capital Próprio foi revertido na apuração do lucro líquido e deduzido de lucros acumulados, no patrimônio líquido, de acordo com a Deliberação nº 207/96 da CVM.

BRASIL TELECOM S.A.

15. RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2002	2001
AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO NA INCORPORAÇÃO	(124.015)	(124.015)
PROVISÃO P/VALOR DE REALIZAÇÃO E PERDAS DO IMOBILIZADO	(15.794)	(11.416)
RESULTADO NA BAIXA DE ATIVO PERMANENTE	(3.075)	1.875
PROVISÃO P/PERDAS COM INVESTIMENTOS	(2.754)	(9.857)
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	6.928	1.677
TOTAL	(138.710)	(141.736)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	CONTROLADORA CONSOLIDADO		
	2002	2001	2002
RESULT. ANTES DOS TRIB. E APÓS PARTIC. EMPREG. E ADMIN.	227.659	143.950	226.893
DESPESA REF. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO (9%)	20.489	12.956	20.420
ADIÇÕES PERMANENTES	11.619	29.889	11.486
EXCLUSÕES PERMANENTES	(849)	(19.306)	(849)
AJUSTE DE ALÍQUOTA SOBRE VALORES DIFERIDOS - LP	(7.797)	3.915	(7.797)
EFEITO DE CSLL NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	23.462	27.454	23.260
DESPESA REF. IMPOSTO DE RENDA (10%+15%=25%)	56.915	35.988	56.723
ADIÇÕES PERMANENTES	37.284	84.196	36.912
EXCLUSÕES PERMANENTES	(3.344)	(53.952)	(3.344)
INCENTIVOS FISCAIS	(2.680)	(3.625)	(2.680)
OUTROS	555	4.346	555
EFEITO DE IRPJ NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	88.730	66.953	88.166
DESPESA DE IRPJ+CSLL NA DEMONSTR. DO RESULTADO	112.192	94.407	111.426

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são provisionados de acordo com o regime de competência. As diferenças temporárias são diferidas. A taxa efetiva desses tributos é mais elevada que a taxa nominal, devido, principalmente, às adições permanentes.

17. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
CAIXA	2	24	2	24
CONTAS BANCÁRIAS	62.406	25.413	62.666	25.438
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.315.024	305.821	1.360.231	305.901
TOTAL	1.377.432	331.258	1.422.899	331.363

As aplicações de liquidez imediata representam valores aplicados em carteiras administradas por instituições financeiras e referem-se a títulos públicos federais, com rentabilidade média equivalente ao DI CETIP (CDI) e variação cambial acrescida de cupom em torno de 28% a.a.. Os fundos vinculados à rentabilidade da variação cambial representam 12,7% do total das aplicações existentes na Companhia e 12,6% no consolidado.

18. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

BRASIL TELECOM S.A.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
VALORES A FATURAR	572.453	474.626	572.453
VALORES FATURADOS	1.129.874	899.876	1.124.166
PROVISÃO PARA CRÉDITOS LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(153.693)	(143.565)	(153.768)
TOTAL	1.548.634	1.230.937	1.542.851
A VENCER	963.403	776.696	956.109
VENCIDAS - 01 A 30 DIAS	327.472	287.337	327.993
VENCIDAS - 31 A 60 DIAS	119.563	107.760	120.040
VENCIDAS - 61 A 90 DIAS	66.950	64.847	67.404
VENCIDAS - 91 A 120 DIAS	53.122	49.174	53.220
VENCIDAS - MAIS DE 120 DIAS	171.817	88.688	171.853

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.079	5.791	13.349
TOTAL	8.079	5.791	13.349
CIRCULANTE	1.525	622	6.795
LONGO PRAZO	6.554	5.169	6.554

Os empréstimos e financiamentos ativos referem-se, principalmente, ao repasse de recursos financeiros para empresa produtora de listas telefônicas e à venda de bens do ativo imobilizado para outras empresas de telefonia. Os rendimentos estão vinculados à variação do IGP-DI e do IPA-OG/Produtos Industriais da Coluna 27 da Fundação Getúlio Vargas - FGV, respectivamente.

20. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

Tributos diferidos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO			
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA, sobre:			
Base de Cálculo Negativa	-	-	173
Provisões para Contingências	34.967	30.912	34.967
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.832	12.921	13.839
Provisão para Participação nos Resultados	3.012	3.800	3.035
Ágio na Aquisição da CRT	49.698	61.215	49.698
Provisão para Cobertura Insuficiência Atuarial – FCRT	45.166	39.676	45.166
Outras Provisões	5.131	6.429	5.131
SUBTOTAL	151.806	154.953	152.009
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA			
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO, sobre:			
Prejuízos Fiscais	-	-	479
Provisões para Contingências	97.130	94.620	97.130
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	38.423	35.891	38.442
Provisão para Participação nos Resultados	7.407	10.555	7.472
ICMS – Convênio 69/98	28.650	22.388	28.650
Ágio na Aquisição da CRT	138.051	185.383	138.051
Provisão para Cobertura Insuficiência Atuarial – FCRT	125.460	122.686	125.460
Provisão para Exigibilidade Suspensa Cofins/CPMF	12.294	10.949	12.294
Outras Provisões	14.401	16.679	14.401
SUBTOTAL	461.816	499.151	462.379
TOTAL	613.622	654.104	614.388
CIRCULANTE	172.178	183.940	172.944
LONGO PRAZO	441.444	470.164	441.444

BRASIL TELECOM S.A.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cujas origens estão fundamentadas nas diferenças temporárias entre o resultado contábil pelo regime de competência e o resultado fiscal. Os prazos de realização estão baseados em estudo técnico calcado nos lucros fiscais futuros previstos, gerados a partir dos exercícios sociais em que as diferenças temporárias tornarem-se despesas fiscalmente dedutíveis. A manutenção desse ativo está de acordo com os requisitos da Instrução da CVM nº 371/02, tendo havido a aprovação do estudo técnico pela diretoria e pelo conselho de administração, bem como seu exame por parte do conselho fiscal.

CONTROLADORA CONSOLIDADO		
2003	172.178	172.944
2004	102.596	102.596
2005	109.526	109.526
2006	38.225	38.225
2007	36.063	36.063
2008 a 2010	74.897	74.897
2011 a 2012	17.000	17.000
Acima de 2012	63.137	63.137
TOTAL	613.622	614.388
CIRCULANTE	172.178	172.944
LONGO PRAZO	441.444	441.444

O valor da recuperação prevista além do ano de 2012 decorre da provisão para cobertura da insuficiência atuarial da FCRT, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo delimitado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que pode ser de até 19 anos. Não obstante ao limite de tempo dado pela SPC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Companhia apresenta condições de plena compensação fiscal até o ano de 2007, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida.

Outros Tributos a Compensar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	14.077	17.602	14.249	17.602
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO LÍQUIDO	1.448	10.017	1.448	10.017
ICMS	337.975	290.611	338.050	290.611
COFINS	-	728	4	730
PIS	-	158	1	159
OUTROS	3.644	2.599	3.644	2.599
TOTAL	357.144	321.715	357.396	321.718
CIRCULANTE	140.863	126.082	141.114	126.085
LONGO PRAZO	216.281	195.633	216.282	195.633

21. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Saldos de depósitos judiciais relacionados a contingências e tributos contestados (exigibilidade suspensa):

VINCULAÇÃO POR NATUREZA DAS EXIGIBILIDADES	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2002	2001
TRABALHISTAS	153.743	102.920
CÍVEIS	4.613	14.307
TRIBUTÁRIAS		
TRIBUTOS CONTESTADOS – CONVÊNIO ICMS nº 69/98	114.406	90.820
OUTRAS	59.326	48.666
TOTAL	332.088	256.713
CIRCULANTE	724	58.663
LONGO PRAZO	331.364	198.050

BRASIL TELECOM S.A.

22. OUTROS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
VLRS. A COBRAR DE EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES	47.515	27.519	47.515	27.519
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	46.418	35.957	47.795	49.062
CAUÇÕES E RETENÇÕES CONTRATUAIS	15.787	15.787	15.787	15.787
ESTOQUES DE MANUTENÇÃO	63.171	58.927	63.171	58.927
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	30.477	26.112	30.538	26.200
CONTAS A RECEBER P/VENDA DE ATIVOS	7.032	3.823	7.032	3.823
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	48.841	36.072	48.842	36.073
ATIVOS A SEREM VENDIDOS	2.412	10.753	2.412	10.753
INCENTIVOS FISCAIS	14.473	14.473	14.473	14.473
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	1.750	-	1.750	-
OUTROS	12.002	3.985	12.002	3.910
TOTAL	289.878	233.408	291.317	246.527
CIRCULANTE	180.974	143.474	182.413	156.593
LONGO PRAZO	108.904	89.934	108.904	89.934

23. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELA EQUIV. PATRIMONIAL	26.840	18.341	-	-
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO CUSTO DE AQUISIÇÃO	75.147	42.998	85.147	42.998
INCENTIVOS FISCAIS (LÍQUIDO DAS PROVISÕES P/PERDAS)	26.722	25.537	26.722	25.537
OUTROS INVESTIMENTOS	350	350	350	350
TOTAL	129.059	87.226	112.219	68.885

Investimentos Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial: participações nas subsidiárias integrais BrT Serviços de Internet S.A. e Brasil Telecom Celular S.A., cujos principais dados são:

	BrTI	BrT Celular
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.840	R\$ 100,00
CAPITAL SOCIAL	28.341	R\$ 100,00
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO (R\$)	947,03	1,00
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.501)	-
QTDE. DE AÇÕES POSSUÍDAS PELA COMPANHIA		
AÇÕES ORDINÁRIAS	28.341	1
% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA CONTROLADA		
NO CAPITAL TOTAL	100%	100%
NO CAPITAL VOTANTE	100%	100%
GANHO/(PERDA) C/ EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO	(1.501)	-

Investimentos Avaliados pelo Custo de Aquisição: representados pelas participações minoritárias, das quais se destacam a VANT, no valor de R\$ 36.018 em 2002 (R\$ 3.870 em 2001), e, nas demonstrações consolidadas mais R\$ 10.000 investidos em 2002 pela BrTI na iBEST. Constam também as participações obtidas através da conversão em ações ou quotas de capital das aplicações incentivadas nos fundos regionais FINOR/FINAM, Lei de Incentivo às Empresas de Informática e Lei do Audiovisual. Predominam ações de outras empresas de telecomunicações localizadas nas regiões abrangidas por esses incentivos regionais.

Incentivos Fiscais: oriundos de investimentos nos fundos do FINOR/FINAM e Audiovisual e tem como origens parcelas de destinação do imposto de renda devido. A destinação da parcela do imposto de renda devido para projetos de Audiovisual resultou numa economia tributária de R\$ 1.005 (R\$ 1.511 relativos aos projetos de Audiovisual em 2001).

BRASIL TELECOM S.A.

Outros investimentos: estão relacionados a bens para acervo cultural.

24. IMOBILIZADO

NATUREZA DO IMOBILIZADO	CONTROLADORA				
	2002				2001
	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
OBRAS EM ANDAMENTO	-	1.034.495	-	1.034.495	2.734.278
EQUIP. DE COMUTAÇÃO PÚBLICA	20%	5.702.977	(4.369.955)	1.333.022	1.440.467
EQUIP. E MEIOS DE TRANSMISSÃO	5% a 20%	10.802.966	(6.673.770)	4.129.196	3.519.540
TERMINAÇÃO	20%	459.223	(356.559)	102.664	112.709
EQUIP. DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	20%	614.952	(202.284)	412.668	97.697
PRÉDIOS	4%	886.599	(463.156)	423.443	407.185
INFRA-ESTRUTURA	4% a 20%	3.282.844	(1.453.419)	1.829.425	1.599.521
BENS DE USO GERAL	5% a 20%	625.986	(365.136)	260.850	184.014
TERRENOS	-	84.769	-	84.769	89.909
OUTROS ATIVOS	5% a 20%	388.007	(152.399)	235.608	148.580
TOTAL		23.882.818	(14.036.678)	9.846.140	10.333.900

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da Companhia que sejam indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo à Companhia resguardado o direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos.

NATUREZA DO IMOBILIZADO	CONSOLIDADO				
	2002				2001
	Taxas Anuais de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
OBRAS EM ANDAMENTO	-	1.209.507	-	1.209.507	2.734.278
EQUIP. DE COMUTAÇÃO PÚBLICA	20%	5.702.977	(4.369.955)	1.333.022	1.440.467
EQUIP. E MEIOS DE TRANSMISSÃO	5% a 20%	10.802.966	(6.673.770)	4.129.196	3.519.540
TERMINAÇÃO	20%	459.235	(356.561)	102.674	112.709
EQUIP. DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	20%	614.952	(202.284)	412.668	97.697
PRÉDIOS	4%	886.599	(463.156)	423.443	407.185
INFRA-ESTRUTURA	4% a 20%	3.282.844	(1.453.419)	1.829.425	1.599.545
BENS DE USO GERAL	5% a 20%	626.162	(365.154)	261.008	184.014
TERRENOS	-	84.769	-	84.769	89.909
OUTROS ATIVOS	5% a 20%	407.156	(152.399)	254.757	148.580
TOTAL		24.077.167	(14.036.698)	10.040.469	10.333.924

Aluguéis

A Companhia aluga imóveis, postes, passagem de faixa de domínio (estradas) e equipamentos e meios de conexão, formalizados através de diversos contratos, os quais vencem em datas diferentes. Alguns desses contratos estão relacionados intrinsecamente à prestação de serviços e são de longo prazo. As despesas totais de aluguéis relativos a esses contratos são: R\$ 157.703 (R\$ 164.814 em 2001) e R\$ 157.555 relacionados ao consolidado.

Arrendamento Mercantil

A Companhia possui leasing financeiro para equipamentos de informática, modalidade que também é aplicada para aeronaves a serem utilizadas em consórcio com outras empresas, participando com 54,4%. As despesas registradas com leasing no ano de 2002 foram de R\$ 44.664 (R\$ 40.131 em 2001).

No encerramento do exercício, a posição dos valores a pagar decorrentes de contratos de arrendamento mercantil, por ano de desembolso, é a seguinte:

BRASIL TELECOM S.A.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2002	2001
2002	-	43.259
2003	37.382	36.288
2004	14.117	13.985
2005	5.617	5.326
2006	5.730	5.326
2007	5.814	5.326
2008	5.843	5.326
2009 em diante	5.927	5.057
TOTAL DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS A SEREM EFETUADOS	80.430	119.893

O prazo médio dos contratos de equipamentos de informática é de 35 meses e estão vinculados a taxas de juros que variam de 16% a.a. a 27% a.a. para contratações em moeda nacional e nos casos de contratos em moeda estrangeira os encargos são atrelados à variação do dólar, acrescidos de juros de 12,3% a.a.. Para os contratos de aeronaves arrendadas em consórcio, o prazo médio é de 40 meses e estão vinculados à variação do dólar, acrescidos da taxa LIBOR mais 2,95% juros a.a..

Seguros

A Companhia mantém seu programa de apólices de seguros para cobertura dos ativos reversíveis e para lucros cessantes estabelecidos no Contrato de Concessão junto ao poder público. Os gastos realizados em 2002 foram de R\$ 8.098 (R\$ 4.149 em 2001) e R\$ 8.105 relacionados ao consolidado.

Os ativos, responsabilidades e interesses cobertos por seguros são os seguintes:

Modalidade	Abrangência	Valor Segurado	
		2002	2001
Riscos Operacionais	Edifícios, máquinas e equipamentos, instalações, centrais de atendimento, torres, infra-estrutura e equipamentos de tecnologia de informação	8.683.331	6.982.127
Lucros Cessantes	Despesas fixas e lucro líquido	5.240.051	1.310.013
Garantias Contratuais	Cumprimento de obrigações contratuais	77.064	287.585

A Companhia também contratou seguros relacionados à responsabilidade civil de administradores, cujo valor segurado equivale a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos).

Não há cobertura de seguros para responsabilidade civil contratual junto aos clientes, para casos de sinistros ou reclamações judiciais, e responsabilidade civil facultativa de sinistros com veículos da Companhia envolvendo terceiros.

25. DIFERIDO

CONTROLADORA

	2002			2001
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
ÁGIO PELA INCORPORAÇÃO DA CRT	620.073	(258.364)	361.709	485.724
GASTOS COM INSTALAÇÃO E REORGANIZAÇÃO	30.861	(2.481)	28.380	520
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	239.019	(25.407)	213.613	48.155
OUTROS	54.089	(5.569)	48.521	29.409
TOTAL	944.042	(291.821)	652.223	563.808

BRASIL TELECOM S.A.

O ágio foi originado com a incorporação da CRT e sua amortização vem sendo efetuada em cinco anos, com base na expectativa de rentabilidade futura. Conforme estabelecido na Instrução CVM 319/99 a amortização do ágio não afeta a base de cálculo dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia.

	CONSOLIDADO			
	2002			2001
	Custo	Amortiz. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
ÁGIO PELA INCORPORAÇÃO DA CRT	620.073	(258.364)	361.709	485.724
GASTOS COM INSTALAÇÃO/REORGANIZAÇÃO	41.338	(3.529)	37.810	12.869
SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	239.108	(25.407)	213.701	48.155
OUTROS	54.089	(5.569)	48.521	29.409
TOTAL	954.608	(292.869)	661.741	576.157

26. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
SALÁRIOS E HONORÁRIOS	3.023	2.721	3.055	2.828
ENCARGOS SOCIAIS	45.525	48.337	45.749	48.504
BENEFÍCIOS SOCIAIS	3.195	4.343	3.205	4.350
PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO	-	33.096	-	33.096
OUTROS	3.504	2.962	3.525	2.962
TOTAL	55.247	91.459	55.534	91.740
CIRCULANTE	43.808	91.459	44.090	91.740
LONGO PRAZO	11.439	-	11.444	-

Os valores atribuídos ao longo prazo referem-se às contribuições sociais sobre o FGTS, instituídas pela Lei Complementar nº 110/01, as quais encontram-se sob a condição de exigibilidade suspensa, de acordo com a obtenção de liminar. Entretanto, são provisionadas as contribuições adicionais que incidem sobre a folha de salários e verbas rescisórias, enquanto é aguardada a decisão judicial definitiva.

27. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
FORNECEDORES	931.541	1.207.410	923.164	1.210.669
CONSIGNAÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS	78.609	83.809	78.629	83.847
TOTAL	1.010.150	1.291.219	1.001.793	1.294.516
CIRCULANTE	1.006.027	1.291.219	997.670	1.294.516
LONGO PRAZO	4.123	-	4.123	-

Os valores registrados no longo prazo decorrem de obrigações com a remuneração da rede de terceiros, cuja liquidação depende da evolução dos trabalhos de aferição entre as operadoras, tais como batimento de tráfego.

BRASIL TELECOM S.A.

28. TRIBUTOS INDIRETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2002	2001	2002
ICMS	606.576	388.642	607.318
TRIBUTOS S/RECEITAS OPERACIONAIS (COFINS E PIS)	73.342	52.951	74.555
OUTROS	13.054	12.903	14.484
TOTAL	692.972	454.496	696.357
CIRCULANTE	348.520	271.681	351.905
LONGO PRAZO	344.452	182.815	344.452

A parcela registrada no longo prazo refere-se ao ICMS Convênio 69/98, que vem sendo questionada judicialmente e depositada em juízo. Inclui, também, o diferimento incentivado pelo Governo do Estado do Paraná, relativo ao ICMS.

29. TRIBUTOS SOBRE A RENDA

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2002	2001
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		
LEI 8.200/91 – CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	8.440	4.738
SUBTOTAL	8.440	4.738
IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA		
LEI 8.200/91 – CORREÇÃO MONETÁRIA ESPECIAL	12.332	14.465
OUTROS VALORES DIFERIDOS	20.825	5.840
SUBTOTAL	33.157	20.305
TOTAL	41.597	25.043
CIRCULANTE	14.679	4.016
LONGO PRAZO	26.918	21.027

30. DIVIDENDOS/JS CP E PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
ACIONISTAS CONTROLADORES	181.362	129.511	181.362	129.511
DIVIDENDOS/JS CP DAS AÇÕES ORDINÁRIAS	143.940	102.220	143.940	102.220
DIVIDENDOS/JS CP DAS AÇÕES PREFERENCIAIS	69.427	50.146	69.427	50.146
IRRF SOBRE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(32.005)	(22.855)	(32.005)	(22.855)
ACIONISTAS MINORITÁRIOS	128.935	100.972	128.935	100.972
DIVIDENDOS/JS CP DO EXERCÍCIO	111.283	79.334	111.283	79.334
IRRF SOBRE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(16.693)	(11.900)	(16.693)	(11.900)
DIVIDENDOS DE ANOS ANTERIORES NÃO RECLAMADOS	34.345	33.538	34.345	33.538
PARTIC. DE EMPREGADOS E ADMINISTR. NOS RESULTADOS	39.060	50.101	39.327	50.415
TOTAL	349.357	280.584	349.624	280.898

31. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2002	2001
EMPRÉSTIMOS	119.377	85.105
FINANCIAMENTOS	4.623.164	3.770.278
JUROS PROVISIONADOS E OUTROS S/EMPRÉSTIMOS	704	612
JUROS PROVISIONADOS E OUTROS S/FINANCIAMENTOS	338.563	179.155
TOTAL	5.081.808	4.035.150
CIRCULANTE	683.276	530.661
LONGO PRAZO	4.398.532	3.504.489

BRASIL TELECOM S.A.

Financiamentos

	2002	2001
BNDES	2.382.477	2.273.994
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	229.983	218.609
FORNECEDORES	19.422	57.955
DEBÊNTURES PÚBLICAS	924.617	-
DEBÊNTURES PRIVADAS	1.405.228	1.398.875
TOTAL	4.961.727	3.949.433
CIRCULANTE	672.051	523.240
LONGO PRAZO	4.289.676	3.426.193

Financiamentos em moeda nacional: incidem juros com base na TJLP, acrescidos de 3,85% a 6,5% a.a., UMBNDES acrescidos de 3,85% a 6,5% a.a., 100% e 109% do CDI e IGP-M acrescidos de 12% a.a., resultando em uma taxa média de 20,38% a.a..

Financiamentos em moeda estrangeira: incidem taxas de juros fixas de 1,75% a 15,50% a.a. resultando em uma taxa média de 4,85% a.a. e juros variáveis de 0,5% a 4,0% a.a. acima da LIBOR, resultando em uma taxa média de 3,24% a.a. A taxa LIBOR em 31/12/02 para pagamentos semestrais era de 1,38% a.a..

Debêntures Privadas: incidem taxas de juros de 100% do CDI. A emissão de 1.300 debêntures privadas não conversíveis ou permutáveis em ações de qualquer espécie, ao preço unitário de R\$1.000, ocorreu em 27 de janeiro de 2001 e foram subscritas integralmente pela Controladora. O vencimento dessas debêntures está previsto para as datas de 27/07/04, 27/07/05 e 27/07/06, correspondendo a 30%, 30% e 40% do seu valor nominal, respectivamente.

Debêntures Públicas:

Primeira emissão pública: 50.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 500.000, ocorrida em 1º de maio de 2002. O prazo de pagamento é de dois anos, vencendo em 1º de maio de 2004. A remuneração corresponderá à taxa de juros de 109% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral, recaindo sempre nos dias 1º de novembro e 1º de maio, contados da data de início da distribuição até o vencimento das debêntures.

Segunda emissão pública: 40.000 debêntures não conversíveis em ações e sem cláusula de repactuação, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 400.000, ocorrida em 1º de dezembro de 2002. O prazo de pagamento é de dois anos, vencendo em 1º de dezembro de 2004. A remuneração corresponderá à taxa de juros de 109% do CDI e sua periodicidade de pagamento é semestral, recaindo sempre nos dias 1º de junho e 1º de dezembro, contados da data de início da distribuição até o vencimento das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2002 não existiam debêntures de própria emissão adquiridas.

Empréstimos

	2002	2001
MÚTUOS COM A CONTROLADORA	120.081	85.717
TOTAL	120.081	85.717
CIRCULANTE	11.225	7.421
LONGO PRAZO	108.856	78.296

Os empréstimos em moeda estrangeira são atualizados pela variação cambial e juros de 1,75% ao ano.

BRASIL TELECOM S.A.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes anos:

	2002	2001
2003	-	450.189
2004	1.824.092	822.832
2005	924.092	822.832
2006	1.032.186	939.165
2007	499.105	406.292
2008	23.106	63.179
2009 em diante	95.951	-
TOTAL	4.398.532	3.504.489

Composição da dívida por moeda / indexador

Atualizada pela(o)	2002	2001
TJLP	2.075.065	2.212.746
UMBNDDES – Cesta de Moedas do BNDES	307.413	61.249
CDI	2.329.845	1.398.875
DÓLARES NORTE AMERICANOS	343.809	336.196
IGP-M	25.647	24.466
OUTRAS	29	1.618
TOTAL	5.081.808	4.035.150

Garantias

Os empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia e aval da Controladora.

A Companhia mantém contratos de *hedge* sobre 38% de seus empréstimos e financiamentos em dólar norte-americano firmados com terceiros e sobre 75% da dívida em UMBNDDES (cesta de moedas) firmada com o BNDES, com intuito de proteger-se de oscilações significativas nas cotações desses fatores de atualização da dívida. Os ganhos e perdas com estes contratos são reconhecidos pelo regime de competência.

32. AUTORIZAÇÕES PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS

A subsidiária integral Brasil Telecom Celular S.A. assinou três Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal, celebrados junto à ANATEL. Esses termos, que garantem a exploração do SMP pelos próximos quinze anos na mesma área de atuação em que a Companhia possui concessão para a telefonia fixa, totalizaram R\$ 191.495, dos quais 10% foram pagos no ato da assinatura contratual. O saldo de R\$ 172.345, relativo aos 90% restantes, foi integralmente reconhecido no passivo da Controlada e deverá ser pago em seis parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para os anos de 2005 a 2010. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% ao mês sobre o saldo devedor. Na data de encerramento do balanço, o valor do passivo atualizado era de R\$ 174.991.

33. PROVISÕES PARA FUNDO DE PENSÃO

Refere-se ao reconhecimento do déficit atuarial junto à FCRT, de acordo com a Deliberação CVM nº 371/00. Os fundos de previdência complementar patrocinados estão detalhados na nota nº 6.

BRASIL TELECOM S.A.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2002	2001
PROVISÕES PARA FUNDO DE PENSÃO	501.840	490.744
TOTAL	501.840	490.744
CIRCULANTE	92.144	41.668
LONGO PRAZO	409.696	449.076

34. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2002	2001
RECURSOS DE AUTOFINANCIAMENTO – FILIAL RIO GRANDE DO SUL	28.552	28.577
DEVOLUÇÃO DE PARCELAS DE AUTOFINANCIAMENTO – PCT	13.425	17.033
OBRIGAÇÕES C/OUTRAS EMPR. DE TELECOMUNICAÇÕES	8.791	12.688
OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	20.898	20.898
CRÉD. BANCÁRIOS E RECEBIMENTOS DUPL. EM PROCESSAMENTO	11.471	14.481
CPMF – EXIGIBILIDADE SUSPensa	20.569	19.230
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PARCELAMENTO	4.229	4.229
RECEBIMENTOS ANTECIPADOS	5.804	826
OUTROS TRIBUTOS A PAGAR	219	871
OUTRAS	1.074	2.758
TOTAL	115.032	121.591
CIRCULANTE	87.303	95.160
LONGO PRAZO	27.729	26.431

Recursos de autofinanciamento – Filial Rio Grande do Sul

Correspondem aos créditos de participação financeira para aquisição do direito de uso de serviço telefônico fixo comutado, ainda sob a modalidade do extinto autofinanciamento, pagos por promitentes assinantes no exercício de 1996, que não aceitaram a Oferta Pública da Companhia para devolução dos referidos créditos em dinheiro. Ocorre que, tendo os acionistas da Companhia subscrito integralmente o aumento de capital efetuado para retribuir em ações créditos de participação financeira, inexistiram sobras de ações para entrega aos promitentes assinantes. Nesta situação, estabelece o art. 171, parágrafo 2º, da Lei 6.404/76, que os recursos de autofinanciamento devem ser devolvidos em dinheiro, o que foi feito através de Oferta Pública e aceito por 76% dos clientes. Os demais 24% não optantes deverão aguardar solução do processo judicial em tramitação, interposto pelo Ministério Público e outros, pretendendo a retribuição em ações, que poderá resultar na determinação da retribuição em ações ou em dinheiro, na forma proposta pela Companhia.

No caso de determinação judicial de retribuição dos créditos em ações e, em atenção à diversidade de critérios sob apreciação judicial para o cômputo do número de ações que cada promitente assinante teria direito, a Companhia colocou ainda à disposição as ações de sua própria emissão que pôde adquirir para permanência em tesouraria, face autorização especial da CVM para tal fim.

Devolução de Parcelas de Autofinanciamento - PCT

Refere-se ao pagamento em dinheiro ou sob a forma de compensação parcelada na fatura de serviços dos promitentes assinantes originários do Planta Comunitária de Telefonia – PCT, em contrapartida à obrigação originária de retribuição em ações. Para esses casos existe acordo ou determinação judicial.

35. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

Os planos de expansão (autofinanciamento) eram o meio através do qual as empresas de telecomunicações financiavam parte dos investimentos na rede. Com a edição da Portaria 261/97, do Ministério das Comunicações, o mecanismo de captação de recursos por essa modalidade deixou de existir, sendo que o montante existente de R\$

BRASIL TELECOM S.A.

8.159 é oriundo de planos negociados anteriormente à edição da citada Portaria, cujos acervos correspondentes já estão incorporados ao imobilizado da Companhia através das Plantas Comunitárias de Telefonia – PCT. Para a retribuição em ações é necessário aguardar o desembargo judicial decorrente de processos promovidos pelos interessados.

36. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Aquisição de Participação Societária e Ativos da GlobeNet

Em 15 de novembro de 2002, foi celebrado com as empresas afiliadas da GlobeNet Communications Group Ltd., o Contrato de Compra e Venda de Ações e Ativos, estabelecendo a aquisição de todo o sistema de cabos submarinos de fibra ótica do Grupo GlobeNet, interligando pontos de conexão nas regiões de Nova Iorque e Miami (Estados Unidos), St. David's (Ilhas Bermudas), Fortaleza e Rio de Janeiro (Brasil) e Maiquetia (Caracas, Venezuela). A transação será realizada através da aquisição de ativos situados nos Estados Unidos, nas Ilhas Bermudas, no Brasil e na Venezuela.

A transação, que está condicionada à verificação de determinadas condições usuais em operações dessa natureza, será implementada pela Companhia através de sua subsidiária integral BrT Serviços de Internet S.A. que, por sua vez, poderá constituir subsidiárias no exterior para realizar a aquisição dos ativos e da participação acionária situados no exterior.

O valor da transação será equivalente a US\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de dólares norte-americanos), dos quais US\$28.800.000,00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) serão pagos na data do fechamento da transação e o restante, no valor de US\$19.200.000,00 (dezenove milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), será pago no prazo de 18 (dezoito) meses após o pagamento da primeira parcela.

O Grupo GlobeNet foi criado em 1998 para prover serviços de comunicação de fibra ótica nos Estados Unidos e internacionalmente entre os Estados Unidos e a América do Sul. O sistema do Grupo GlobeNet é composto por 2 (dois) anéis de cabos submarinos protegidos, representando aproximadamente 22.000 km de cabos de fibra ótica interligando o Brasil aos Estados Unidos, passando pela Venezuela e pelas Ilhas Bermudas. Devido à capacidade instalada, não há expectativa de investimentos adicionais em ativo imobilizado no curto prazo.

Esta transação não abrange a aquisição de empresa prestadora de serviços de telecomunicações no Brasil e também não significará a prestação direta ou indireta, por parte da Companhia ou de sua controlada BrTI, de outros serviços de telecomunicações, além daqueles atualmente prestados na Região II do Plano Geral de Outorgas.

A operação de compra aguarda os trâmites legais juntos aos órgãos reguladores e atendimento às exigências necessárias à sua conclusão.

37. EVENTO SUBSEQÜENTE

Aquisição de Participação Societária da MTH do Brasil Ltda., controladora da MetroRED Brasil

Em 17 de fevereiro de 2003, a Companhia celebrou com a MetroRED Telecommunications Group Ltd. dois contratos, sendo (i) um Contrato de Compra e Venda de Quotas, tendo por objeto a aquisição de 19,9% do capital social da MTH do Brasil Ltda. (MTH), sociedade detentora de 99,99% do capital social da MetroRED Telecomunicações Ltda. (MetroRED Brasil); e (ii) um Contrato de Opção, tendo por objeto a aquisição de 80,1% do capital social da MTH, opção esta que somente poderá ser exercida após a certificação, pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, do cumprimento integral das obrigações de universalização e expansão previstas no Contrato de Concessão para 31 de dezembro de 2003.

BRASIL TELECOM S.A.

Os valores atribuídos a cada contrato equivalem a US\$ 16.999.900,00 (dezesesseis milhões, novecentos e noventa e nove mil e novecentos dólares norte-americanos) e US\$ 100,00 (cem dólares norte-americanos), respectivamente, os quais foram pagos em 18 de fevereiro de 2003, ambos correspondendo em moeda nacional ao montante de R\$ 61.464.

Futuramente, numa segunda e última etapa, quando ocorrer o exercício de opção de compra de 80,1% das quotas representativas do capital social da MTH, a Companhia deverá desembolsar a quantia equivalente a US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares norte-americanos), concluindo o processo de aquisição da totalidade do capital social daquela sociedade.

A MetroRED Brasil é provedora de serviços de rede privada de telecomunicações através de redes digitais de fibra ótica, possuindo 331 quilômetros de rede local em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e 1.486 quilômetros de rede de longa distância conectando estes maiores centros comerciais metropolitanos. Também possui um Centro de Soluções de Internet de 3.500 m² em São Paulo, que oferece serviços de *co-location*, *hosting* e valor agregado.

A aquisição de 19,9% da MTH não abrange o controle da MetroRED e também não significará a prestação direta ou indireta, por parte da Companhia, de outros serviços de telecomunicações, além daqueles atualmente prestados na Região II do Plano Geral de Outorgas.

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Brasil Telecom S.A.
Brasília - DF

Examinamos o balanço patrimonial da Brasil Telecom S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantado em 31 de dezembro de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações financeiras divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasil Telecom S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada desta Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis, em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa representa informação complementar àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria, aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, está apresentada, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da Brasil Telecom S.A e sua controlada, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 11 de março de 2002.

26 de fevereiro de 2003

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-014.428/O-6-“F”-DF

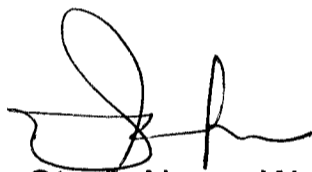
Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa
Contador CRC-RJ-052.428/O-S-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA BRASIL TELECOM S.A.

O Conselho Fiscal da Brasil Telecom S.A., de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76, em reunião realizada nesta data, examinou: **(i) o relatório anual da administração; (ii) as demonstrações financeiras do exercício social e (iii) a proposta dos órgãos da administração para destinação do resultado do exercício**, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2002.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, datado de 26 de fevereiro de 2003, emitido pelos auditores externos, KPMG, e respectivos esclarecimentos prestados por seus representantes, este conselho fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembléia Geral Ordinária.

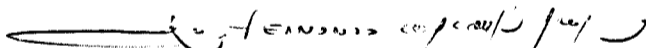
Rio de Janeiro, 17 de março de 2003.



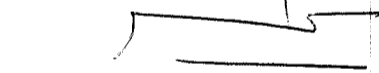
Luiz Otavio Nunes West



José Rubem Marques Costa



Luiz Fernando C. Trocoli



Jorge Michel Lepeltier